

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – FCHS**

**ALINE CRISTINA DA SILVA**

**DESENHANDO COM A LUZ**

**Fotografia, Serviço Social e População em Situação de Rua**

**FRANCA/SP  
2022**

ALINE CRISTINA DA SILVA

**DESENHANDO COM A LUZ**

**Fotografia, Serviço Social e População em Situação de Rua**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como pré-requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Associada Edvânia Ângela de Souza

**FRANCA/SP  
2022**

S586d Silva, Aline Cristina da  
Desenhando com a luz : Fotografia, Serviço Social e População em  
Situação de Rua / Aline Cristina da Silva. -- Franca, 2022  
141 f. : il., tabs., fotos

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) -  
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências  
Humanas e Sociais, Franca  
Orientadora: Edvânia Ângela de Souza

1. Fotografia. 2. Serviço Social. 3. Questão Social. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de  
Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.**

**Banca Examinadora:**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

Nome: Prof<sup>a</sup>. Associada Edvânia Ângela de Souza

Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – campus Franca/SP.

**1º Examinador:** \_\_\_\_\_

Prof.(a)

**2º Examinador:** \_\_\_\_\_

Prof.(a)

Franca, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Dedico este trabalho às pessoas em situação de rua no Município de Franca/SP e em todo o Brasil que lutam por visibilidade, respeito e liberdade.

## AGRADECIMENTOS

O caminho que nos levou à finalização deste trabalho é feito de várias curvas, subidas, descidas, com belas paisagens, com uma gama de descobertas, de aprendizados. E sem a presença de pessoas não teria sido possível concluir esse estudo.

Portanto, agradeço de coração à minha família: Meu pai José Gilberto, que não está neste mundo terreno, mas está presente dentro de mim por meio do amor e do seu legado e à minha mãe, Dilza, que é a projeção do amor incondicional em pessoa, agradeço pela companhia, pelo cuidado e por celebrar comigo todas as conquistas.

Gratidão à minha irmã Adriana que participou de perto minha evolução e esteve comigo em todas as etapas desta formação, ao meu cunhado Carlos Alberto pelo carinho e por acreditar no meu potencial, à minha irmã Eliane e meus sobrinhos Miguel e Murilo que sempre estiveram ao meu lado, acompanhando os desafios dos estudos, principalmente no período da pandemia durante o ensino remoto.

Gratidão à minha companheira Kemily, pelas alegrias, pelo carinho, incentivos e amor demonstrado neste período não só da formação e como da escrita do TCC que se tornou parte da nossa rotina. Obrigada por sonhar, planejar e compartilhar a vida comigo. Agradeço também aos meus sogros, Denilda e Vanderlei, por todos os momentos de alegria, pela convivência familiar e por todas as experiências de vida compartilhada.

Gratidão à minha supervisora de campo, a assistente social Katicilene Oliveira, que se tornou uma grande amiga. Obrigada pelos conhecimentos ensinados e compartilhados, por ter estado ao meu lado nos momentos do estágio, da pesquisa, da formação, da vida.

Agradeço ao Bruno, assistente social e amigo, por todo companheirismo no período de estágio no Centro Pop, pelos diálogos marxistas, pelas trocas de visão de mundo e apoio acadêmico. E à Victória, amiga que encontrei na graduação, obrigada por todos os trabalhos que juntas fizemos, por todas as horas de estágios que completamos, enfrentando os desafios e vencendo o difícil equilíbrio entre trabalhar, fazer estágio e estudar.

À minha querida orientadora Profa. Dra. Edvânia Ângela de Souza, que abraçou este projeto de pesquisa, acreditando no papel importante que a fotografia exerce no Serviço Social como instrumento documental e de pesquisa. Obrigada pelo incentivo, pelas indicações de leituras, por orientar as ideias e trilhar este caminho.

Aos professores e professoras que compartilharam seus conhecimentos, estudos e pesquisas nestes anos de formação, enfrentando os desafios do ensino remoto em tempos de pandemia. Obrigada pela formação ética e por todos os desafios conosco vencidos. E à

Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP Campus de Franca/SP, à rede de trabalhadores e trabalhadoras do campus, por todo trabalho desenvolvido que tem sustentado o ensino acadêmico e a formação profissional.

Aos trabalhadores e trabalhadoras do Centro Pop de Franca/SP, que no período de 2019-2021 enfrentamos juntos a precarização do serviço, três reorganizações de local, pandemia da Covid-19 e mudanças da coordenação. Obrigada por vocês resistirem e continuarem na luta para garantir os direitos destinados à Pop Rua.

À Pop Rua de Franca/SP que tanto me ensina e motiva a pesquisar, escrever, fotografar, lutar e resistir. Muito obrigada.

Por fim, não menos importante, gratidão à Deus pela vida, pelos aprendizados e por todos os desafios vividos e vencidos.

“[...]

Eu tenho o destino do vento, e tenho a vida presa nas teias de uma esperança desconhecida. A rosa dos ventos. Tenho o destino dos pássaros. Voando, voando, até à queda final. Tenho destino de água. Sempre correndo em todas as formas, umas vezes nascente, outras vezes rio. Outras vezes suor e outras lágrimas. Dilúvio. Gota de orvalho na garganta de um passarinho. Sou vapor aquecido pela vida. Sou gelo e neve na câmara de um congelador. Mas sempre água, o movimento é a minha eternidade. Sou um animal ferido por todas as coisas. Pelo cantar dos passarinhos, pelo vermelho dos antúrios, pela floração das violetas. Ferida pelo sonho, pela ilusão. Pela esperança e pela saudade” (O alegre canto da perdiz, de Paulina Chiziane, 2018, p. 13).

## RESUMO

O presente estudo “Desenhando com a luz: Fotografia, Serviço Social e População em Situação de Rua objetiva discutir a temática da fotografia que atua sobre a sociedade dentro do contexto mundial e em específico na sociedade brasileira. Trazendo um breve contexto histórico de seu surgimento, sua expansão e seu uso como instrumento de pesquisa documental nas áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A fotografia é um potente instrumento de pesquisa, de denúncia e de documentação, portanto, pode e deve ser utilizada nos contextos de trabalho das(os) assistentes sociais. É um estudo fundamentado na metodologia do materialismo histórico dialético, do qual buscou-se aportes teóricos mediante à pesquisa documental, bibliográfica e de campo para apreender a realidade posta sobre a questão do fenômeno social denominado População em Situação de Rua. Para entender esse fenômeno, buscou-se conhecer a realidade dessa população no Brasil contracenando com a realidade da população em situação de rua na cidade de Franca-SP. Este estudo aponta dados resultantes de entrevistas realizadas no Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop) que destacou os impactos da pandemia da COVID-19 para o trabalho desenvolvido, usuários(as) e trabalhadores(as) do referido equipamento. E em especial cria memória ao revelar fotografias feitas durante o processo de formulação e concretização deste trabalho. Cumpre observar que este trabalho se apresenta como inovador na área do Serviço Social e deverá fomentar novos estudos e debates acerca da fotografia como potência para o trabalho profissional de assistentes sociais.

**Palavras-chave:** Fotografia. Serviço Social. Questão Social.

## ABSTRACT

The present study “Drawing with light: Photography, Social Work and Homeless Population” aims to discuss the theme of photography that acts on society within the global context and specifically in Brazilian society. Bringing a brief historical context of its emergence, its expansion and its use as a documental research instrument in the areas of Humanities and Applied Social Sciences. Photography is a powerful instrument for research, reporting and documentation, therefore, it can and should be used in the work contexts of social workers. It is a study based on the methodology of dialectical historical materialism, from which theoretical contributions were sought through documentary, bibliographic and field research to apprehend the reality posed on the question of the social phenomenon called Homeless Population. To understand this phenomenon, we sought to know the reality of this population in Brazil, contrasting with the reality of the homeless population in the city of Franca-SP. This study points to data resulting from interviews carried out at the Specialized Reference Center for People on the Street (Centro Pop) that highlighted the impacts of the COVID-19 pandemic on the work carried out, users and workers of said equipment. And in particular, it creates memory by revealing photographs taken during the process of formulating and implementing this work. It should be noted that this work presents itself as innovative in the area of Social Work and should encourage new studies and debates about photography as a power for the professional work of social workers.

**Keywords:** Photography. Social service. Social issues

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - “Jo, 6 anos puxando beterrabas para seus pais em uma fazenda perto de Sterling, Colorado” .....	30
<b>Figura 2</b> - Engenho da Caxoeira, corte da cana de açúcar, 17 out. 1848. ....	37
<b>Figura 3</b> – Retrato: tipos negros .....	39
<b>Figura 4</b> - Negra da Bahia .....	39
<b>Figura 5</b> - Senhor e seus escravos.....	41
<b>Figura 6</b> – Retrato de criança no colo de ama .....	43
<b>Figura 7</b> – Retrato de Augusto Gomes Leal e da ama de leite Mônica .....	43
<b>Figura 8</b> – Manifestação na abertura do novo Centro Pop .....	90
<b>Figura 9</b> – “Que todos vejam”, abrigos improvisados pela população de rua.....	92
<b>Figura 10</b> – Ação Centro Pop na pandemia da COVID-19 .....	97
<b>Figura 11</b> – O provisório Centro Pop no Ginásio de Esportes .....	98
<b>Figura 12</b> – Insalubre sala de atendimento .....	99
<b>Figura 13</b> – “Salas” de atendimento psicossocial.....	100
<b>Figura 14</b> – Se não aqui, aonde poderão dormir? .....	102
<b>Figura 15</b> –Abrigos improvisados .....	103
<b>Figura 16</b> – Não dê dinheiro.....	104
<b>Figura 17</b> - Compartilhar .....	119
<b>Figura 18</b> - Família .....	120
<b>Figura 19</b> - Afeto .....	120
<b>Figura 20</b> - Profundidade.....	121
<b>Figura 21</b> – Evelhecendo na rua .....	121
<b>Figura 22</b> – Ao relento.....	122
<b>Figura 23</b> - Pertences .....	122
<b>Figura 24</b> – Carga pesada .....	123
<b>Figura 25</b> - Trabalhador.....	123
<b>Figura 26</b> – Atravessando a pandemia da COVID-19.....	124
<b>Figura 27</b> – “Casa” improvisada.....	124
<b>Figura 28</b> – Proteção para o corpo.....	125
<b>Figura 29</b> - Alimentação .....	125
<b>Figura 30</b> - Alimentação no Centro Pop .....	125
<b>Figura 31</b> - Resistência Preta .....	125

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Edições da Revista Katálysis publicadas entre 2010 e 2020 .....	52
<b>Quadro 2</b> - Edições da Revista SER Social publicadas entre 2010 e 2020 .....	53
<b>Quadro 3</b> - Edições da Revista de Políticas Públicas (RPP – UFMA) publicadas entre 2010 e 2020 .....	54
<b>Quadro 4</b> - Edições da Revista Serviço Social & Sociedade publicadas entre 2010 e 2020 ..	55
<b>Quadro 5</b> - Quantidade de edições publicadas no período de 2010 a 2020 .....	57

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Estimativa de Pessoas em Situação de Rua no Brasil – Set. 2012 a Mar. 2020 ...	76
<b>Gráfico 2</b> - Estimativa de Pessoas em Situação de Rua por região, Mar. 2020.....	77
<b>Gráfico 3</b> - Estimativa de Pessoas em Situação de Rua na Região Sudeste, Set. 2012 a Mar. 2020 .....	77
<b>Gráfico 4</b> - Comparativo aumento PSR em Franca - Entre 2012 e 2021 .....	93
<b>Gráfico 5</b> - Sexo dos entrevistados .....	108
<b>Gráfico 6</b> - Cor/Raça autodeclarada pelos participantes da entrevista .....	108
<b>Gráfico 7</b> - Faixa etária dos entrevistados .....	109
<b>Gráfico 8</b> - Tempo em Situação de Rua.....	110
<b>Gráfico 9</b> - Tempo em que frequenta o Centro Pop.....	111

## LISTA DE TABELA

<b>Tabela 1 - Imunização .....</b>	<b>112</b>
------------------------------------	------------

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Serviço Social
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua
CEPEL	Centro Popular de Esportes e Lazer
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CnR	Consultório na Rua
CONASEMS	Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
COVID-19	Doença do Coronavírus
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
GCN	Grupo Corrêa Neves - Jornal Comércio da Franca
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDGM	Índice dos Desafios da Gestão Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queers, Intersex, Agêneros, Assexuados e mais
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MSD	Ministério da Cidadania
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OMS	Organização Mundial de Saúde
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica

PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNPSR	Política Nacional para População em Situação de Rua
PSR	População em Situação de Rua
PUC	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RBE	Renda Básica Emergencial
RPP	Revista de Política Pública
SEDAS	Secretaria de Ação Social
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINDIFRANCA	Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
1.1 Metodologia .....	21
<b>CAPÍTULO 1 - FOTOGRAFIA: UM MUNDO VISÍVEL</b> .....	23
1.1 Inventário da Fotografia .....	23
1.2 Hercule Florence: o inventor da fotografia no Brasil.....	30
1.3 A fotografia no Brasil imaginário do século XIX .....	34
<b>CAPÍTULO 2 - A EXPANSÃO DA FOTOGRAFIA EM DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO</b> .....	44
2.1 Democratização da fotografia.....	44
2.2 Fotografia: potencialidade de pesquisa no Serviço Social.....	46
<b>CAPÍTULO 3 – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UM FENÔMENO SOCIAL</b> .....	59
3.1 Os conhecidos sujeitos desconhecidos.....	59
3.2 Apontamentos sobre a População em Situação de Rua no Brasil.....	60
3.3 A Pandemia da COVID-19 escarancou o Fenômeno Social.....	72
<b>CAPÍTULO 4 – O FENÔMENO SOCIAL EM FRANCA</b> .....	86
4.1 Breve contexto sócio histórico de Franca.....	86
4.2 Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua.....	91
4.3 Manifesto da realidade do Centro Pop a partir das usuárias e dos usuários.....	106
4.4 Manifesto da realidade a partir das trabalhadoras e dos trabalhadores no Centro Pop.....	115
<b>CAPÍTULO 5 – MEMORIAL FOTOGRÁFICO</b> .....	118
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	126
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	128
<b>ANEXOS</b> .....	140
Anexo A Ofício de autorização de Pesquisa no Centro Pop .....	140
Anexo B Parecer Consubstanciado do CEP .....	141

## INTRODUÇÃO

“Desenhando com a luz: Fotografia, Serviço Social e População em Situação de Rua” é um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – FCHS, campus de Franca-SP, que foi construído sobre a base da formação acadêmica a qual se estrutura em um currículo com os Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, o Processo de Trabalho e Pesquisa em Serviço Social, Política Social, Formação sócio-histórica do Brasil, Filosofia, Ética Profissional, Estágio Supervisionado e TCC (ABEPSS, 1996).

Neste sentido, o interesse em unir fotografia, Serviço Social e População em Situação de Rua num único estudo inédito surgiu a partir das vivências e experiências do estágio supervisionado que foi realizado no Centro Pop da cidade de Franca no período de 2019 a 2021.

No início foi necessário uma desconstrução de saberes do senso comum ligados às pessoas em situação de rua. Estando inserida na realidade desta população, a câmera fotográfica foi um instrumento que possibilitou uma aproximação das pessoas, construção de diálogos e confiança mútua. Através do visor e da lente em que é possível dar um zoom óptico no enquadramento, foi possível fotografar detalhes que revelam com maior profundidade como é a vida da população em situação de rua. População essa no Brasil contemporâneo que carrega em si os estigmas da sociedade por meio do preconceito, do racismo e das ações higienistas que as retiraram dos locais em que estão abrigadas.

A sociedade quer encontrar meios de limpar a cidade que abriga as pessoas em situação de rua que também possuem o direito de habitar, de morar. São pessoas que amam, que sentem fome, dor, frio, que constroem relações, que tem desejos, vontades, sonhos, necessidades fisiológicas, que precisam de segurança física e emocional. São pessoas que choram por estar longe do núcleo familiar, dos pais, dos irmãos e dos filhos. E são pessoas que tendo uma profissão lutam para se inserir no mercado de trabalho que cada vez mais se torna tecnológico e excludente.

Nisso, o Serviço Social possui uma gama de estudos teóricos que nos explica o que acontece com a sociedade capitalista. As desigualdades sociais no Brasil são latentes e as expressões da questão social estão ainda mais visíveis mediante a crise humanitária e sanitária vinda pela pandemia da COVID-19.

Ao longo da formação profissional muitos questionamentos surgem e a partir do aprendizado teórico-metodológico da vida social, da formação sócio-histórica da sociedade

brasileira e também a partir do trabalho profissional (ABEPSS, 1996) é que se encontram respostas. As mesmas são mediadas pela pesquisa, pela escrita e podem ser também pela arte. E porque não pela fotografia?

Assim sendo, depreendemos de Boris Kossoy (2020, p. 30) que “[...] o mundo tornou-se de certa forma “familiar” após o advento da fotografia; o homem passou a ter um conhecimento mais preciso e amplo de outras realidade que lhe eram, até aquele momento, transmitidas unicamente pela tradição escrita, verbal e pictórica”.

O presente estudo retrata o processo de formação profissional em Serviço Social que desvenda a realidade da população em situação de rua através da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Possui um título que denota ação de um objeto de estudo pautado na fotografia, que carrega em si o significado de “desenhar com a luz” (SALGADO, 2014), como potencialidade de pesquisa no Serviço Social. Refletindo sobre a realidade contemporânea em constante transformação, em processo constitutivo de histórias que podem ser materializadas por meio da escrita e também por meio da fotografia. Por isso, este TCC tem em sua estrutura uma introdução, cinco capítulos e considerações finais.

O primeiro capítulo se apresenta com o título “Fotografia: um mundo visível”, trazendo pontos importantes sobre o surgimento da fotografia a partir de um método utilizado por artistas no século XVI. Método este que foi se aprimorando em técnicas e máquinas, pois com a Revolução Industrial as câmeras fotográficas tornaram-se acessíveis, fazendo o “mundo portátil e ilustrado” (KOSSOY, 2020).

Veremos, então, que a fotografia vai além da recordação daquilo que foi congelado por meio da câmera, sendo ela objeto de pesquisa, de informação, de história social e cultural, de emoções, além disso, ela se expandiu. Mesmo com surpresas sobre o seu surgimento, a verdade é que ela nasceu no Brasil por meio de Hercule Florence, mas esse não foi devidamente considerado.

Por fim, em “a fotografia no Brasil imaginário do século XIX” vê-se que toda a iconografia que revela a história do Brasil que foi contada pelos pintores, viajantes, missionários e fotógrafos estrangeiros teve a realidade encoberta do que realmente foi o Brasil escravista. Quiseram calar a voz dos negros e negras. No entanto, ecoa os gritos dados por eles e por elas quando vemos as fotografias e o passado histórico contido nas imagens.

No segundo capítulo, “A expansão da fotografia em diversas áreas do conhecimento” aborda a questão da democratização da fotografia, estando ela presente no cotidiano das pessoas. O mundo se tornou conhecido através da fotografia e todas as esferas da realidade social podem ser documentadas e reveladas. Diante disso, mediante uma pesquisa bibliográfica

apura-se que a fotografia, ainda que não reconhecida, é um potencial instrumento de pesquisa no Serviço Social, fonte documental do trabalho profissional e da realidade sócio histórica, além da possibilidade de criar memórias.

Já o terceiro capítulo dispõe sobre a População em Situação de Rua como um fenômeno social passando pelo contexto sócio-histórico a partir do sistema capitalista compreendido através da abordagem marxista, pela conceituação sobre os fatores estruturais, biográficos e naturais que contribui com o estar em situação de rua. E apresenta um panorama sobre quem é a população em situação de rua brasileira, destacando o reconhecimento dos direitos e criação de leis para garantir que os direitos sejam cumpridos. Nessa realidade a Assistência Social brasileira tomou frente mediante às lutas dos movimentos sociais tendo resultados importantes, destacando a Política Nacional para a População em Situação de Rua (decreto nº 7.053). Vale destacar que neste capítulo veremos como a pandemia da COVID-19 escancarou o fenômeno social denotando um aumento dessa população dentre os anos de 2020 a 2022, tendo numa estimativa, no mês de março de 2020, cerca de 222 mil pessoas (IPEA, 2020).

O quarto capítulo traz a realidade deste fenômeno social em Franca, cidade interior de São Paulo, com um diálogo construído por meio da escrita e da fotografia. Destaca-se que em Franca existe o Centro Pop desde 2013 e a população em situação de rua vive entre direitos garantidos e ações de políticas higienistas somadas ao preconceito, racismo e conservadorismo. Estima-se que há cerca de 500 pessoas vivendo em situação de rua na cidade de Franca (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2021).

Veremos o que aconteceu com o Centro Pop a partir da chegada da pandemia da COVID-19 e da mudança de gestão. Para isso, foi feita uma pesquisa no Centro Pop em junho de 2022 com o objetivo de investigar quais foram os impactos da pandemia da COVID-19 para o Centro Pop, considerando o público atendido e os(as) trabalhadores(as) do equipamento. Ressalta-se que esse projeto de pesquisa foi apresentado e aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), UNESP-Franca, SP, sob o CAAE nº. 52357721.7.0000.5408 e as entrevistas foram realizadas presencialmente em meio à falta de acompanhamento de profissionais, segurança e estrutura física.

Por último, o quinto capítulo se faz de um memorial fotográfico com algumas fotografias que foram feitas ao longo do estágio, dos estudos e da pesquisa. Este capítulo é a materialização da escrita por meio da fotografia, trazendo detalhes visuais acerca do cotidiano e da vida da população em situação de rua em Franca/SP. E em seguida, as considerações finais.

## 1.1 Metodologia

Este TCC foi elaborado por meio da metodologia do materialismo histórico dialético que consiste na aproximação do objeto por meio do ato de desvendar o real e que sucessivamente busca o conhecimento para apreender e enxergar a realidade, contando desde todas as experiências até a materialização do estudo por meio da escrita e das fotografias.

Enfatiza-se a natureza inédita deste trabalho por fomentar debates contemporâneos sobre o uso da fotografia como fonte documental e visual da realidade revelada por meio das expressões da questão social presente no cotidiano da sociedade e do trabalho profissional do/da assistente social com enfoque à questão da população em situação de rua que está totalmente exposta principalmente em tempos de pandemia da COVID-19.

Para isso, aconteceram leituras bibliográficas de livros, artigos, dissertações, revistas eletrônicas, sites públicos e oficiais. Os autores que compõem o embasamento teórico são: Boris Kossoy, Susan Sontag, Walter Benjamin, Marilena Chaui, Maria Lúcia Martinelli, Marilda Vilela Iamamoto, Tais Pereira de Freitas, José de Souza Martins, Lília Moritz Schwarcz, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, José Paulo Netto, Reinaldo Pontes, Adelina Cortina, Maria Lúcia Lopes da Silva, dentre outros que mesmo não sendo aqui citados fizeram parte da expansão do conhecimento da realidade teórica da Fotografia, do Serviço Social e da População em Situação de Rua.

Este projeto foi apresentado e aprovado pelo Comitê de Ética da FCHS, UNESP-Franca, conforme o número do CAAE 52357721.7.0000.5408. Portanto, a partir da aprovação da pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com pessoas em situação de rua e com trabalhadoras(es) do Centro Pop, de Franca, visando compreender o trabalho desenvolvido no período da pandemia da COVID-19, estabelecida a partir de 2020, impactando diretamente as políticas sociais públicas.

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, que compreende um total de doze (12) entrevistas, sendo nove (9) com usuários do Centro Pop: oito (8) do sexo masculino e uma (1) no sexo feminino. Também foram entrevistadas uma (1) educadora social e um (1) assistente social, além de um (1) servidor ajudante geral. O critério de seleção para as entrevistas foi por meio de um convite oralmente verbalizado, concedido a total liberdade para participar ou não. Vale ressaltar que as entrevistas foram feitas sobre caráter do anonimato, por isso foi preservado o nome dos entrevistados.

No conjunto do trabalho são utilizados os depoimentos coletados e as fotografias feitas pela autora desse estudo, sendo que houve a preocupação em preservar o sigilo e a identificação das pessoas.

## CAPÍTULO 1 - FOTOGRAFIA: UM MUNDO VISÍVEL

O que a fotografia reproduz ao infinito só ocorreu uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente.

Roland Barthes.

### 1.1 INVENTÁRIO DA FOTOGRAFIA

Uma fresta de luz rompeu aquela completa escuridão que havia dentro da caverna. Por essa luz, imagens ou figuras de homens, mulheres, animais eram projetadas na parede da caverna e não só podiam ver como também ouvir sons das pessoas conversando do lado de fora. Como era possível uma fresta de luz ampliar aquele mundo exterior ao qual ninguém sabia que existia? Essas imagens refletidas eram reais? Esse mundo refletido dentro da caverna existia lá fora?

A caverna de Platão faz uma alegoria da teoria do conhecimento, a qual Sócrates explica ao jovem Glauco “o que é e como se adquire o conhecimento verdadeiro” (CHAUI, 2002, p. 257). O decorrer da narrativa conta que um dos prisioneiros decide abandonar a condição em que se encontra, fabrica um instrumento que o ajuda a quebrar os grilhões que o prende, se movimenta, percorre um caminho difícil e sai da caverna. Ao sair, a luz externa ofuscou seus olhos e só aos poucos é que habitua-se à luz e passa a ver o mundo, encantando-se “[...] tem a felicidade de finalmente ver as próprias coisas” (CHAUI, 2002, p. 260).

Por esse mito, percebe-se os elementos que constituem a consciência crítica e a fotografia: sombra, luz, imagem, percepção, visão, audição, sensibilidade. São elementos que ao serem somados aos mecanismos da câmera fotográfica, seja ela analógica ou digital, resultam em uma imagem que pode ser vista, contemplada, analisada.

De acordo com Susan Sontag (2004, p. 13),

[...]existem à nossa volta muito mais imagens que solicitam nossa atenção. O inventário teve início em 1839, e, desde então, praticamente tudo foi fotografado, ou pelo menos assim parece. Essa insaciabilidade do olho que fotografa altera as condições do confinamento na caverna: o nosso mundo. Ao nos ensinar um novo código visual, as fotos modificam e ampliam nossas ideias sobre o que vale a pena olhar e sobre o que temos o direito de observar. Constituem uma gramática e, mais importante ainda, uma ética do ver. Por fim, o resultado mais extraordinário da atividade fotográfica é nos dar a sensação de que podemos reter o mundo inteiro em nossa cabeça [...].

Uma fotografia transcende a memória individual e coletiva. Ela nos revela o mundo e pode ser objeto de análise crítica para a compreensão da realidade social em qualquer época da história. A partir dos códigos visuais existentes numa fotografia, apreendemos inúmeras sensações, emoções e interpretações que nos levam a conhecer o desconhecido, o mundo fora da caverna.

Como toda história tem um início, a trajetória da fotografia se iniciou em meados do século XVI, quando Leonardo da Vinci e Giovanni Battista Della Porta usavam um método que os auxiliava no desenho, método esse denominado de câmera obscura (OLIVEIRA, 2003, p. 2). Della Porta, no ano de 1558, publicou de forma detalhada o funcionamento da câmera, dizendo:

Esta câmera era um quarto estanque à luz, possuía um orifício de um lado e a parede à sua frente pintada de branco. A câmera obscura inicialmente possuía grandes dimensões, e os artistas se posicionavam em seu interior para calcar a imagem projetada através do orifício em telas, papéis e pergaminhos. Com o passar dos séculos, os estudiosos da câmera obscura perceberam que poderiam utilizar o fenômeno de outra maneira, isto é, tornando-a menor e obtendo o mesmo efeito (OLIVEIRA, 2003, p.2).

Neste sentido, a câmera obscura foi um instrumento primordial para que as fotografias pudessem ser feitas. A partir da invenção da fotografia, que se deu nos meados do século XIX, a sociedade conheceu o mundo, não só conheceu como também participou do processo de transformação econômica, social e cultural (KOSSOY, 2020, p. 29). Antes de conhecermos os feitos da fotografia sobre e com a sociedade, uma pergunta pode ser feita: fotografia, o que isso significa?

No documentário “O sal da terra”, Sebastião Salgado (2014), fotógrafo brasileiro muito bem conceituado, mostra que a definição da palavra fotografia vem do grego: Photographien, onde “photos” significa luz e “graphien” quer dizer escrever, desenhar, logo fotografar significa desenhar com a luz. Melhor dizendo as palavras de Salgado (2014) “[...] um fotógrafo é, literalmente, alguém que desenha em luz, um homem que escreve e reescreve o mundo em luzes e sombras”.

Segundo Boris Kossoy (2020, p. 29) a fotografia é uma das invenções que surgiu com a Revolução Industrial, tendo um “[...] papel fundamental enquanto possibilidade inovadora de informação e conhecimento, instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência e também como forma de expressão artística”.

Vale ressaltar que a Revolução Industrial teve seu início na Inglaterra por volta do final do século XVIII e primeira metade do século XIX, espalhando-se por toda a Europa Ocidental,

alcançando os Estados Unidos por meio da migração. Segundo Maria Lúcia Martinelli (2011), uma importante estudiosa do Serviço Social, a Revolução Industrial produziu um conjunto de transformações na sociedade, afetando a estrutura social, a organização econômica e modos de produção.

Dessa forma, a transformação se deu através de uma revolução econômica e social a partir do século XIX, visto que a Revolução Industrial foi palco de grandes invenções no campo maquinário, técnico e do processo de produção. Tal impacto veio com as máquinas automáticas, que provocaram grande mudança na sociedade e nas fábricas.

O novo modo de produção exigia a concentração dos trabalhadores em um espaço específico: a fábrica, a indústria, *locus* da concentração da produção, tendo em vista a expansão do capital. A máquina a vapor e o tear mecânico tornaram-se os verdadeiros deuses dos capitalistas, e a fábrica, o seu templo [...] O seu templo – a moderna indústria – permanecia sempre cheio, porém não de adoradores mas de operários, cuja vida era cotidianamente sacrificada em nome da acumulação do capital e da produção da mais-valia (MARTINELLI, 2011, p. 36, grifo da autora).

Sendo assim, neste período a condição de vida dos trabalhadores era precária, trabalhavam dentro de regime de exaustivas horas, sob pressão para cumprir a demanda de produção, não possuíam qualidade de vida e muito menos seus direitos trabalhistas garantidos. Nas palavras de Martinelli (2011), sofrendo as agruras da vida operária é que os operários se uniram e assumiram estratégias de protestos, recusando “[...] serem destruídos pela máquina, devorados pelo capitalismo” (MARTINELLI, 2011, p. 36-37).

O próprio movimento do capital desencadeia o movimento do proletariado, de forma tal que ao grande surto de desenvolvimento trazido pela Revolução Industrial, sobretudo em seu período áureo, de 1850 a 1875, período de grandes indústrias siderúrgicas, da chamada era ferroviária, correspondeu uma mudança qualitativa de fundamental importância para a história da sociedade. Os operários individuais por força de seus movimentos e lutas e de forma contraditória e complexa, haviam se transformado em um proletariado fabril de caráter homogêneo, caminhando já coletivamente para a construção de sua identidade de classe. As inúmeras transformações trazidas pela Revolução Industrial haviam acentuado profundamente a polarização social: a sociedade de classes no último quartel do século XIX era uma realidade inegável, a moderna sociedade burguesa fez com que a ruptura e a cisão atingissem o seu ponto terminal (MARTINELLI, 2011, p. 37).

Mas, qual a relação entre o movimento do capital, movimento do proletariado, o surgimento das classes sociais, a burguesia adentrando a modernidade e a fotografia, que é o tema principal deste estudo?

A pintura antecede a fotografia e sua multiplicação, até então, não era possível por meio de maquinários, somente através da cópia feita manualmente. Foi a xilogravura que tornou possível as artes gráficas serem, de acordo com Benjamin (2020), tecnicamente reproduzíveis. Na Idade Média, a xilogravura permitiu a “[...] gravura em cobre com ponta seca e a água-forte, assim como a litografia, no início do século XIX” (BENJAMIN, 2020, p. 54).

Com a litografia a técnica reprodutiva atinge um patamar fundamentalmente novo. O procedimento muito mais sucinto, que distingue a aplicação do desenho sobre uma pedra de seu entalhe em um bloco de madeira ou de sua fresagem em uma placa de cobre, deu às artes gráficas pela primeira vez a possibilidade de trazer sua produção ao mercado não apenas massivamente (como até então), mas também em variações diariamente renovadas. Por meio da litografia, as artes gráficas tornaram-se capazes de acompanhar o dia a dia de maneira ilustrativa. Elas começaram a acompanhar o ritmo da impressão. Nisso, porém, já foram superadas, poucas décadas após a invenção da impressão sobre pedras, pela fotografia (BENJAMIN, 2020, p. 55).

É com a fotografia que “[...] a mão foi pela primeira vez aliviada das mais importantes obrigações artísticas no processo de reprodução figurativa, as quais recairiam a partir daí exclusivamente sobre o olho” (BENJAMIN, 2020, p. 55).

A partir do momento em que a Revolução Industrial se instala na sociedade e modifica toda a sua estrutura por intermédio dos maquinários, modos de produção, crescimento populacional, alargamento dos centros urbanos modifica também as relações sociais e culturais. Neste sentido, uma série de invenções afetaram os rumos da história da sociedade, inclusive a fotografia, que teve seu consumo crescente, ininterrupto. Pensando na técnica fotográfica, essa foi se aperfeiçoando gradativamente, em especial a artesanal que, segundo afirma Kossoy (2020, p. 29-30),

[...] se viu mais e mais sofisticada à medida que aquele consumo, que ocorria particularmente nos grandes centros europeus e nos Estados Unidos, justificou inversões significativas de capital em pesquisas e na produção de equipamentos e materiais fotossensíveis. A enorme aceitação que a fotografia teve, notadamente a partir da década de 1860, propiciou o surgimento de verdadeiros impérios industriais e comerciais.

Com a ascensão da fotografia na sociedade moderna, o mundo mudou nesta ocasião, melhor dizendo, “[...] microaspectos do mundo passaram a ser cada vez mais conhecidos através de sua representação. O mundo, a partir da alvorada do século XX, se viu, aos poucos, substituído por sua *imagem fotográfica*. O mundo tornou-se, assim, *portátil e ilustrado*” (KOSSOY, 2020, p. 31, grifo do autor).

Inclusive, Kossoy (2020) destaca alguns temas que eram solicitados aos fotógrafos daquela época, como: a arquitetura das cidades, as obras de implantação das estradas de ferro, o registro das paisagens urbana e rural, retratos em estúdio, os conflitos armados e as expedições científicas. Além de que “[...] a expressão cultural dos povos exteriorizada através de seus costumes, habitação, monumentos, mitos e religiões, fatos sociais e políticos passou a ser gradativamente documentada pela câmara” (KOSSOY, 2020, p. 30).

Com o advento da indústria gráfica houve a possibilidade da “[...] multiplicação da imagem fotográfica em quantidades cada vez maiores através da via impressa” (KOSSOY, 2020, p. 30), ao contrário da pintura que “[...] jamais teve um objetivo tão imperioso. A subsequente industrialização da tecnologia da câmara apenas cumpriu uma promessa inerente à fotografia, desde o seu início: democratizar todas as experiências ao traduzi-las em imagens” (SONTAG, 2004, p. 18).

As primeiras câmeras, feitas na França e na Inglaterra no início da década de 1840, só contavam com os inventores e os aficionados para operá-las. Uma vez que, na época, não existiam fotógrafos profissionais, não poderia tampouco haver amadores, e tirar fotos não tinha nenhuma utilidade social clara; tratava-se de uma atividade gratuita, ou seja, artística, embora com poucas pretensões a ser uma arte. Foi apenas com a industrialização que a fotografia adquiriu a merecida reputação de arte. Assim como a industrialização propiciou os usos sociais para as atividades do fotógrafo, a reação contra esses usos reforçou a consciência da fotografia como arte (SONTAG, 2004, p. 18).

O desenvolvimento tecnológico propiciou a evolução da câmara fotográfica que inicialmente utilizava a câmara obscura, um instrumento grande e pesado e atualmente há câmeras menores, fáceis de serem carregadas, com estruturas avançadas para envios, compartilhamentos, impressões e arquivamentos, exemplo dessa tecnologia são os smartphones em que qualquer pessoa, sendo profissional de fotografia ou não, faz fotos. Na medida em que as câmeras fotográficas evoluíram surgiram gêneros fotográficos, representados nos estilos que os fotógrafos adotavam para retratar o mundo ao seu redor e “abraçar os princípios estéticos das belas-artes” (SMITH, 2018, p. 6).

Destaca-se alguns gêneros: monocromático, retrato, paisagem, fotografia de rua, guerra, propaganda, fotojornalismo, documentário, humanismo, selfie<sup>1</sup>, dentre outros. Por certo, pensar sobre os gêneros não “[...] se concentra apenas nas abordagens estéticas da prática fotográfica, mas também marca o desenvolvimento ideológico e comercial do meio, do

---

<sup>1</sup> O termo ‘selfie’, segundo Smith (2018), passou a “representar a forma mais onipresente do autorretrato”, seu uso e aplicação cresceu com a evolução dos celulares smartphones e uso das redes sociais.

fotojornalismo, da fotografia paparazzi e da propaganda à publicidade, moda e política” (SMITH, 2018, p. 7).

Com efeito, olhar para o mundo é perceber as diversidades de pessoas, de formas, de natureza, de contextos. Não há como enquadrar a fotografia somente dentro de um gênero, sendo assim, é que se abordam os temas, pois eles abrangem uma variedade de gêneros, “[...] fornecem um registro da maneira como percebemos a nós mesmos e ao mundo que nos rodeia” (SMITH, 2018, p. 8).

A fotografia envolve não somente o externo que se vê, mas também o mundo particular da pessoa que faz a foto, há uma conexão entre o objeto a ser fotografado e o olho que captura e concretiza a fotografia, é o que veremos adiante.

Como negar o tema? Ele se impõe. E porque existem temas em tudo o que se passa no mundo bem como no nosso universo mais pessoal, basta ser lúcido perante o que se passa e honesto face ao que sentimos. Situar-se, em suma, em relação ao que se percebe. O tema não consiste em coletar fatos, pois em si mesmos os fatos não oferecem interesse. O importante é escolher entre eles; captar o fato verdadeiro em relação à realidade profunda (CARTIER-BRESSON, 2015, p. 20).

Ian Haydn Smith (2018) faz uma relação que objetivamente especifica o que seria um tema, eis aqui alguns nomes: animais, religião, movimento, clima, arquitetura, morte, classe, pobreza, política, pessoas, família, crime, esporte, música, dentre outros.

Saliente-se ainda que, Cartier-Bresson (2015) aprofunda ao dizer que, um tema sem a composição resulta em uma fotografia amorfa e sem vida, quando olhamos para uma foto não a vemos em partes, a vemos como um quadro. A composição é, de acordo com Cartier-Bresson (2015, p. 24) “uma coalizão simultânea, a coordenação orgânica de elementos visuais”.

Deve-se situar a máquina fotográfica no espaço em relação ao objeto, e começa aí o grande domínio da composição. A fotografia é para mim o reconhecimento na realidade de um ritmo de superfícies, de linhas ou de valores; o olho recorta o objeto e o aparelho só tem de fazer seu trabalho: imprimir a decisão do olho na película[...] Não se compõe gratuitamente, é preciso uma necessidade e não é possível separar o fundo da forma. Em fotografia, há uma plástica nova, função de linhas instantâneas; nós trabalhamos no movimento, uma espécie de pressentimento da vida, e a fotografia deve captar, no movimento, o equilíbrio expressivo (CARTIER-BRESSON, 2015, p. 24).

Neste sentido, a fotografia foi e é um “intrigante documento visual” (KOSSOY, 2020, p. 32), além disso, a fotografia possui o poder da informação e desinformação, capacidade de emocionar e transformar, de denunciar e manipular (KOSSOY, 2014, p. 31).

Marcos Antonio Limonti Filho (2014) fez um importante estudo de trabalho de conclusão de curso de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP Campus Franca/SP, contando com a orientação da Profa. Dra. Raquel Santos Sant’Ana. Este estudo se apresenta com o título de *Fotografia Documental: uma análise da questão social*. Destaca-se um fato histórico que revela o total poder que a fotografia pode exercer sobre a sociedade por intermédio do compromisso que cada fotógrafo possui com determinadas causas,

Lewis Hine foi para alguns autores o principal expoente da fotografia de compromisso social na gênese do documentarismo social, sendo considerado o “pai do fotodocumentarismo”. Com formação em sociologia, filosofia e educação, dedicou-se no início da carreira a retratar o cotidiano dos imigrantes nos Estados Unidos. Utilizava as fotografias como instrumento de educação nas salas de aulas: “elas ajudavam a passar uma imagem simpática dos imigrantes, muito hostilizados à época [...]” (BONI, 2008, p. 11 apud LIMONTI FILHO, 2014, p. 29).

Vê-se a presença formadora da fotografia na educação e ao retratar outros detalhes profundos da realidade social que surgiram com o desenvolvimento industrial, Hine na condição de fotógrafo social da Comissão Nacional do Trabalho infantil fez fotos chocantes, com caráter de “denúncia social” (LIMONTI FILHO, 2014, p. 30), das crianças trabalhando em algodoarias, plantações de beterraba e minas de carvão, conforme explicita Sontag (2004, p.78). Essas fotos “[...] foram fundamentais para mudar as leis trabalhistas norte-americanas” (SMITH, 2018, p. 64) e “[...] influenciaram, de fato, legisladores a tornar ilegal o trabalho infantil” (SONTAG, 2004, p. 78).

A formação acadêmica de Hine contribui para seu desenvolvimento enquanto fotógrafo utilizava-se sempre da escrita e da fotografia como evidência da realidade descrita. Hine percorreu os Estados Unidos fotografando e entrevistando as crianças em atividades laborais, sempre se preocupava com o nome e a idade dos fotografados. Nas conversas tentava desvendar os motivos que levavam as crianças a terem que trabalhar ou serem forçadas ao ofício. Essas informações eram reunidas nas análises das centenas de artigos publicados sobre o assunto e nas legendas das fotografias expostas (LIMONTI, 2014, p. 30).

**Figura 1** - “Jo, 6 anos puxando beterrabas para seus pais em uma fazenda perto de Sterling, Colorado”



**Fonte:** Fotografia de Lewis Wickes Hine (Sterling, Colorado, USA, 21 de outubro de 1915). Library of Congress, Prints & Photographs Division, National Child Labor Committee Collection (LC-DIG-nclc-00328) apud SANTOS JÚNIOR et al, 2013, p. 131.

O fotógrafo não é um mero reprodutor da realidade, daquilo que vê, fotografa e revela. Ele carrega em si um compromisso ético e moral, pois tem consciência de que a fotografia pode informar e provocar sensações, emoções. Ao longo da história, ela foi conquistando seu espaço e mostra-se cada vez mais que está para além de um brinquedo, carregando em si a capacidade de documentar a história social, cultural, civilizacional, capacidade de criar memórias, como dito antes “escrever e reescrever o mundo com luzes e sombras” (SALGADO, 2014, on-line).

Em suma, antes de fotografar é necessário sair da caverna, seja através do diálogo, da pesquisa, de uma entrevista, de estudos, aproximar ao objeto que será fotografado, só assim é possível fotografar a realidade, o que há de verdadeiro, parafraseando Chauí (2002, p. 261) “conhecer é, pois, um ato de libertação e de iluminação”.

## **1.2 HERCULE FLORENCE: O INVENTOR DA FOTOGRAFIA NO BRASIL**

“Empresta-me teus raios, ó divino Sol” (FLORENCE, 1830-1862, p. 132 apud OLIVEIRA, 2003, p. 11), este foi o singelo pedido de Hercule Florence em um dos seus experimentos com a tentativa da inversão da imagem em negativo e positivo (OLIVEIRA, 2003, p.11). Seu nome é Antonie Hercule Romuald Florence, o consagrado inventor da fotografia, da poligrafia, do papel inimitável, da zoofonia, experimentos e invenções essas que foram descobertas em solo brasileiro.

Hercule Florence nasceu em Nice (França) no ano de 1804, possuía um talento artístico e na sua juventude alistou-se na marinha real francesa. Sua experiência de aprendiz a bordo (grumete) foi curta, aconteceu entre 1823 e 1824, ano em que o mesmo deixou a embarcação que aportara no Rio de Janeiro, Brasil. A partir deste ponto é que se inicia sua jornada em terras brasileiras, onde arranjou um trabalho em uma loja de tecidos como caixeiro, posteriormente foi contratado por Pierre Plancher, que era um francês, tipógrafo, livreiro que logo fundaria o *Jornal do Comércio*, jornal este que mais tarde traria uma notícia que marcaria profundamente Hercule Florence (MARQUESE, 2016, p. 12).

A estadia no Rio de Janeiro foi igualmente curta. Seja por meio desses anúncios ou pelos contatos com a comunidade francesa local, em meados de 1825, Georg Hendrich von Langsdorff recrutou o jovem Hercule Florence, então com apenas 21 anos, para servir como geógrafo e desenhista na segunda e mais ambiciosa parte de sua expedição científica, custeada pelo czar Alexandre I. Nos dois anos seguintes (junho de 1826 a setembro de 1828), o notável grupo de artistas e cientistas contratado por Langsdorff percorreu as vastíssimas rotas fluviais criadas no século do ouro para atender as minas do Mato Grosso (Cuiabá e Vila Bela), e que ligavam, em um eixo articulado pelos rios pantaneiros, a localidade paulista de Porto Feliz (na bacia do Paraná) à cidade de Belém do Pará (na bacia Amazônica) [...] (MARQUESE, 2016, p. 12).

Das anotações feitas durante a expedição, Florence publicou um estudo sobre os sons emitidos pelos animais da fauna, nomeou este estudo de Zoofonia (*Zoophonie*). Em 1830, casou-se com uma brasileira e passou a residir na vila de São Carlos, atual cidade de Campinas, que fica a cerca de 310 km do município de Franca/SP. Nesta vila, deu início ao “processo de impressão projetado para ser mais econômico e eficiente do que a gravura e a litografia” (TURAZZI, 2008, p. 20).

A ‘polygraphia’ (ou ‘autographia’, como ele também denominou o processo) apresentava, basicamente, as seguintes vantagens: a chapa impressora, um “simples papel poligráfico” mais econômico do que a pedra, o metal ou a madeira, podia ser tintada uma única vez para toda a tiragem e o processo permitia a impressão simultânea de várias cores (TURAZZI, 2008, p. 20).

A partir de então, Florence passou a comercializar a poligrafia ao conceber os mesmos mecanismos da câmera obscura. Depreendemos de Oliveira (2003, p.2) que “[...] a primeira descoberta importante para chegar-se à gravação da imagem foi a câmera obscura, princípio básico da máquina fotográfica”, e funciona assim:

[...] é preciso considerar as propriedades físicas da luz – uma forma de energia eletromagnética, que se propaga em linha reta a partir de uma fonte luminosa. Quando um desses raios luminosos incide sobre um objeto de superfície irregular ou opaca, é

refletido de um modo difuso, isto é, em todas as direções. Portanto, o orifício da câmara obscura, quando diante de um objeto, deixará passar para o interior dela alguns desses raios, que irão se projetar na parede branca. E, como cada ponto iluminado do objeto reflete os raios de luz, temos, então, uma projeção de imagem em negativo, invertida e de cabeça para baixo (OLIVEIRA, 2003. p.2).

Nota-se que Florence no ano de 1833, residindo no Brasil, já produzia cópias de rótulos de farmácia e diplomas maçônicos por meio do sistema da poligrafia, o que um ano depois, em 1834, segundo Turazzi (2008, p. 20) empregou pela primeira vez a palavra “photographier”, deixando-a registrada em seu livro de anotações. Reforça-se aqui, Hercule Florence descobriu a fotografia no Brasil “em 1833, seis anos antes do anúncio oficial na Europa” (OLIVEIRA, 2003, p. 1), no entanto, não conseguiu obter o reconhecimento e nem registrar a patente, “[...] Florence procurou ao máximo explorar todas as possibilidades que se apresentaram em seu caminho para melhor divulgar e legitimar a autoria de suas invenções” (TURAZZI, 2008. p. 20), no entanto, pelos relatos, cartas, memórias deixados por ele, revelam que “[...] jamais obteve qualquer resposta para a correspondência que enviou ao governo francês” (TURAZZI, 2008, p. 20). E não houve, da parte do Brasil, qualquer incentivo ou apoio para patentear a invenção de Florence.

[...] “Não passarei em silêncio, um incidente que começou em 1833. Veio-me à idéia um dia, era 15 de agosto (1832), que se poderiam fixar as imagens na câmara escura. Realizando a primeira experiência, verifiquei que raios solares passaram diretamente, do tudo mal ajustado ao instrumento, e sensibilizaram o papel embebido de nitrato de prata. Patentou-se-me, então, que se poderiam imprimir escrita e desenhos gravados (a jour sur) em vidro coberto de negro e goma. Imprimi um anúncio com uma fama a fazer às vezes de cabeçalho, que espalhei pela cidade e que me fez vender muitas mercadorias, porque fazer propaganda desse tipo era novidade para Campinas. Dei ao processo o nome de “Fotografia”. Entre outros desenhos e autógrafos fotografados, imprimi ao sol o retrato de um índio Bororó, que enviei ao Sr. Felix Taunay, que me respondeu com a notícia de o ter colocado no álbum do príncipe de Joinville, por ocasião de sua primeira viagem ao Rio de Janeiro. Certo ano em que estive nessa cidade, se não me engano, em 1836, falei-lhe a respeito de tais experiências [...] (OLIVEIRA, 2003, p. 9).

Florence foi tomado por um súbito desalento em 1839, quando o Jornal do Comércio, a quem trabalhou quando chegou ao Brasil, noticiou a descoberta da Daguerre na França. Em 1840, o mesmo jornal noticiou a chegada do daguerreótipo no Rio de Janeiro, dizendo que “[...] em menos de nove minutos, o chafariz do Largo do Paço, a Praça do Peixe e todos os objetos circunstantes se achavam produzidos com tal fidelidade, precisão e minuciosidade que bem se via que a coisa tinha sido feita pela mão da natureza, e quase sem a intervenção do artista” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1840, p. 2 apud OLIVEIRA, 2003, p. 6).

Louis Jacques Mandé Daguerre foi o inventor do 'Daguerreótipo' que é a imagem fixa, resultado da experiência que consistiu em colocar placas de cobre na câmera escura, “[...] recobertas com prata polida e sensibilizadas sobre o vapor de iodo, formando uma capa de iodeto de prata sensível à luz” (OLIVEIRA, 2003, p. 4). E ao acaso, numa noite de 1835, Daguerre descobriu que o calor e a escuridão propiciou o surgimento de uma imagem “[...] de densidade bastante satisfatória, tornando visível a imagem das placas subexpostas, em todas as áreas atingidas pela luz” (OLIVEIRA, 2003, p. 4).

Reivindicando para si o reconhecimento que julgava merecer, ao menos pela invenção da poligrafia, sem deixar de manifestar também uma grande frustração por não ter assegurado a paternidade da fotografia, Florence investiu na escrita de si e, com ela, na posteridade. Em sua autobiografia, via-se como “um amigo das artes abandonado à própria sorte” e deu a si próprio o epíteto de “inventor no exílio”. Passaria o resto da vida escrevendo cartas, compilando anotações e reunindo memórias para reafirmar publicamente a anterioridade das idéias, das palavras e das imagens associadas às suas invenções (TURAZZI, 2008, p. 24).

É possível sentir ao ler a história de Hercule Florence sua frustração ao saber que o governo francês não lhe deu créditos pela invenção e um pouco tempo depois concedeu os direitos autorais à invenção de Daguerre. Uma dúvida paira nos pensamentos, porque houve tanto descrédito quanto ao que vinha de um ávido pesquisador situado no Brasil? Marquese (2016) faz um apontamento que responderia se a pergunta fosse ao contrário: por que no Brasil as invenções de Florence não foram reconhecidas? E o apontamento esbarra na questão social e cultura existente naquela época, sendo um país de agricultores e comerciantes “[...] no qual a ignorância sobre o que ele propunha em termos científicos e artísticos era absoluta” (MARQUESE, 2016, p. 15).

Hercule Florence faleceu com 75 anos de idade, no dia 27 de março de 1879, em Campinas/SP. Sua história de vida e também de suas experiências e frustrações foram amplamente documentadas e na década de 1970 a publicação da sólida e extensa pesquisa feita pelo fotógrafo e historiador Boris Kossoy,

[...] é que essa invenção em terras brasileiras conquistou de fato um espaço próprio na chamada “história da fotografia mundial”, atraindo para o nome de Florence outras formas de reconhecimento social, no Brasil e no exterior, como um dos inventores de processos fotográficos (referências em dicionários, exposições, livros didáticos etc) (TURAZZI, 2008, p. 26).

A trajetória de Hercule Florence não deve ser isolada da história da fotografia no Brasil, o mesmo contribuiu com um acervo literário, artístico e fotográfico que historicamente “[...] representa uma janela inigualável para a compreensão do Brasil e do mundo do século XIX” (MARQUESE, 2016, p. 45).

### 1.3 A FOTOGRAFIA NO BRASIL IMAGINÁRIO DO SÉCULO XIX

Brasil, que país é esse? Como seria a história do Brasil retratada pelos negros africanos que aqui estavam? Como seria contada a história mediante as pinturas, litogravuras, fotografias feitas por artistas e fotógrafos negros? Se aqui temos uma história construídas por meio da narrativa eurocêntrica, teríamos a história construída por meio dos próprios negros que vivenciaram em seu cotidiano a violência do trabalho escravizado e os rebatimentos deste período histórico.

No entanto, toda iconografia revelada é marcada pelo olhar “[...] daqueles que não convivem longamente com a realidade da terra, e trazem na mala de viagem as concepções e modelos em que foram socializados artística e filosoficamente, nos seus países de origem” (SCHWARCZ, 2018, p. 42). Enquanto muitos estrangeiros não pousavam suas comitivas em terras do então imaginário Brasil, expedições, viajantes, missionários, pintores e fotógrafos estrangeiros é quem reproduziam a iconografia deste país e revelavam o que aqui existia. Segundo a autora Schwarcz (2018, p. 43), “[...] boa parte das nossas gravuras, óleos, litografias e fotografias são em geral enaltecedores” documentos pintados para agradar os clientes.

Incluídas nos livros didáticos como se não tivessem tempo, autoria ou lugar, essas obras de arte acabaram por fixar representações acerca de uma “boa escravidão”; como se fosse possível, a qualquer sistema do tipo, não se pautar na violência. Elas são, assim, obras que sempre contam com a imaginação de seus criadores e também com um punhado de intenção (SCHWARCZ, 2018, p. 43).

Lélia Gonzalez (1935-1994), mulher, quilombola, professora universitária, filósofa, antropóloga, intelectual, ativista do movimento negro e do feminismo negro (UCPA, 2018) bravamente abriu as cortinas, quebrando o silêncio e expondo o lado ocultado história oficial. Ela, cuja raízes estão alicerçadas na força da mulher negra, revela que por mais que a história oficial estrategicamente aponta os estereótipos “[...] a respeito do negro: de passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravidão, etc.” (GONZALEZ,

2018, p. 36), o real é que o povo negro resistiu, bem como enfatiza, buscando formas “contra a situação sub-humana em que foi lançado” (GONZALEZ, 2018, p. 36).

De acordo com as informações que obtivemos da historiadora negra Maria Beatriz Nascimento, já em 1559 se tem notícia da formação dos primeiros quilombos, essas formas alternativas de sociedade, na região das plantações de cana do nordeste. E os quilombos existiram em todo o país como a contrapartida, o modo de resistência organizada do povo negro contra a superexploração de que era objeto. Sua distribuição geográfica articulou-se com a migração interna da população escrava (principalmente depois de 1850), forçada a satisfazer as exigências econômicas regionais do sistema. Os chamados “ciclos da economia brasileira” do período escravista (açúcar, mineração e café, além de outros mais secundários, como algodão, fumo, etc.) obrigavam a população escrava a tais deslocamentos e esta, por sua vez, resistia com a formação dos quilombos (GONZALEZ, 2018, p. 36).

Alguns autores apontam sobre a questão de ler as imagens do período histórico no Brasil escravista, porque há detalhes que apontam as contradições imagéticas com o real fato, “[...] é preciso confiar nesta iconografia e, ao mesmo tempo, dela desconfiar” (SCHWARCZ, 2018, p. 43). Partindo dessa crítica, Kossoy (2014, p. 105) nos lembra que as informações em imagens transmitidas pela mídia carregam em si a memória, e “[...] podem, ao mesmo tempo, constituírem instrumento de manipulação política e ideológica”.

Tal como as palavras, as imagens são controladas e censuradas; prestam-se como “provas” de subversão, são também instrumentos de poder para aqueles que detêm, num dado momento, o controle da informação. As fontes iconográficas - produzidas através de diferentes formas de expressão gráfica, como os desenhos, pinturas, gravuras sob diferentes técnicas, e fotografias - carregam em si informações sobre certos fatos e sobre a mentalidade de uma época. Assim, não só complementam as informações transmitidas pelas fontes escritas, como também, enriquecem o conhecimento com dados reveladores. Dados que, por vezes, jamais foram mencionados pela historiografia tradicional escrita (KOSSOY, 2014, p. 105-106).

Há uma frase em um dos textos escritos no livro *Dicionário da escravidão e liberdade* que diz “[...] não se estuda o escravismo sem emoção e sem um sentimento de vergonha e remorso” (COSTA E SILVA, 2018, p. 11) e somos tomados por esse sentimento mesmo, visto que em certa altura da educação dos brasileiros e brasileiras a história sobre o período da escravidão teve seus recortes a fim de apaziguar a gigantesca violência existente sobre a vida do negro a partir dos anos de 1500, tudo foi muito injusto, soberbo e totalmente sem compaixão.

Vimos que no início do século XIX uma parte do mundo entrava na era moderna, da industrialização e todo o sistema do capital estava envolto da procura pela evolução tecnológica e das riquezas que poderia obter mediante ao modo de produção vigente. Enquanto que no Brasil já se empregava o sistema escravista, que construía a economia e formava a nação

brasileira trazendo homens, mulheres, crianças, famílias de negros africanos, não de forma digna e humana, mas de forma brutal tal como conhecemos “[...] todos aqueles ingredientes que dinamizaram o trabalho durante quase quatro séculos de escravidão” (MOURA, 1992, p, 7) e ainda “[...] em todas as áreas do Brasil eles construíram a nossa economia em desenvolvimento, mas, por outro lado, foram sumariamente excluídos da divisão dessa riqueza” (MOURA, 1992, p, 7).

O negro escravizado no Brasil-Colônia, segundo Moura (1992), foram importados como mercadorias para suprir a mão de obra no auge da produção açucareira e sem amparo de direitos humanos e trabalhistas o negro vivia de forma desumana e como se mercadoria fosse, podendo “[...] ser vendido, trocado, castigado, mutilado ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir em seu favor” (MOURA, 1992, p. 15-16).

A distribuição de mão de obra atingia não somente as indústrias açucareiras, mas também a mineração e plantações de café, conforme a região do Brasil. Além de que, negros e negras trabalhavam também como “[...] mucamas, cozinheiras, cocheiros, carregadores de leiteiras, transportadores de *tigres*, limpadores de estrebarias, moleques de recado, doceiras, amas-de-leite, parteiras, carregadores de lenha e inúmeras outras ocupações que faziam funcionar a casa-grande” (MOURA, 1992, p. 19).

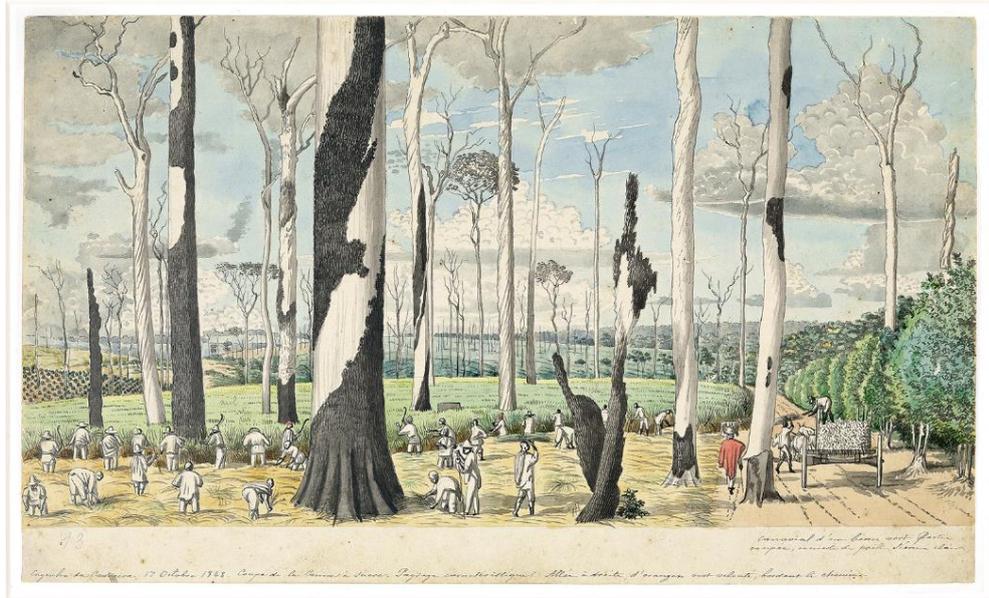
Neste sentido, a iconografia mais difundida nos livros didáticos, nos jornais foram de artistas que aqui estavam vivendo ou visitando as colônias. Schwarcz (2018, p. 43) destaca alguns pintores como Debret, Elder, Rugendas, Frans Post, Chamberlain, que tinham objetivos particulares ou encomendas a se fazer em troca de prestígio artístico e financeiros. Além disso, dessas imagens produzidas por esses e outros pintores artistas, boa parte, no século XIX, se concentraram no Rio de Janeiro e São Paulo, sendo utilizadas “[...] indiscriminadamente como se o que valesse para essas províncias valesse para todas as outras” (SCHWARCZ, 2018, p. 44-45).

Hercule Florence (1830-1862), citado anteriormente, contribuiu para a história do Brasil através dos seus registros escritos e desenhos pintados à aquarela, retratando suas experiências e vivências em volta do plantio de café e da cana-de-açúcar na região paulista. Dentre os registros, percebe-se que Florence não só observou a questão dos trabalhadores escravizados nas fazendas como também observou a questão ambiental marcada pela degradação acentuada no sistema escravista, desmatavam para que o plantio de café e cana-de-açúcar pudesse se expandir e gerar lucros.

Em 1848, Florence fez um registro em aquarela utilizando cores e máxima expressão do que seus olhos viam diante de um engenho, onde acontecia o “[...] processo de trabalho

coletivo dos escravos no corte da cana - marcado pela marcha em linha sobre o canavial - e o fluxo da matéria-prima sendo transportada em carro de boi para o engenho” (MARQUESE, 2016, p. 21-22), como se pode ver:

**Figura 2** - Engenho da Caxoeira, corte da cana de açúcar, 17 out. 1848.



**Fonte:** Hercule Florence, aquarela e nanquim sobre papel, 23,4 x 37,9 cm. Coleção Cyrillo Hercule Florence, São Paulo. Fotografia de Jorge Bastos apud Marquese, 2016, p. 22.

É interessante destacar neste contexto que Marquese (2016) apura um trecho do comentário escrito por Florence a respeito dessa aquarela, que diz “[...] enquanto me encarrego de registrar com meu lápis esses quarenta negros em movimento, o feitor negro chicoteia um negro. A mim, me parece que ele queria me mostrar seu zelo, e a ideia de que fui causa deste castigo, me faz apressar meu trabalho” (FLORENCE, 1848 apud MARQUESE, 2016, p. 22).

Destaca-se, de fato a iconografia que representa o Brasil escravista não denota toda a realidade, pois está carregada de criações artísticas que apaziguam ou escondem por completo toda a violência que a escravidão gerou sobre a vida dos milhares de negras e negros africanos retidos no país.

Schwarz (2018, p. 46) como historiadora e pesquisadora, afirma que “[...] infelizmente, até o momento quase não temos registros de escravos pintando escravos”, e os nomes de fotógrafos que fizeram história com olhar voltado para o povo africano no Brasil são majoritariamente homens, brancos e estrangeiros, como Marc Ferrez, Augusto Stahl, Christiano Júnior, Alberto Henschel, dentre outros.

De condição abastada e amante das artes, Dom Pedro II se encantou pela fotografia e foi o primeiro brasileiro nato a comprar, em março de 1840, um daguerreótipo e começa a praticar a fotografia. Em 1889, ao ser banido do Brasil pelos republicanos, D. Pedro II deixou sua coleção com cerca de 25 mil fotografias, a qual denominou “Coleção Dona Theresa Christina Maria” e essa coleção hoje se encontra na Biblioteca Nacional (BRASILIANA FOTOGRÁFICA, 2016, on-line).

A expansão da fotografia pelo Brasil se deu por meio dos retratos e das paisagens. Segundo, Mariana Muaze (2017, p, 36) os retratos eram “[...] utilizados como meio de distinção social pelos membros da classe dominante, e as vistas ou paisagens que auxiliavam na elaboração de uma imagem da nação brasileira a ser projetada nos quadros da cultura ocidental”. Os retratos na modalidade de cartão de visita (carte de visite) foi uma invenção que se difundiu mundialmente a partir do ano de 1854.

A carte de visite foi criada por um francês chamado André Disdéri, a fim de dinamizar e economizar no processo de impressão e baratear os custos para as clientelas, além de possibilitar que várias cópias pudessem ser feitas (LEITE, 2014, p. 22). Assim, os retratos “[...] circulavam entre as classes abastadas que os trocavam, enviavam por cartas, depositavam em álbuns de família ou coleções e faziam questão dos ateliês mais prestigiados como diferencial social” (VASQUEZ, 2003; FABRIS, 1988; TURAZZI, 1995 apud MUAZE, 2017, p.36).

A representação fotográfica de escravos e libertos no século XIX se apresentou majoritariamente nas duas modalidades especificadas. No caso dos retratos, percebe-se uma diferença fulcral no que compete aos fotografados. Primeiro, havia aqueles que compareciam ao estúdio na condição de clientes. Eram libertos, descendentes de escravos ou escravos domésticos, que pagavam diretamente pela fotografia ou a tinham custeada pelas famílias da classe senhorial para quem trabalhavam. [...] O acesso desses grupos sociais à fotografia foi possibilitado depois da invenção e popularização do carte de visite que, ao produzir seis imagens em um só clique, barateou a produção e fomentou a abertura de estúdios com preços mais acessíveis (MUAZE, 2014, p. 37).

Negros, índios, latinos e asiáticos não eram denominados pessoas, "mas tipos humanos" (DINIZ, 2018, p. 20), além de que, a maioria dos retratos dos índios e negros não receberam registros de nomes do fotografado, permanecendo na invisibilidade, recebiam “[...] apenas legendas do tipo “Uma baiana vendendo frutas” ou outras indicações que fazem alusão não a indivíduos, mas a tipos humanos” (DINIZ, 2018, p. 20).

Marc Ferrez, Augusto Stahl, Christiano Júnior e Alberto Henschel tem, enquanto fotógrafos no Brasil, uma característica em comum: “produziram imagens de “tipos pretos” e

exóticos que atendiam fortemente ao mercado consumidor estrangeiro e tinham grande circulação e consumo garantidos” (MUAZE, 2017, p. 37).

Os retratos de homens e mulheres negros-africanos eram considerados de natureza exótica, passível de comercialização e geração de renda para alguns fotógrafos, além de servir como “lembrança da viagem ao Império brasileiro” (DINIZ, 2018, p. 21).

Um exotismo estético com raízes nas teorias em moda que dominaram o século XIX, como o darwinismo social, o evolucionismo etc. Teorias racistas, na verdade, que marcaram a antropologia física e outras ciências. São verdadeiras fotos de identificação científicas, porém de certa forma elaboradas esteticamente, de homens e mulheres, levados para estúdios fotográficos e transformados em curiosidades do país tropical (KOSSOY, 2009, rodapé 14 apud DINIZ, 2018, p. 21).

O Instituto Moreira Salles possui uma vasta coleção de fotografias e gravuras que revelam em si a memória da história do Brasil. É possível pesquisar na plataforma as fotografias dos referidos fotógrafos que atuaram no país em meados dos séculos XIX e XX, a saber sobre Alberto Henschel foi um dos fotógrafos e empresários de quatro estúdios estabelecidos em Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Henschel atuou como fotógrafo de “[...] retratos de estúdio, fotografia de paisagem e imagens etnográficas, com destaque para a série de retratos de africanos e afro-descendentes” (INSTITUTO MOREIRA SALLES, S/D, on-line). Retratos de estúdio, tal como podemos ver:

**Figura 3** – Retrato: tipos negros



**Figura 4** - Negra da Bahia



**Fonte:** Alberto Henschel, 1869, Salvador/BA apud Instituto Moreira Salles.

Diante do exposto, a história da fotografia denuncia que mesmo após a abolição (ano de 1888) a liberdade não se fazia possível ser alcançada pelos negros e negras. Circulavam entre

as elites brancas uma pergunta “o que fazer com o negro?”, pergunta essa que está no prefácio do livro “Onda negra, medo branco” da autora Célia Maria Marinho de Azevedo (1987, p.13). Não pretendemos aqui descrever todos os detalhes que os negros no Brasil pós-abolição vivenciaram, mas uma coisa que a fotografia reproduziu foi ocultar as marcas, as cicatrizes, a história, a cultura, a singularidade dos negros africanos escravizados e livres.

Para que as fotos ficassem com um sentido de exibir um Brasil que deixou seu passado escravista e estava aberto para formar uma civilização embranquecida era construída nos estúdios uma realidade, onde negros e negras usavam vestimentas e artefatos que dentro do cenário demonstravam eles ascendidos de classe, não sendo mais escravos, mas doutores, médicos, barbeiros, pessoas instruídas. No entanto, Koutsoukos (2013) apud Diniz (2018, p. 22) revela que sapato em pé de negro costumava indicar liberdade, assim esse detalhe nas fotografias fazia a distinção entre negros(as) escravizados(as) e livres, conseqüentemente a montagem deixava de ser o real.

Percebe-se que por trás das fotografias do século XIX existe o silenciamento da pessoa negra, garantiram-lhes a liberdade por meio da lei de 1888 que aboliu a escravatura no Brasil, mas não permitiram que essa população inteira pudesse ser livre com toda sua cultura. A fotografia se tornou um meio imagético ilusório da realidade e o racismo estrutural e científico se aflorou.

Além de exótico, os negros foram registrados com outras conotações sociais. Sua escravidão foi embelezada e romanceada por uns, sua fisionomia e cultura foram animalizados e abominados por outros. Tornou-se comércio como tipo e exemplo do exótico para ser conhecido por europeus curiosos, via cartão-postal (KOSSOY e CARNEIRO, 2002 apud DINIZ, 2018, p. 23).

Em um documentário chamado “Fotografiação” (2019), dirigido por Lauro Escorel, há uma fala a respeito do fotógrafo Christiano Júnior, que diz:

Christiano produziu cartão postal para vender o exotismo da escravidão. E com isso, ele abriu uma janela, foi a única janela aberta em todo século XIX pra aquele africano escravizado se expressar e ele se expressou através do olhar: não tem nada mais forte do que o olhar dos africanos escravizados na fotografia do Christiano Júnior (ESCOREL, 2019, on-line).

Por onde a fotografia chegou ela levou imagens ambíguas. Por mais que a primeira intenção esteja ligada aos conceitos europeus e capitalista, a segunda intenção em ação não era possível ser construída: o olhar não nega a realidade. E por meio da fotografia os negros e negras também se expressaram, “gritando” sua angústias, seus sofrimentos, incômodo por,

nitidamente, muitas vezes terem sido obrigados a fazer poses para o fotógrafo, como afirma SCHWARCZ,

[...]apesar da crueldade que as imagens da escravidão revelam, não poucas vezes é possível notar pequenos atos de rebeldia, uma certa agência dos “modelos”, que, sobretudo no caso da fotografia, usam o intervalo do clique - a breve interrupção entre o momento em que o profissional dá a ordem e o instante em que a luz fixa a imagem - para de alguma forma reagir: mexem o corpo, tiram o chapéu, deixa de se curvar, encaram o fotógrafo. São, sem dúvida, detalhes. Mas sinais cheios de significados (SCHWARCZ, 2018, p. 46-47).

Uma fotografia em que é possível ver os pequenos atos de rebeldia mencionado pelos autores Schwarcz; Gomes (2018) foi feita pelo fotógrafo Militão Augusto, que registra o “senhor e seus escravos”, nos anos de 1860, fotografia essa que podemos ver abaixo:

**Figura 5 - Senhor e seus escravos**



**Fonte:** Militão Augusto de Azevedo, 1860, São Paulo. MP-USP apud SCHWARCZ; GOMES, 2018, p. 629, fig. 112.

Nesta fotografia, a postura do senhor que se coloca à frente com postura séria e bem vestido ganha destaque em primeiro plano. Atrás dele se posicionam seus homens escravizados e cada um fez pequenos atos de rebeldia.

[...] O primeiro à esquerda apresenta uma expressão de escárnio; a seu lado, outro cativo cruza os braços e faz uma expressão contrariada. Do lado direito, todos parecem se comportar conforme o que deve ter sido a indicação de Militão. No entanto, aquele

mais à direita se mexeu, e assim estragou a foto, que ficou por muito tempo engavetada, fora de circulação (SCHWARCZ; GOMES, 2018, p. 629).

É importante enfatizar que não somente os homens negros tiveram suas vidas atravessadas pelo sistema escravista, recordemo-nos do protagonismo da mulher negra a qual “[...] o sistema não suavizou o trabalho dessa mulher” (GONZALEZ, 2018, p. 38). Ela escravizada, trabalhadora do eito ou mucama, esteve à frente dos vários enfrentamentos, com “[...] a tarefa de doação de força moral para seu homem, seus filhos ou seus irmãos de cativo” (GONZALEZ, 2018, p. 38).

Depreendemos de Tais Pereira de Freitas, mulher negra, doutora, mestre e bacharel em Serviço Social pela UNESP, campus de Franca, uma importante contribuição para a outra vertente da história do negro africano no Brasil. Seu estudo e sabedoria está concretizado no livro “Mulheres Negras na Educação Brasileira” (2017) que reflete sobre o protagonismo da mulher negra na construção do Brasil, protagonismo este que foi apagado, silenciado, esquecido da história oficial.

[...] a mulher negra foi historicamente submetida à invisibilidade, afinal, privilegiaram-se os homens, ou melhor, os homens brancos. Essa dupla invisibilidade, de gênero e raça. Imbricada na centralidade da condição de classe do sistema capitalista, busca reservar para as mulheres negras no Brasil a pecha de coadjuvantes, um espaço extremamente delimitado, reduzido a tipos já construídos, solidificados, porque não dizer, naturalizados nas tipologias das mulatas, crioulas, escravas fiéis e infiéis, mucamas. Pode-se acrescentar ainda, as “abnegadas amas de leite”, as “exímias cozinheiras, as “temidas macumbeiras”, tipos que prevalecem quando se apresentam as mulheres negras nas páginas das histórias brasileiras (FREITAS, 2017, p. 37).

Schwarz; Gomes (2018, p. 630) relatam que as amas de leite “[...] representavam uma espécie de visão romantizada do sistema escravocrata”, além de que, é possível perceber a invisibilidade da mulher negra em algumas fotografias, desde a ausência de nomes até os desfoques impossibilitando de ver seu rosto. No entanto, as amas de leite ultrapassaram essa invisibilidade, mesmo não sendo reconhecidas como protagonistas, elas se constituíram personagens da Educação no Brasil, que conforme Freitas (2017, p. 45),

[...] mesmo que alguns anos após a Abolição da Escravatura em 1888, umas poucas mulheres negras tenham conseguido exercer a função de professoras no sistema de educação formal desenvolvido no ambiente escolar, a presença delas no processo de educação do povo brasileiro pode ser visualizada bem antes disso, nessa dimensão da educação das quais as amas se ocupavam, que se processa no cuidado com a socialização primária da criança, favorecendo as condições para que ela aprenda as vivências da sociedade em que está inserida.

**Figura 6** - Retrato de criança no colo de ama

Por Alberto Hanschel. Recife, 1866-1870



**Figura 7** - Retrato de Augusto Gomes Leal e da ama de leite Mônica

Por João Ferreira Villela, Recife, c. 1860



**Fonte:** Amas na Fotografia brasileira da segunda metade do século XIX. Sandra Sofia Machado Koutsoukos, Studium Unicamp, s/d, on-line.

Por essas fotografias observa-se que as amas de leite se tornaram uma presença materna na vida das crianças à elas submetidas para serem cuidadas e educadas. Nota-se na figura 7 que o menino Augusto Leal tem uma relação de carinho e confiança com sua ama de leite Mônica ao pousar sua cabeça no ombro e apoiar sua mão no braço direito dela. E a mesma confiança também é observada na figura 6, em que a criança ainda bebê não se intimidou, posando de forma serena e tranquila eternizou na fotografia o protagonismo das amas de leite na história da Educação brasileira.

Finalizando este capítulo, destacamos um trecho que nos instiga a ler as imagens, ler outros textos, mudar a metodologia de aprendizado, ir além do conteúdo europeizado com “[...] elementos que por vezes escapam aos olhos, voluntária ou involuntariamente. Assim, é preciso olhar de novo, apurar os sentidos metodológicos e buscar enxergar que, mesmo nessa história assim contada, existem elementos que permitem outras interpretações, outras leituras e abordagens” (FREITAS, 2017, p. 34).

## **CAPÍTULO 2 - A EXPANSÃO DA FOTOGRAFIA EM DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO**

A fotografia é, ao mesmo tempo, uma forma de expressão e um meio de informação e comunicação a partir do real e, portanto, um documento da vida histórica.

Boris Kossoy

### **2.1 DEMOCRATIZAÇÃO DA FOTOGRAFIA**

A democratização da fotografia ocorre a partir do momento em que começaram a produzir o equipamento fotográfico de forma que fosse acessível não somente aos fotógrafos profissionais. Nisto, a Kodak foi pioneira e, no ano de 1889, lançou a produção de câmeras menores e de fácil manuseio, as chamadas câmeras analógicas, que eram vendidas com um rolo de filme de 100 poses, ao final o fotógrafo mandava a câmera para a Kodak que reabastecia a câmera e devolvia ao cliente juntamente com o negativo revelado.

No nosso contemporâneo século assistimos uma gigantesca evolução no equipamento fotográfico, que conta com um mercado industrial e comercial com variedades de câmeras feitas para cada tipo de fotografia. Miramos no detalhe de que cada vez mais as tecnologias permitem que a fotografia esteja presente na vida social, ainda mais com o avanço do selfie, onde as pessoas se fotografam e registram seu cotidiano.

Neste sentido, percebe-se que com a democratização da fotografia, a sociedade se constitui de imagens e se tornou dependente dessas imagens (FARIAS; GONÇALVEZ, 2014, p. 9), que assim, de acordo com Sontag (2004, p. 32) a “[...] industrialização da fotografia permitiu sua rápida absorção pelos meios racionais – ou seja, burocráticos – de gerir a sociedade” estando presente, não só no cotidiano da sociedade amadora, como também nos álbuns de família, nas instituições governamentais, na polícia “como objetos simbólicos e como fontes de informação” (SONTAG, 2004, p. 32).

A fotografia reforça uma visão nominalista da realidade social como constituída de unidades pequenas, em número aparentemente infinito – assim como o número de fotos que podem ser tiradas de qualquer coisa é ilimitado [...] Toda foto tem múltiplos significados; de fato, ver algo na forma de uma foto é enfrentar um objeto potencial de fascínio. A sabedoria suprema da imagem fotográfica é dizer: “Aí está a superfície. Agora, imagine – ou, antes, sintá, intua – o que está além, o que deve ser a realidade, se ela tem este aspecto” (SONTAG, 2004, p. 33).

Outro aspecto a partir da democratização da fotografia é a discussão a respeito da relevante participação das imagens sobre o cotidiano e também sobre a construção histórica da sociedade, do modo de vida das pessoas, dos rebatimentos do sistema capitalista, das exclusões, pauperização e classes sociais vulneráveis, não anula a importância da escrita. Entretanto, é importante elencar que,

[...]o surgimento da escrita não substituiu a imagem no conjunto de códigos de expressão humana, pelo contrário, o visual e o escrito caminharam paralelamente na constituição da cultura dos grupos sociais. É necessário também reconhecer que a imagem é capaz de alcançar grupos sociais com a propriedade que a palavra não tem como atingir. Identificamos, então, na imagem uma dimensão democrática, pois a leitura/escrita, em diferentes momentos históricos, passou a ser tarefa de especialistas, ou restrita a pequenos grupos. Enquanto a expressão escrita foi constituindo-se em uma habilidade específica, e de apropriação condicionada, a imagem manteve seu caráter de apropriação individual e coletiva para todos que as tivesse ao seu alcance (WELLER; BASSALO, 2011, p. 285).

Assim é importante a discussão de Weller; Bassalo (2011) a respeito da negligência que há em relação ao uso da fotografia nos métodos de pesquisa qualitativa, afirmando que é “[...] fundamental que as ciências humanas e sociais reconheçam o potencial das imagens com fins de investigação social, mesmo que a criação delas possa ser caracterizada como uma atividade que exige especialização” (WELLER; BASSALO, 2011, p. 286).

Em contrapartida, toma-se nota de Boris Kossoy (2020, p.15) sobre um crescente desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares com a temática da imagem fotográfica, considerando-a como fonte de investigação. Esses trabalhos interdisciplinares vem sendo feitos por meio de dissertações e teses nos cursos de pós-graduação das diferentes áreas, tais como História, Antropologia, Sociologia, Arquitetura, Artes, Educação, Ciências da Comunicação, dentre outras.

Neste sentido, subentende que apesar do crescimento em relação à temática da imagem há uma certa resistência quanto ao uso e quanto a veracidade se for utilizada como método de pesquisa. É um debate necessário, visto que a sociedade cada vez mais se torna hipervisual, onde a imagem “[...] exerce um papel fundamental de identificação, divulgação ideológica e socialização de significados” (WELLER; BASSALO, 2011, p. 286).

## 2.2 FOTOGRAFIA: POTENCIALIDADE DE PESQUISA NO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social é também uma das áreas de Ciências Humanas e Sociais e está no Brasil desde os primeiros anos da década de 1930 com seu surgimento ligado à iniciativa da burguesia com apoio da Igreja Católica para controlar o movimento operário que se ascendia na organização da “[...] luta pela vida, pela sobrevivência, pelo trabalho, pela liberdade” (MARTINELLI, 2011, p. 122) e ainda, essa organização coletiva dos operários deixava a burguesia apreensiva, certa de que tinham que agir para garantir seu poder hegemônico.

Assim, a classe dominante – burguesia – atribuiu ao Serviço Social uma identidade de caráter econômico e ideológico com práticas estrategicamente desenvolvidas visando a expansão do capital, ou seja, era preciso controlar a classe trabalhadora para que a mesma continuasse contribuindo com o crescimento do capital.

Segundo Martinelli (2011), ao longo do anos de 1930 e 1940, as práticas estratégicas aplicadas pela assistência incluía benefícios como empréstimos, assistência médica, social e auxílios materiais, no entanto, eram como pano de fundo para que as reais intenções não se tornassem explícitas. Entretanto, a história revela que mesmo abafando essas reais intenções, não estava sendo possível controlar “[...] o nível de tensão da sociedade, que atingia seu ápice a cada momento, em setores diversificados, expressando-se através de manifestações coletivas, de paralisações e de greves” (MARTINELLI, 2011, p. 124).

O estudo feito por Martinelli (2011) revela os profundos acontecimentos econômico, político e social no Brasil no período dos anos de 1930 a 1950, quando por intermédio dos momentos de crise no sistema capitalista acontece uma, dizendo as próprias palavras da autora, “aceleração de consciência” sobre as pessoas e as classes sociais. Percebe-se que, em relação ao Serviço Social, ele se revelou totalmente alienado à burguesia e ao conservadorismo da igreja Católica. Mas, toda a prática da assistência era executada por meio de agentes, pessoas trabalhadoras que lidavam diretamente com as situações de precariedades que atingiam a vida dos trabalhadores.

No caso do Serviço Social, as circunstâncias favorecedoras da estruturação da consciência coletiva de seus agentes devem ser buscadas na ampliação do contingente profissional e na diversificação de seus integrantes, introduzindo-se assim na categoria diferentes visões de mundo, posicionamentos diversos [...] (MARTINELLI, 2011, p. 137).

O III Congresso Brasileiro do Serviço Social (CBAS - 1979) foi um marco histórico para a profissão, sendo este congresso “[...] um marco simbólico na recusa do conservadorismo de origem no Serviço Social brasileiro em favor de sua renovação histórico-crítica, ao associar-se aos interesses e necessidades dos trabalhadores em luta pela democracia” (IAMAMOTO, 2019, p. 441). É neste sentido que, o Serviço Social apropria-se da Teoria Marxiana como matriz, com um referencial teórico baseado na ontologia do ser social, tendo em si a tríade categorial singularidade, universalidade e particularidade, categorias essas que compõem o método dialético marxista (PONTES, 2012, p.13).

Com efeito, José Paulo Netto (2011, p.9) diz que a “[...] questão do método é um dos problemas centrais (e mais polêmicos) da teoria social” e em relação a teoria social de Marx, os problemas que se apresenta na questão do método não reside apenas na natureza teórica ou filosófica, mas também nas razões ideopolíticas, afirmando ainda que “[...] na medida em que a teoria social de Marx vincula-se a um projeto revolucionário, a análise e a crítica da sua concepção teórico-metodológica (e não só) estiveram sempre condicionadas às reações que tal projeto despertou e continua despertando” (NETTO, 2011, p.9).

Para Marx o conhecimento teórico é o meio de apreender a realidade, cujo objeto de estudo é a sociedade burguesa e conseqüentemente o ser social situado nessa sociedade. Conhecer o real exige a presença da dialética, pois a aparência se manifesta imediatamente e a essência precisa ser buscada, ser descoberta através da ciência, da filosofia, da teoria. (NETTO, 2011, p. 20-21). Exige também “[...] um arsenal teórico metodológico que permita a reflexão e o desvendamento dos elos que aparecem mediados” (LIMONTI FILHO, 2014, p. 19).

Mediante o breve exposto sobre o surgimento do Serviço Social brasileiro, reitera-se que o exercício da profissão de Assistente Social foi regulamentado no Brasil por meio da Lei nº 8.662 sancionada em junho de 1993, o qual exige o diploma de formação no curso de graduação em Serviço Social, registro nos Conselhos Regionais e seguimento das competências designadas à profissão nos incisos do artigo 4º da Lei nº 8.662 (BRASIL, 1993).

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho e como uma profissão interventiva o profissional assistente social busca conhecer a realidade na sua complexidade e cria meios para transformá-la, pautando sempre no projeto profissional ético-político tendo que “[...] o exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de relações e interesses entre as classes sociais” (IAMAMOTO, 2019, p.451).

Neste sentido, a formação do profissional assistente social tem sua base orientada para uma formação intelectual e cultural generalista crítica (CFESS, 1999), para tanto, as disciplinas que compõe a formação dos/das assistentes sociais envolve a matriz das ciências humanas e

sociais, tais como a Sociologia, Filosofia, Antropologia, Economia Política, Psicologia, Direito e Legislação Social, dentre outras. Além do estágio supervisionado que permite a inserção do discente no ambiente institucional em preparação para o exercício da profissão.

A formação do profissional assistente social deve ser contínua, visto que ela perpassa pelas questões econômicas, culturais, sociais e políticas e tem a investigação em si como fator determinante de apreensão da realidade e também de denúncia dessa realidade que recai sobre os dominados dentro do sistema capitalista.

A investigação, quando compromissada em libertar a verdade de seu confinamento ideológico, é certamente um espaço de resistência e de luta. Trata-se de uma atividade fundamental para subsidiar a construção de alternativas críticas ao enfrentamento da *questão social* que fuja à mistificação neoliberal; para subsidiar a formulação de políticas sociais alternativas aos dogmas oficiais, a atuação dos movimentos das classes sociais subalternas, assim como a consolidação de propostas profissionais que fortaleçam a ruptura com o conservadorismo e afirmem o compromisso com o trabalho, os direitos e a democracia (IAMAMOTO, 2015, p. 452).

A luta e resistência do Serviço Social brasileiro soma-se ao compromisso ético-profissional da categoria que desde o final da década de 1970 e início dos anos de 1980 “[...] vem se debruçando sobre os desafios que a história recente do País tem descortinado à profissão” (IAMAMOTO, 2015, p. 453).

O espaço acadêmico é um observatório das expressões da questão social e subsidiado pelo conhecimento multidisciplinar é que se faz possível encontrar respostas, que geralmente podem ser debatidas e dialogadas mediante a pesquisa e a escrita. Já no âmbito profissional, o/a assistente social tem contato direto com a questão social que se manifesta nas mais variáveis formas, nas diversas expressões. Por isso, Iamamoto (2001) enfatiza a substancial importância da produção intelectual no âmbito acadêmico-profissional e assim aprofundar o “[...] debate e o rigor no trato da questão social – em suas múltiplas expressões e formas a serem enfrentadas -, na defesa dos direitos sociais universais e da esfera pública, re-criando a sociedade e, nela, a profissão” (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

E o que vem a ser a “questão social”?

A questão social emergiu a partir do processo de produção e reprodução do capitalismo, processo este, pautado na base da teoria social de Marx, revela a contradição entre a classe trabalhadora, vendedora da mercadoria, no caso sua própria mão de obra, e a classe burguesa, a classe detentora do capital. Essa contradição apresenta profundas rachaduras e raízes das desigualdades sociais e exclusão, sendo necessário a mediação do Estado por intermédio das

políticas sociais (as quais cada vez mais estão sendo atacadas e desmontadas nos governos ultraneoliberais).

Deprendemos de Marilda Vilella Yamamoto (2015, p. 27) uma síntese que explica a questão social como sendo:

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

No tocante às expressões da questão social, essas são resultados do modo de produção capitalista, sobretudo das grandes indústrias detentora das tecnologias que passam a produzir a riqueza em larga escala, extraindo o trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras, formando assim o “exército industrial de reserva” (SANTOS, 2012, p. 37). Neste sentido, emerge no século XIX, o pauperismo, a generalização da pobreza, Netto (2001, p. 42-43) apud Santos (2012, p. 28) afirma que “[...] pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”, um fenômeno que, segundo Guerra; Batista (2021, p. 179) assolava todos os cantos das cidades, “[...] em Londres levantam-se todas as manhãs 50.000 pessoas sem saberem onde repousarão a cabeça na noite seguinte” (ENGELS, 1985, p. 43 apud GUERRA; BATISTA, 2021, p. 179).

Neste sentido, a questão social é produto da contradição entre a classe trabalhadora e a classe burguesa e as expressões da questão social são os fatores degradantes da vida humana envolta de pobreza, emergindo as classes subalternas, formada pelas pessoas que estão desempregadas, vivendo nas ruas, praticando a mendicância, trabalhando informalmente e sem proteção trabalhista, buscando condições mínimas de sobrevivência.

A questão social é única e as expressões da questão social podem ser modificadas ao longo da história do capital. No entanto, há um movimento de naturalização da questão social “[...] profundamente conectada com a necessidade de afirmação da aparente positividade capitalista” (SANTOS, 2012, p. 17), correndo-se o risco de atribuir às pessoas a responsabilidade por suas dificuldades, como afirma Yamamoto (2001, p. 18) que “[...] deriva na ótica de análise dos “problemas sociais”, como problemas do indivíduo isolado, perdendo-se a dimensão coletiva e isentando a sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades sociais”.

Recicla-se a noção de “classes perigosas” – não mais laboriosas-, sujeitas à repressão e extinção. A tendência de *naturalizar* a questão social é acompanhada da

transformação de suas manifestações em *objeto de programas assistenciais focalizados de “combate à pobreza”* ou *em expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais*. Evoca o passado, quando era concebida como caso de polícia, ao invés de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe operária e outros segmentos trabalhadores. Na atualidade, as propostas imediatas para enfrentar o reforço do braço coercitivo do Estado em detrimento da construção do consenso necessário ao regime democrático, o que é motivo de inquietação. (IAMAMOTO, 2001, p. 17, grifo da autora).

Por certo, o pauperismo e a classe trabalhadora são fenômenos históricos e concretos que não se conectam ao projeto particular do capitalismo pois o mesmo não compactua, nem atende às “necessidades sócio históricas da classe trabalhadora” (GUERRA; BATISTA, 2021, p. 178).

Ao longo dos estudos sócio históricos, vê-se que o capitalismo se alastrou e provocou mudanças gigantescas na sociedade urbana e não só a população residente nas cidades sofreram os efeitos da ação do capital, a população do campo também sofreram com os avanços do capitalismo no meio rural. Sendo assim, especificamente a questão agrária brasileira, bem como destaca Limonti Filho (2014, p. 4), “[...] é uma particularidade da questão social, resultante dos avanços das relações capitalistas no campo”, do monopólio da terra, refletido nas relações desiguais representadas pela grande concentração de terra e exploração intensa da mão de obra no campo (LIMONTI FILHO, 2014).

Neste momento, não é possível aprofundar no contexto sócio histórico da questão agrária brasileira desde o início do debate por volta dos anos 1950, passando pela ditadura militar que afetou o movimento social pela reforma agrária em 1964, na década de 1980 o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) luta à frente denunciando as injustiças e defendendo a questão agrária no país, dentre outros pontos historicamente fortes e importantes que são detalhadamente discutidos no trabalho de conclusão de curso do Marcos Antonio Limonti Filho (2014), já anteriormente citado.

No entanto, é possível e necessário depreender de Limonti Filho (2014, p. 19) que,

[...] o embate na relação capital/trabalho é bastante evidente na sociabilidade, porém perceber este conflito como fundante da questão social não é algo facilmente compreendido pelos assistentes sociais. O fato deste profissional trabalhar com as refrações mais próximas desse conflito, como a extrema pobreza, a violência, o desemprego, a doença, dificulta a apreensão de seus determinantes. A análise da questão social por meio de suas refrações esconde o real.

Desvendar o real e atingir a essência é algo que demanda a perspectiva de totalidade, sendo necessário “[...] o aprimoramento teórico crítico da realidade imposta, para compreender

as relações sociais para além do imediato” (LIMONTI FILHO, 2014, p. 20). Neste sentido, a realidade que o Serviço Social trabalha habita nas expressões sociais que se manifestam não só na questão agrária, mas também na educação, na moradia, na saúde.

O Serviço Social explicita um posicionamento político ao reconhecer a questão social como resultante do embate de classes sociais. Não se trata de particularizar as expressões da questão social, na desigualdade, no desamparo, na violência, no desemprego, a questão social é tida como resultado da exploração da força de trabalho pelo capital. Com isso, quando o assistente social não compreende o usuário das políticas públicas como um trabalhador que recorre à política de assistência social pelo fato de não ter acesso ao trabalho e por isso não conseguir sustentar e reproduzir sua família, este assistente social deixa de analisar a questão social como reflexo do embate de exploração capital/trabalho (LIMONTI FILHO, 2014, P. 20-21).

Limonti Filho (2014) faz uma importante contribuição para o Serviço Social ao trazer a fotografia como instrumento de pesquisa documental que pode contribuir com o processo da apreensão do real, permitindo a identificação, o conhecimento, a abstração, rever o que é familiar e “apreendê-lo sob novas lentes” (LIMONTI FILHO, 2014, p. 21). A fotografia, segundo Martins (2021, p. 22), “é documento da eternidade e está com ela comprometida”, isso é coerente com a pesquisa no Serviço Social, visto que as produções intelectuais se perpetua por anos e anos, visto que as expressões da questão social se modificam porém não se findam, sendo necessário uma contínua luta e contínuo estudo para fortalecer a profissão e a formação profissional.

No cotidiano, a fotografia “é uma das mediações materiais e simbólicas do vivido” (MARTINS, 2021, p. 51) que o/a profissional assistente social pode ter em mãos para observar o recorte da realidade e ir além da composição fotográfica, extraindo o que não é dito por meio da escrita, ressaltando-se os pensamento de Martins (2021, p. 51): “[...] o que o fotógrafo documenta é o que não se esconde nos bastidores”.

O Serviço Social tem um vasto repertório de produções acadêmicas, artigos e livros arcando com variados temas que levantam debates, fazem denúncias, trazem a mercê realidades escondidas pelo atores do capital, aprimoram a categoria profissional, dentre outros.

Neste sentido, partindo do teor documental e instrumental que a fotografia pode oferecer ao Serviço Social como meio de apreensão do real, de enxergar a questão social e suas expressões, entender todas as questões que envolvem o(a) usuário(a) e refletir as determinações sociais que permeiam a realidade desses sujeitos, realizamos uma pesquisa a fim de descobrir publicações no âmbito do Serviço Social sobre a fotografia.

Como caminho metodológico, buscou-se compreender a presença da fotografia na produção do conhecimento e do trabalho profissional do Serviço Social. Para tanto, realizou-se uma análise sistemática dos títulos e dos editoriais das produções acadêmicas em quatro importantes revistas conceituadas pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que fazem publicações de estudos e pesquisas atualizadas, resultados da formação continuada dos/das assistentes sociais, considerando a Revistas Katálysis que abrange a região Sul do país, a Revista SER Social diretamente do Distrito Federal, Revista Políticas Públicas que representa a região Nordeste e Serviço Social & Sociedade representando a região Sudeste. Sendo assim, as quatro revistas envolvem as potências territoriais brasileiras, lembrando que, ao mesmo tempo são revistas para publicações nacionais e internacionais.

Posteriormente às escolhas das revistas, apuramos as publicações delas dentro do período de 10 anos, considerando os anos 2010 a 2020, elencando o ano da publicação, o volume e seu número e o título da edição. Organizamos os resultados dentro dos quadros que se vê, especificamente, abaixo de cada revista.

A Revista Katálysis, tem sua criação realizada em 1997 com edições feitas pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pelo Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, avaliada com conceito A1 no Sistema Qualis Periódicos<sup>2</sup>. As publicações da Katálysis abrangem os temas dentro das Ciências Sociais aplicadas, Ciências Humanas, política social, trabalho, questão social e saúde pública (KATÁLYSIS, [s.d.], on-line).

**Quadro 1 - Edições da Revista Katálysis publicadas entre 2010 e 2020**

Ano da Publicação	Volume	Número	Título da Edição
2010	13	1	Desigualdades e Gênero
		2	Serviço Social e Pobreza
2011	14	1	Políticas Sociais e Questões Contemporâneas
		2	Ética e Direitos Humanos
2012	15	1	Relações Sociais, Desenvolvimento e Questões Ambientais
		2	Formação e Exercício Profissional em Serviço Social
2013	16	1	Marx, Marxismos e Serviço Social
		2	Lutas Sociais no novo milênio e Serviço Social
2014	17	1	Estado e Política Social na América Latina
		2	Estado e Política Social: Saúde
2015	18	1	Estado e Política Social na América Latina: Assistência Social
		2	Estado e Política Social na América Latina: Previdência Social

<sup>2</sup> O sistema Qualis Periódicos é um conjunto de estratificação da qualidade de produção dos programas de pós-graduação, sistema de conceitos utilizados pela Capes. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em 01 abr. 2022.

2016	19	1	Juventude
		2	Questão Fundiária
		3	Formação Profissional, Estágio e Supervisão
2017	20	1	Antônio Gramsci
		2	Pós-Graduação e Serviço Social
		3	Ética e Política
2018	21	1	Estado, Economia e Democracia no Brasil e América Latina
		2	Fronteira, Migrações, Direitos Sociais e Serviço Social
		3	Serviço Social: Gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade
2019	22	1	Proteção Social no capitalismo contemporâneo: contrarreformas e regressões dos direitos sociais
		2	Conflitos Sociais, ideologia, cultura e Serviço Social
		3	Direito à educação pública, democracia e lutas sociais
2020	23	1	Serviço Social: Formação, trabalho profissional e tendências teóricas contemporâneas
		2	Direitos Humanos, democracia e neoconservadorismo
		3	Políticas, Ciência e Mundo das redes

**Fonte:** Elaborado a partir dos dados pesquisados, dez. 2021.

O Quadro 1 relaciona as publicações da revista *Katálysis* feitas dentro do período de 10 anos, compreendendo os anos 2010 a 2020, trazendo um total de 11 volumes e 27 edições. Observa-se que os editoriais abrangeram temáticas sobre a formação e trabalho profissional, ética, direitos humanos, política, economia, Estado, democracia, relações sociais, gênero e política social brasileira e na América Latina.

Direto do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) é que se administram o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Política Social e a Revista *SER Social* constituente de publicações nacionais e internacionais envolvendo os temas da Política Social, do Serviço Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares (*SER SOCIAL*, [s.d.], on-line). A Revista *SER Social* possui conceito A2 no Sistema Qualis Periódicos.

**Quadro 2- Edições da Revista *SER Social* publicadas entre 2010 e 2020**

Ano da Publicação	Volume	Número	Título da Edição
2010	12	26	Crise Capitalista e Política Social
		27	Políticas e Programas Específicos
2011	13	28	Política Social no Governo Lula em perspectiva
		29	Política Social e Direito à Educação
2012	14	30	Serviço Social e Educação
		31	Política Social: Criança e Adolescente
2013	15	32	Política Social e Deficiência
		33	Desafios da Política Social na Contemporaneidade
2014	16	34	Política Social: Debates Contemporâneos
		35	Política Social e Desenvolvimento
2015	17	36	Democracia e Participação
		37	Política Social e Emancipação
2016	18	38	Lutas Sociais e Direitos
		39	Previdência Social e Trabalho
2017	19	40	Trabalho e Previdência
		41	Questão Étnico-Racial, Estado e Classes Sociais

2018	20	42	Família e Políticas Sociais
		43	Educação e Lutas Sociais no Brasil
2019	21	44	Trinta Anos de Constituição Federal
		45	Nova Direita, Estado e Política Social
2020	22	46	Estado, Democracia e Saúde
		47	Desigualdade, Mundialização e Políticas Sociais contemporâneas

**Fonte:** Elaborado a partir dos dados pesquisados, dez. 2021.

Observa-se no Quadro 2 que a Revista SER Social discutiu ao longo de seus 22 editoriais, dentro de 11 volumes em 10 anos (2010-2020) temas relacionados à Política Social na contemporaneidade, Política Social e Educação, Deficiência, Criança e Adolescente, Saúde, ao Trabalho, à Previdência Social, Política e Democracia, Lutas Sociais no Brasil e Questão Étnico-Racial.

Dando sequência, a Revista de Políticas Públicas (RPP) foi criada em 1995 pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UFMA - Universidade Federal do Maranhão. Segundo informa a RPP, possui conceito A2 no Sistema Qualis Periódicos. Abraça a missão de publicar trabalhos científicos de forma livre e gratuita.

**Quadro 3 - Edições da Revista de Políticas Públicas (RPP – UFMA) publicadas entre 2010 e 2020**

Ano da Publicação	Volume	Número	Título da Edição
2010	14	1	Políticas Públicas: gênero, etnia e geração
		2	Seguridade Social: Política de Saúde, Previdência e Assistência Social
		Especial	Neoliberalismo e Lutas Sociais: perspectivas para as Políticas Sociais
2011	15	1	Políticas Públicas: questão agrária e meio ambiente
		2	Direitos Humanos: desafios e perspectivas para Políticas Públicas
2012	16	1	Políticas Públicas: desafios e dimensões contemporâneas do desenvolvimento regional
		2	Políticas Públicas da Educação: impasses e desafios contemporâneos
		Especial	Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital
2013	17	1	Avaliação de Políticas Públicas: teorias e práticas
		2	A Questão do Neodesenvolvimentismo e as Políticas Públicas: debate contemporâneo
2014	18	1	Orçamento Público: concepções e desafios para as políticas públicas
		2	Poder, violência e Políticas Públicas no contexto contemporâneo
		Especial	O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação
2015	19	1	Crise atual do capitalismo e políticas públicas: balanço e perspectiva continentais
		2	Democracia representativa e participação popular: concepções, história e incidências nas Políticas Públicas
2016	20	1	Políticas Públicas de Saúde: impasses e perspectivas à universalização do atendimento
		2	Previdência Social na América Latina: legado histórico e impasses contemporâneos

		Especial	Para além da Crise Global: experiências e antecipações concretas
2017	21	1	Poder Político e Gestão Pública: questões e debates contemporâneos
		2	Crise no mundo do Trabalho e Mudanças Regressivas no marco regulatório
2018	22	1	Políticas Públicas Culturais: configurações, dilemas e perspectivas contemporâneas
		Especial	1917-2017: Um Século de Reforma e Revolução
		2	Avanço do Conservadorismo: expressões e formas de resistência
2019	22	1	Violências, Polícias e Políticas no campo da Segurança Pública: desafios do presente
		2	Reformas Regressivas e Políticas Públicas: afirmação do direito à educação como desafio contemporâneo
2020	23	1	A Questão Ambiental na Contemporaneidade: conflitos socioambientais, garantias constitucionais e a afetividade das políticas públicas em debate
		Especial	Civilização ou Barbárie – o futuro da humanidade
		2	Autoritarismo, destruição de Direitos Sociais e Lutas Sociais na América Latina do Século XXI

**Fonte:** Elaborado a partir dos dados pesquisados, dez. 2021.

O Quadro 3 mostra o panorama de publicações da Revista de Políticas Públicas (RPP) da UFMA, que abrangeu total de 11 volumes, dentro de 10 anos (2010-2020), 28 editoriais que trouxeram debates sobre as Políticas Públicas da Educação, de Saúde, Culturais, do meio ambiente e da questão agrária. Debates também acerca da crise do capital, da crise no mundo do trabalho, do avanço do conservadorismo, do autoritarismo e destruição de Direitos Sociais.

A Revista Serviço Social & Sociedade possui conceito A1 no Sistema Qualis Periódico e é administrada pela editora Cortez com o propósito de “dar visibilidade à produção acadêmica e profissional de assistentes sociais e de pesquisadores de áreas afins, bem como contribuir com o debate e o aprofundamento crítico e analítico da teoria social, enfocando, preferencialmente, temas que dizem respeito à realidade brasileira e latino-americano” (SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE, [s.d.], on-line).

**Quadro 4 - Edições da Revista Serviço Social & Sociedade publicadas entre 2010 e 2020**

Ano da Publicação	Volume	Número	Título da Edição
2010	S/v	101	Fundamentos críticos para o exercício profissional
		102	Serviço Social e Saúde: múltiplas dimensões
		103	Formação e exercício profissional
		104	Crise social: trabalho, e mediações profissionais
2011	S/v	105	Direitos sociais e política pública
		106	Educação, trabalho e sociabilidade
		107	Condições de trabalho - Saúde
		108	Serviço Social no mundo
2012	S/v	109	Sociedade civil e controle social
		110	Questão agrária - Pobreza
		111	Questão social - Expressões contemporâneas
		112	(Neo)desenvolvimentismo & Política Social

2013	S/v	113	Proteção social e espaços sócio-ocupacionais
		114	Demandas Sociais Desafios Profissionais
		115	Área sociojurídica
		116	Proteção social
2014	S/v	117	Exercício profissional e produção de conhecimento
		118	Trabalho precarizado
		119	Direitos humanos em questão
		120	Formação, trabalho e lutas sociais
2015	S/v	121	Desafios ao Serviço Social em diversos países
		122	Temas emergentes
		123	Trabalho, Saúde e Meio Ambiente
		124	Conservadorismo, lutas sociais e Serviço Social
2016	S/v	125	Dilemas [e Estudo] da prática profissional
		126	Envelhecimento e capitalismo
		127	80 Anos do Serviço Social
2017	S/v	128	Serviço Social e conjuntura
		129	Serviço Social: marcas e desafios
		130	Crise, Seguridade Social e Regressão de direitos
2018	S/v	131	Contrarreformas e Pautas Conservadoras
		132	Diversidade sexual e de Gênero
		133	Questão étnico-racial e Serviço Social
2019	S/v	134	Formação e desafios profissionais
		135	Previdência Social em debate
		136	40 Anos da “Virada” do Serviço Social
2020	S/v	137	Intersetorialidade nas Políticas Públicas
		138	Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia
		139	Pós-graduação em Serviço Social e Inserção Social

**Fonte:** Elaborado a partir dos dados pesquisados, dez. 2021.

O Quadro 4 expõe que a Revista Serviço Social & Sociedade dentro de 10 anos (2010-2020) publicou mais de 30 editoriais com temas relacionados aos desafios do Serviço Social, à formação e exercício profissional, aborda os 40 anos da “virada” do Serviço Social e os 80 anos do Serviço Social. Destacam-se também os temas ligados à questão social, questão agrária, Seguridade Social, Saúde e Meio Ambiente.

Ressalta que, as revistas geralmente são compostas por um editorial (português e inglês), espaço temático, espaço para temas livres, entrevistas e resenhas de livros. Portanto, para complementar as pesquisas, apuramos minuciosamente todas as produções publicadas dentro de cada volume e número das revistas, lendo somente os títulos dos artigos constituintes de cada edição em busca de publicações relacionadas ao tema “Fotografia” ou ao tema “Imagem/Imagens” que também se conecta à fotografia, com a intenção de saber se a temática está inserida nos debates do Serviço Social brasileiro.

E temos o seguinte resultado, ao longo de 10 anos: a Revista Katálysis publicou 27 edições com total de 429 artigos; a Revista Políticas Públicas (UFMA) publicou 28 edições com total de 797 artigos, houve edições com mais de 80 artigos; a Revista SER Social publicou 22 edições com total de 398 artigos e a Revista Serviço Social e Sociedade publicou 38 edições

contendo total de 359 artigos. Juntas, somaram total de 115 editoriais com 1.983 artigos publicados, conforme podemos observar no Quadro 5:

**Quadro 5 - Quantidade de edições publicadas no período de 2010 a 2020**

Revista	Total de Edições publicadas: Temáticas diversas (2010-2020)	Total de artigos publicados nas edições (2010-2020)	Total de publicações com a temática: Fotografia/imagem
<b>Katálysis</b>	27	429	0
<b>Políticas Públicas – UFMA</b>	28	797	0
<b>Ser Social</b>	22	398	0
<b>Serviço Social e Sociedade</b>	38	359	0
<b>TOTAL</b>	115	1.983	0

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos dados pesquisados, dez. 2021.

Nenhuma dessas revistas tem publicação com a temática “Fotografia ou Imagem”. Embora que, há um fato que chama atenção e é sobre a Revista SER Social: ausenta-se as publicações de artigos sobre a fotografia ou imagem, no entanto, a revista faz uso de imagens, gravuras e fotografias como capas de suas edições.

Vê-se que “fotografia” como tema de pesquisa e publicação, dentro do período de 10 anos, não foi objeto de estudo, de análise, de pesquisa e de debate dentro do Serviço Social. É inevitável que seja feita a pergunta “Por quê?”. O Serviço Social desconhece a potencialidade documental e de apreensão do real que a fotografia possui? Subestimam-se a capacidade da fotografia informar, denunciar, documentar e se constituir um método de pesquisa qualitativa? Como a fotografia poderia fazer parte dos estudos e das pesquisas no Serviço Social? A fotografia constituindo como complemento dos relatórios sociais podem agregar resultados positivos? O Serviço Social carece de um repertório de imagens em relação à sua atuação profissional na sociedade brasileira?

José de Souza Martins (2021, p. 23), em seu livro “Sociologia da Fotografia e da Imagem” afirma que a fotografia “[...] não é apenas documento para ilustrar nem apenas dado para confirmar. Não é nem mesmo e tão-somente instrumento para pesquisar. Ela é constitutiva da realidade contemporânea e, nesse sentido, é, de certo modo, objeto e também sujeito”.

A fotografia vista como conjunto narrativo de histórias, e não como mero fragmento imagético, se propõe como memória dos dilaceramentos, das rupturas, dos abismos e distanciamentos, como recordação do impossível, do que não ficou e não retornará. Memória das perdas. Memória desejada e indesejada. Memória do que opõe a sociedade moderna à sociedade tradicional, memória do comunitário que não dura, que não permanece. Memória de uma sociedade de rupturas, e não de coesões e permanências. Memória de uma sociedade de perdas sociais contínuas e constitutivas,

de uma sociedade que precisa ser recriada todos os dias, de uma sociedade mais de estranhamentos do que de afetos (MARTINS, 2021, p. 45).

A apreensão da realidade é inerente à profissão do/da assistente social que ao longo de seus estudos e desenvolvimento do trabalho profissional consegue criar vínculos, laços de confiança com o usuário. Laços esses que são extremamente importantes para que permissões de registros fotográficos possam ser dadas e assim é possível fazer fotos de forma aproximadas daquela realidade apresentada no campo visual, criar documentos visuais, debater e dialogar a realidade das expressões da questão social por meio da imagem fotográfica.

## CAPÍTULO 3 – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UM FENÔMENO SOCIAL

Sempre há um número demasiado *deles*. “Eles” são os sujeitos dos quais devia haver menos – ou, melhor ainda, nenhum. E nunca há um número suficiente de nós. “Nós” são as pessoas das quais devia haver mais.

Zygmunt Bauman.

### 3.1 OS CONHECIDOS SUJEITOS DESCONHECIDOS

Quem são essas pessoas que armaram barracas no terreno que fica no meio da avenida? Quem será aquela gente que fica debaixo do viaduto perto da lanchonete? E aqueles que ficam na estação, que colocaram até um sofá para deitar ou sentar? E aquele jovem, negro, alto, que faz malabarismo no semáforo e pede dinheiro? Aquela mulher aparenta estar grávida, será que está grávida e morando na rua? Que pessoas são essas?

Trazemos para este espaço inicial, um poema de Daniel Péricles Arruda, educador, poeta e rapper, doutor em Serviço Social pela PUC-SP e pós-doutor em Psicologia Social (PUC-SP), é conhecido pelo pseudônimo Vulgo Elemento (VULGO ELEMENTO, [s.d.], on-line) que expõe uma reflexão sobre as diversas situações que as pessoas podem se encontrar ao longo da vida.

#### Situações das Pessoas

Pessoas em situação de rua  
 Pessoas em situação de casa  
 Pessoas em situação de marquise  
 Pessoas em situação de estrada  
 Pessoas em situação de sofrimento  
 Pessoas em situação de calçada  
 Pessoas em situação de desespero  
 Pessoas em situação de praça  
 Pessoas em situação de riqueza  
 Pessoas em situação de alegria  
 Pessoas em situação de pobreza  
 Pessoas em situação de ira  
 Pessoas em situação de escuta  
 Pessoas em situação de palavra  
 Pessoas em situação de fala  
 Pessoas em situação de calma

Pessoas em situação de rancor  
 Pessoas em situação de clamor  
 Pessoas em situação de dor  
 Pessoas em situação de amor  
 Pessoas em situação de pessoa...(VULGO ELEMENTO, 2021, ON-LINE).

São pessoas dignas de respeito, dignidade e liberdade. São seres humanos. São pessoas em situação de rua.

### **3.2 APONTAMENTOS SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL**

Historicamente e teoricamente podemos encontrar na teoria social de Marx justificativas para o surgimento da População em Situação de Rua (PSR) e o prevalecimento desse fenômeno na contemporaneidade.

Parte-se de que a acumulação primitiva é considerada por Marx “[...] pré-história do capital e do modo de produção capitalista” (SILVA, 2009, p. 94) e tem sua estrutura alicerçada sobre o processo de expropriação, processo este decorrente do confisco e roubos das terras oriundas do sistema feudal, de onde os trabalhadores rurais tiravam seu sustento por meio do trabalho assalariado a níveis rebaixados, também por meio do cultivo e da pastagem de gados em suas terras onde habitavam. Destaca-se que, o movimento de expropriação teve seu início em meados do século XVI, a partir do crescimento da manufatura e da elevação dos preços de lã na Inglaterra (SILVA, 2009, p. 94).

Há que se registrar também que a igreja católica era proprietária feudal de grande quantidade de terras e nelas trabalhavam moradores hereditários pobres, que por lei tinham direito a uma parte do dízimo da igreja. A reforma do século XVI provocou saques violentos aos bens da igreja. Nesse contexto, as terras da Coroa ou do Estado também foram privatizadas. Foram presenteadas, vendidas a preço insignificantes ou mesmo roubadas mediante anexação a propriedades de particulares. Esses e outros processos de expropriação por meio da violência e fraudes constituíram a chamada acumulação primitiva, que expulsou os trabalhadores rurais de suas terras, compelindo-os à venda da única mercadoria que lhes restou, a sua força de trabalho. Essa venda deu-se sobretudo nas cidades onde se localizava o núcleo industrial, que começa a nascer (SILVA, 2009, p. 95).

Neste sentido, de maneira brutal os(as) trabalhadores(as) do campo se viram sem suas terras e sem o emprego que delas obtinham, situação que os levaram a procurar por empregos nas indústrias que surgiam na cidade. A indústria não estava preparada para empregar grandes números destes trabalhadores e os mesmos não estavam aptos às rotinas e disciplinas desta

modalidade de trabalho. Circunstâncias que fizeram surgir pelas ruas das cidades pessoas sem moradia, sem emprego, sem poder sustentar suas necessidades básicas. Pessoas, as quais eram chamadas de mendigos, ladrões, vagabundos (SILVA, 2009, p. 95).

Diante disso, surgiu o pauperismo, um fenômeno que se espalhou por toda a Europa Ocidental, no fim do século XVIII, composta pela classe trabalhadora que “[...] só dispunham de sua força de trabalho para vender – e nem essa foi absorvida pela produção capitalista – compeliu essa população à situação de absoluta pobreza e degradação humana” (SILVA, 2009, p. 97). Sendo assim, a autora (Silva, 2009) destaca que essas condições histórico-estruturais advindas da acumulação primitiva, pautada no pauperismo, se vinculam ao fenômeno social denominado população em situação de rua.

Mas, somente o pauperismo não sustenta a teoria do surgimento de uma população que cada vez mais aumenta frente à cada crise do sistema capitalista. Há uma somatória de circunstâncias advindas deste sistema que a teoria marxiana coloca em pauta e justifica este fenômeno social. Seguindo este raciocínio, nesta reflexão ressaltamos a ideia de que é necessário que além do pauperismo, saibamos também sobre a superpopulação relativa.

Depreendemos de Graziela Donizetti do Reis (2020) que, em sua dissertação de mestrado cujo título é “População em Situação de Rua: um reflexo do agravamento do capital”, defendida na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP Franca sob orientação do Prof. Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso, apresentou um estudo aprofundado sobre os conceitos aqui, mesmo que de forma breve, estão sendo apontados, onde partindo de Marx, ressalta que a superpopulação relativa é “[...] uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (MARX, 2013, p. 705 apud REIS, 2020, p. 32). Ou seja, a superpopulação relativa ou também chamada de exército industrial de reserva é a população que ultrapassa a capacidade de “absorção pelo capitalismo” (SILVA, 2009, p. 97).

Há um conjunto de três formas que caracteriza a superpopulação relativa, sendo a população flutuante, latente e estagnada. Reis (2020) aborda que,

[...] A superpopulação relativa flutuante é constituída por um grupo de trabalhadores já proletarizados, que vivem em centros industriais e são “ora repelidos, ora atraídos novamente” (MARX, 2013, p. 716) pelas indústrias, de modo que vivem em uma situação de instabilidade, muitas vezes emigrando para acompanhar as emigrações do capital. A latente é formada por trabalhadores rurais que estão em vias de se transferir para o meio urbano e, com isso, se proletarizar (HARVEY, 2013, p. 301) conforme a acumulação capitalista avança no âmbito da agricultura. Finalmente, a superpopulação relativa estagnada é composta por pessoas com “ocupação totalmente irregular” (MARX, 2013, p. 718), e caracterizadas pelo “máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário” (MARX, 2013, p. 718), sendo que o exemplo que Marx fornece

neste caso é o do trabalho doméstico (MARX, 2013; HARVEY, 2013 apud REIS, 2020, p. 32).

Acresce que, a característica da população flutuante é marcada por pessoas de idade mediana, “[...] pois os jovens são bastante aproveitados e valiosos para o capital industrial” (SILVA, 2009, p. 98). Importante elencar aqui que, segundo a autora Silva (2009, p. 98) essa característica é “[...] típica do perfil contemporâneo da população em situação de rua no Brasil, pois grande parte dos que hoje se encontram nessa condição foi “liberada” da indústria e possui idade mediana, principalmente nos polos industriais como São Paulo e Porto Alegre”, mais adiante, tais informações serão apresentadas por meio das estatísticas publicadas no Brasil.

Sendo assim, mediante o exposto sobre a superpopulação relativa, o pauperismo é, segundo Silva (2009),

[...] a parte da superpopulação relativa composta dos aptos para o trabalho, mas que não são absorvidos pelo mercado; dos órfãos e filhos de indigentes e dos incapazes para o trabalho (as pessoas com deficiências incapacitadas para o trabalho, pessoas idosas, enfermos, etc.). É a camada da superpopulação relativa que vive em piores condições. Sua sustentação depende de gastos extras, geralmente arcados pelos demais trabalhadores mediante o pagamento de impostos ao Estado, que os transfere em forma de renda direta ou de outros serviços sociais prestados a esse segmento populacional. No dizer de Marx, “o pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (MARX, 1988b: 747 apud SILVA, 2009, p. 100-101).

São definições duras de serem lidas, compreendidas e assimiladas. Mas o sistema capitalista é esse sistema selvagem, cruel e também o determinante das expressões da questão social que afetam a classe trabalhadora, os empobrecidos, os excluídos. Como vimos, o exército industrial de reserva se constitui de pessoas trabalhadoras com deficiência, trabalhadores e trabalhadoras da população negra, da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers, intersex, agêneros, assexuados e mais (LGBTQIA+), também da PSR.

E como a PSR sobrevive? Não há uma só resposta para explicar a sobrevivência dessa população, segundo Marcel Bursztyn, organizador do livro “No meio da rua: nômades, excluídos, viradores” (2003),

[...] parcelas das populações que viviam no patamar inferior dos circuitos econômicos são jogadas para fora do sistema. São excluídas do processo de geração de riquezas (emprego) e da distribuição de seus frutos (consumo). Sobrevivem, mas valendo-se apenas de um acesso precário a mecanismos públicos, como a assistência social e os serviços de saúde e, de forma assistemática, também, a caridade privada, a filantropia ou as entidades assistenciais religiosas. Infra-estrutura privada, como habitação, vai-

se tornando algo distante, inacessível. Trabalham, muitas vezes, mas não são empregados. Obtêm alguma renda, mas de forma assistemática e pouco convencional. Transformam o espaço público – as ruas – em seu universo de vida e de sobrevivência privado. Às vezes tornam-se perigosos, na medida em que praticam delitos; ou simplesmente são estigmatizados como risco à segurança pública (BURSZTYN, 2003, p. 20).

A realidade da PSR é percebida, porém permanece na invisibilidade. É contraditório, mas a sociedade vê e segue negando que a PSR tenha dignidade e vida pautada nos direitos garantidos e à ela destinada. Cada país, cada estado e município lida de maneira diversificada com as complexas particularidades deste fenômeno social. No caso do Brasil, segundo Bursztyn (2003) o poder público tem “reações que vão da omissão à repressão, passando por episódios de caridade”, será que esta observação é autêntica?

As pessoas que estão em situação de rua fazem parte da classe trabalhadora com múltiplas determinações que representam a pobreza nas cidades capitalistas (SILVA, 2009, p. 93), tendo em sua composição milhares de pessoas que tiveram o percurso da trajetória de vida atravessado por perdas, a exemplo pelo desemprego que muitas vezes resulta em perda da moradia, perda da moradia devido aos desastres mediante enchentes ou acidentes de grande proporção, perda de vínculos familiares por morte, dentre outras situações.

Neste sentido, a assistente social, autora e pesquisadora Maria Lucia Lopes da Silva (2009) expande ainda mais sobre a caracterização do fenômeno social PSR, destacando seis aspectos que determinam as características dessa população: (1) múltiplas determinações, (2) expressão radical da questão social na contemporaneidade, (3) localização nos grandes centros urbanos, (4) o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno, (5) as particularidades vinculadas ao território em que se manifesta e (6) a tendência à naturalização do fenômeno.

Inclusive, segundo Silva (2009, p. 105) as múltiplas determinações está composta por uma “[...] multiplicidade de fatores que conduzem à situação de rua”, a saber:

- **Fatores estruturais:** ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, etc.;
- **Fatores biográficos:** são os fatores ligados à história de vida tais como as rupturas dos vínculos familiares, doenças mentais, consumo de álcool e drogas, mortes de familiares, roubo de todos os bens, fuga do país de origem, etc.;
- **Fatores da natureza:** desastres em massas como em terremotos, inundações, etc.

Os fatores mais enfatizados pela literatura contemporânea são as rupturas dos vínculos familiares e comunitários, a inexistência de trabalho regular e a ausência ou

insuficiência de renda, além do uso frequente de álcool e outras drogas e problemas atinentes às situações de desabrigo. Certo é que o fenômeno não se explica a partir de um único determinante. Entretanto, existem fatores que se destacam no conjunto dessas determinações. Podem ser fatores típicos de determinadas localidades ou épocas específicas. Entretanto, a história revela que as causas estruturais desse fenômeno vinculam-se à estrutura da sociedade capitalista; sua produção e reprodução têm bases nos processos imanentes à acumulação do capital, no contexto de produção da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, excedente à capacidade de absorção do mercado de trabalho no capitalismo [...] (SILVA, 2009, p. 105-106).

Outrossim, a PSR enfrenta um conjunto de desafios em relação à sobrevivência física, emocional, social e moral. Seus desafios são oriundos da ausência de moradia, de emprego, de saúde, de alimentação, de suprimento das necessidades básicas como higiene e descanso, ausência também de respeito, dignidade e liberdade.

Todas as noites milhares de pessoas não têm uma casa para retornar, preparar o jantar, tomar um banho e dormir o sono necessário para cuidar do corpo, rotinas que os residentes das cidades realizam. E há pessoas que possuem casa e família, porém não podem retornar por diversos fatores, sendo assim, à base de improvisos com plásticos, papelões e outros materiais coletados na rua armam suas barracas em espaços públicos, debaixo de pontes ou mesmo dormem ao relento. Muitos não conseguem manter seus pertences, outros nem mesmo dormem devido ao medo e à insegurança.

Em dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) reconhecendo que a dignidade é intrínseca aos seres humanos sendo à eles necessário garantir os seus direitos de forma igualitária. A DUDH reconhece e aponta que,

[...] o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum (DUDH, 1948, on-line).

Acresce-se que a defesa dos direitos humanos se insere nos trinta (30) artigos que compõem a DUDH, com ênfase à liberdade, igualdade, dignidade, ao gozo pelos direitos, à segurança, a não escravidão, tortura ou tratamento de crueldade, ao direito ao trabalho com condições justas, dentre outros. Neste intento, destaca-se o artigo 25 que também se remete à concretização dos direitos da PSR, que vem a dizer:

Art. 25 – 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados

médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (DUDH, 1948, on-line).

No ano de 1988, foi aprovada por meio da Assembleia Constituinte a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada após o fim da Ditadura Militar e necessária para que o país tivesse em seus princípios as leis para o fortalecimento do Judiciário, o voto direto para o sistema presidencialista e a incorporação dos direitos humanos pautados na DUDH (1948) para a garantia da dignidade da vida humana, da cidadania e dos valores sociais do trabalho.

A Constituição Federal (CF) de 1988 assegura “[...] os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos” (BRASIL, 1988, on-line). Segundo Sarmiento (2020, p. 55) “[...] foi tardiamente, a partir de nossa carta magna, que o Brasil iniciou a construção de um processo democrático assistencialista em que os direitos sociais passam a ser estimados e, de fato, considerados”.

Mas o que vem a ser os direitos sociais? A própria CF de 1988 diz em seu art. 6º que direitos sociais são: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados (BRASIL, 1988). Inserir esses direitos na “Lei Fundamental” (SIMÕES, 2014, p. 66) foi fruto e conquista das lutas das pessoas que buscaram os direitos não só individuais mas também o direitos coletivos e sociais.

Com a Constituição de 1988 e a instituição do Estado Democrático de Direito, os direitos universais, instituídos em seu art. 6º e outros dispositivos, adquiriram conceituação específica, distinguindo-se dos direitos civis e políticos por assegurarem, em seu conteúdo, o direito a determinados bens sociais, de aplicabilidade imediata (art. 5º, §1º da CF), considerados imprescindíveis à vida com dignidade (educação, saúde, moradia, alimentação, assistência social, segurança e outros), implementados por meio de políticas sociais (planos, programas e projetos) (SIMÕES, 2014, p. 66).

Neste sentido, tais direitos estão estruturados na seguridade social, conceito este instituído pela CF de 1988 como “[...] conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988, art. 194). Além de que, possui os objetivos de organizar a seguridade social em caráter democrático, universal e equitativo (BRASIL, 1988).

Depreendemos de Simões (2014, p. 101) que a seguridade tem o objetivo de garantir “[...] patamares mínimos de vida da população em face de reduções provocadas por contingências sociais e econômicas”, portanto, saúde, previdência social e assistência social são consideradas instituições sociais básicas para a estabilidade da sociedade (SIMÕES, 2014), bem como “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (Art. 3º, inciso III da CF de 1988).

Assim sendo, a assistência social como item da seguridade social tem o caráter de selecionar, prevenir e eliminar os riscos e as vulnerabilidades sociais (SIMÕES, 2014, p. 102), sendo reconhecida como “[...] política pública, dever do Estado e direito absoluto dos cidadãos” (SARMENTO, 2020, p. 55). Portanto, a partir dos artigos 203 e 204 da CF de 1988 se sustentou sua regulamentação mediante a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

A LOAS instituída como lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (BRASIL, 1993), fundamenta, principalmente através de seu artigo 23, parágrafo único - inciso II, a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua que se efetivou, anos mais tarde, no decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (BRASIL, 2009) como Política Nacional para a População em Situação de Rua, estabelecendo “[...] diretrizes e rumos das ações sociais de prevenção e resgate social, por iniciativa do Poder Público, em parceria com os movimento organizados da sociedade civil” (SIMÕES, 2014) aplicando o acesso aos direitos da cidadania, possibilitando a (re)integração às redes familiares, comunitárias e o desenvolvimento social (SIMÕES, 2014, p. 379).

Destaca-se que no ano de 2005 se instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), um sistema descentralizado e participativo, tendo como função gerir conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira, consolidando assim, o modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, de modo articulado e complementar, operam a proteção social não contributiva de seguridade social no campo da assistência social. Em 6 de julho de 2011, a Lei 12.435 é sancionada, garantindo a continuidade do SUAS (SÃO PAULO, [s.d.], on-line).

A atenção à PSR passou por várias lutas, resultados que estão presentes em algumas normativas, tais como na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) reconhecendo a atenção à população em situação de rua no âmbito do SUAS; Lei nº 11.258 de 2005 que norteia a criação de programas destinados às pessoas em situação de rua; Decreto s/nº de 2006 sobre a instituição do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI); Portaria MDS nº 381 de 2006 garantiu

recursos do cofinanciamento federal em apoio à oferta de serviços destinados à população em situação de rua, dentre outros (MDS, 2011, p. 3).

Em 11 de novembro de 2009, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a Resolução nº 109/2009 que apresenta a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais cuja organização dos serviços se dá por níveis de complexidade, denominado em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (BRASIL, 2009), disposto em:

**I – Serviços de Proteção Social Básica:**

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

**II – Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:**

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA, e de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC;
- d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias;
- e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

**III – Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:**

- a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:
  - Abrigo institucional;
  - Casa-Lar;
  - Casa de Passagem;
  - Residência Inclusiva.
- b) Serviço de Acolhimento em República;
- c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (BRASIL, 2009, p. 2).

Como dito acima, o Decreto nº 7.053/2009 que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) se estrutura em princípios, diretrizes e objetivos que norteiam os poderes públicos ao cumprimento dos direitos garantidos à PSR.

Art. 5º São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

- I – respeito à dignidade da pessoa humana;
- II – direito à convivência familiar e comunitária;
- III – valorização e respeito à vida e à cidadania;
- IV – atendimento humanizado e universalizado; e
- V – respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (BRASIL, 2009, on-line).

Por intermédio deste decreto, institucionalmente, a PSR possui dignidade, respeito, liberdade e acesso aos direitos sociais, no entanto, o decreto se mostra insuficiente para lidar com a complexidade do fenômeno PSR, é o que Isabella Viegas Moraes Sarmiento debateu em seu livro “A ineficácia das políticas públicas destinadas à população em situação de rua”, publicado pela editora Lumen Juris, no ano de 2020, na cidade do Rio de Janeiro.

Sarmiento (2020, p. 56) analisa que o artigo 6º e seus incisos, os quais abordam “[...] a promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, a responsabilidade do Poder Público pela sua elaboração e financiamento, articulação das Políticas Públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal” trata de forma genérica e “[...] meramente exemplificativos, deixando a cargo da interpretação do dispositivo legal, qualquer atuação de fato” e não somente neste específico artigo, mas também o conteúdo integral.

E ainda, o artigo 7º trata dos objetivos da PNPSR, são eles:

- I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;
- II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;
- III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;
- IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;
- V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;
- VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;
- VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;
- VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;
- IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;
- X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;
- XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;
- XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;

- XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e
- XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho (BRASIL, 2009, on-line).

Diante disso, depreendemos de Sarmiento (2020, p. 56) que “[...] novamente são apresentadas diretivas benevolentes, contudo, não se delimita qual será a forma de trabalho e políticas públicas a serem adotadas para viabilizar seu adimplemento”, o que acentua ainda mais a ineficácia da aplicabilidade da PNPSR, exemplo disso é que não se aplicam a PSR na contagem oficial, conforme prevê o inciso III do artigo 7º.

A omissão da contagem oficial revela um problema estrutural brasileiro que exclui parte da população não domiciliada e inviabiliza a construção e o direcionamento de políticas públicas. O que está oculto permanece inexistente, no entanto, é uma realidade que está posta na sociedade, onde todos veem mas não querem enxergar, a invisibilidade precisa ser desmascarada e superada.

O Brasil não conta com dados oficiais atualizados sobre a população em situação de rua. Nem o censo demográfico decenal, nem as contagens populacionais periódicas incluem, entre seus objetivos, a averiguação do número total da população não domiciliada. Esta ausência, entretanto justificada pela complexidade operacional de uma pesquisa de campo com pessoas sem endereço fixo, prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para este contingente e reproduz a invisibilidade social da população de rua no âmbito das políticas sociais (NATALINO, 2016 apud SARMENTO, 2020, p. 13-14).

A partir do exposto, Sarmiento (2020) traz informações de que a Defensoria Pública da União ajuizou uma Ação Civil Pública requerendo ao réu Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que “[...] a partir do Censo de 2020 não mais faça distinção entre pessoas domiciliadas e não domiciliadas em seus assentamentos”, e definitivamente incluindo a PSR no Censo 2020. Consta o processo nº 0019792-38.2018-4.02.5101 da 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro. (SARMENTO, 2020, p. 38).

Ressalta-se que o IBGE é o principal provedor de informações geográficas e estatísticas do Brasil para a sociedade civil, os órgãos do governo federal, estadual e municipal, e o mesmo alegou em sua defesa que:

[...] o conceito de pessoa em situação de rua constante da legislação não se presta à realização de uma pesquisa censitária e que a fundação não tem capacidade operacional e metodológica de incluir tal população no Censo de 2020. Explicitou ainda que o Decreto nº 7.053/2009 trouxe conceitos que não se prestam a viabilizar a

produção de dados, especialmente em uma operação censitária; que a metodologia utilizada pela IBGE tem como base o conceito de população residente domiciliada, sendo essa uma questão metodológica fundamental; que um levantamento nacional não se mostrou viável tecnicamente, ao menos para a operação de 2020; que mudanças metodológicas realizadas sem cautela podem prejudicar a qualidade dos resultados; que há também dificuldades operacionais (SARMENTO, 2020, p. 39).

O IBGE teve cerca de doze anos desde a publicação do Decreto 7.053/2009 para desenvolver uma metodologia estratégica que pudesse contar oficialmente a PSR e ainda assim o IBGE não mencionou a contagem da PSR no Censo Demográfico de 2022 que está previsto para ocorrer em Agosto de 2022.

Neste sentido, em meio a problemática situação de invisibilidade, a contagem da PSR tem como parâmetro a partir do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2007/2008), dados do Censo SUAS, dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

O I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua foi realizado entre agosto de 2007 e março de 2008 (BRASIL, 2009, p.85), tendo feito um levantamento em 71 cidades brasileiras, contando 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, com exceção de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, pois essas já haviam realizado o censo. Sendo assim, o primeiro Censo Nacional identificou 31.922 pessoas maiores de 18 anos em situação de rua, vivendo em “[...] calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, posto de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferros-velhos ou pernoitando em instituições” (BRASIL, 2009, p. 85).

Segunda a pesquisa do I Censo Nacional sobre a PSR (BRASIL, 2009), o perfil dos entrevistados revelou que a maioria são homens (82%), se declararam negros (67%), maior parte não concluiu o primeiro grau (63,5%), são analfabetos (17%). Em relação ao trabalho, exercem atividade remunerada e informal (70%), sendo catadores e catadoras de materiais recicláveis (27,5%), “flanelinha” (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Em relação à alimentação, a maioria dos entrevistados (79,6%) conseguem fazer ao menos uma refeição ao dia e quase 20% disseram não conseguir se alimentar todos os dias.

Somando a essa composição de pessoas em situação de rua, destaca-se que,

[...] Há idosos que não conseguirão mais entrar no mercado de trabalho, não possuem proteção previdenciária e que necessitam de uma moradia permanente. Há grupos de famílias com filhos que demandam cuidados e serviços específicos. Há pessoas com sofrimento mental que precisam de tratamento de saúde e moradias especiais. Há outros grupos como: dependentes químicos; com necessidades especiais como os

deficientes; de mulheres sós e grupos com diversas orientações sexuais, como os que fazem parte dos grupos LGBT (KOHARA; VIEIRA, 2020).

Em 2019, a cidade de São Paulo realizou o Censo da PSR e uma pesquisa amostral com objetivo de traçar o perfil desta população e lançar importantes resultados panorâmicos levando-nos ao conhecimento da realidade na cidade de São Paulo. Foram entrevistadas total de 24.344 pessoas em situação de rua, dessas uma amostra de 2.000 pessoas entrevistadas é que resultou o perfil socioeconômico composto por relação com o trabalho, educação, saúde, sexo, idade, existência de deficiências, acesso à assistência social, etc. (SÃO PAULO, 2019).

Desta pesquisa amostral, destaca-se que em relação à faixa etária o resultado revelou 51% com idade entre 31 a 49 anos, 22,1% com idade entre 18 e 30 anos, 15,9% entre 50 a 59 anos e cerca de 11,1% com 60 anos ou mais. Ficando em uma média de idade em 41 anos e a máxima da amostra em 82 anos (SÃO PAULO, 2019). Importa ressaltar que os dados obtidos não são apenas somatórios de informações, são informações que mostram que a PSR está envelhecendo na rua, se tornando mais frágeis e ainda mais vulneráveis.

O dado convoca algumas reflexões primordiais: se a vida urbana é centralmente organizada a partir do mundo do trabalho, é possível considerar que, no cenário da crise atual de emprego, o mercado de trabalho absorverá esta mão de obra que está envelhecendo em situação precária? Em outras palavras, quais são as condições concretas de vida desses homens e mulheres, em especial dos idosos, e quais são as perspectivas reais de envelhecimento com dignidade para essa população? Se há o consenso de que a longevidade tem relação direta com as condições materiais e imateriais que garantem a qualidade de vida, a população em situação de rua é a representação imediata da negação deste direito humano? Se o futuro é o intervalo de tempo que se inicia após o presente, como é possível pensar em um futuro digno para a população em situação de rua? E mais, que futuro terão as grandes e médias cidades com taxas de urbanização e desemprego cada vez mais expressivas e, conseqüentemente, com o envelhecimento da população em situação de rua? (ALMEIDA, 2021, p. 11).

Qual é o futuro das pessoas que estão vivendo em situação de rua no Brasil? Qual é o futuro das pessoas da classe trabalhadora que sem emprego, sem condições de pagar o aluguel de uma moradia são despejadas tendo a rua como única alternativa de lugar para morar? Questionamentos esses e tantos outros que ecoam pela literatura, pelos artigos, reportagens e pelas ruas das cidades brasileiras não possuem respostas e soluções rápidas, pois a questão é tão complexa que envolve as estruturas políticas, econômicas, sociais, culturais, educacional e urbana.

Em suma, ao longo dessas reflexões concorda-se que a PSR é heterogênea e cada vez mais tem se modificado. Percebe-se que o perfil dessa população vem se compondo por

crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos de sexo masculino, feminino e transexuais. Cada vez mais se torna urgente que a PSR entre para o censo demográfico do IBGE, visto que o cenário atual no Brasil é de miséria, fome, desemprego e aumento da falta de moradia. A situação de complexa se agravou com a chegada da pandemia da COVID-19 no ano de 2020 e escancarou que o país possui sim uma PSR de grande proporção, muito mais do que revelam as pesquisas publicadas.

### **3.3 A PANDEMIA DA COVID-19 ESCARANCAROU O FENÔMENO SOCIAL**

No final do ano de 2019 o mundo estava prestes a enfrentar um terrível período na história da humanidade: a pandemia da COVID-19. Neste momento de escrita, todas as pessoas têm em sua vida pessoal e social fatos históricos compostos por momentos de tensão, medo, angústia, mortes, luto, desemprego e contágio, passaram-se dois anos desde que descobriram o vírus e o mesmo se espalhou por todo o mundo.

A pandemia provocada pelo novo coronavírus foi detectada na China, mais precisamente na cidade de Wuhan, província de Hubei. No dia 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recebeu a notificação sobre casos de pneumonia desconhecida que infectou, no período de 03 dias (31/12/19 a 03/01/20), um total de 44 pessoas. Daí em diante, a OMS e a Comissão Nacional de Saúde da China passaram a investigar e no dia 13 de janeiro de 2020 foi confirmado em laboratório de Wuhan a cepa do novo coronavírus, 2019-nCoV (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020, p.1).

Depreendemos da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz (2020) que o novo coronavírus faz parte de “[...] uma família de vírus conhecida, que inclui outros vírus capazes de provocar doenças no ser humano e nos animais”, sendo assim, a partir do código genético sequenciado denominaram como SARS-CoV-2 o vírus responsável pela pandemia da COVID-19 que acometeu diversos países, inclusive o Brasil.

Segundo o Boletim Epidemiológico nº 04 divulgado pela Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde – em janeiro de 2020, os sinais e sintomas clínicos referidos ao novo coronavírus se manifestam como síndrome respiratória apresentando febre, tosse e dificuldade para respirar e a transmissão é feita entre pessoas contaminadas mediante contatos próximos. A definição de contato próximo encontrada na nota de rodapé deste boletim epidemiológico significa “[...] cuidar, morar, visitar ou compartilhar uma área ou sala de espera

de assistência médica ou, ainda, nos casos de contato direto com fluídos corporais, enquanto não estiver usando o EPI recomendado” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020, p. 03).

Com isso, a partir da eclosão dos efeitos da pandemia no Brasil, conforme noticiado pelo jornal BBC (2020), o governo federal preparou diversas medidas para combater a propagação do novo coronavírus, liberando dinheiro e promovendo ação conjunta com o Ministério da Saúde, que inicialmente não descartou o isolamento social.

Sendo assim, entre o mês de Março e Abril de 2020, o Congresso brasileiro aprovou o PL 9236/2017 que se transformou na Lei Ordinária 13.982/2020, promulgada no dia 02 de Abril de 2020 pelo Presidente Jair Bolsonaro. Essa lei estabeleceu as medidas excepcionais de proteção social que foram adotadas durante o período do enfrentamento da COVID-19, considerada emergência de saúde pública de importância internacional (BRASIL, 2020).

Neste sentido, os trabalhadores informais tiveram assegurado acesso ao auxílio emergencial de R\$ 600,00, também tiveram acesso ao auxílio emergencial pessoas de baixa renda, famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e as mães chefes de família puderam receber cotas de R\$ 1.200,00 (IPEA, 2020).

Porém, estudos publicados pela nota técnica nº 60 do IPEA (2020) indicaram que seria impossível ter a cobertura social de 100% da população vulnerável e baixa renda, visto que somente 81,7% estavam inscritos no Cadastro Único e cerca de 18,3% da população (trabalhadores informais, pessoas sem ocupação, contribuintes individuais e trabalhadores por conta própria) não estavam inscritas no Cadastro único.

Outro indicador apresentado são os 7,4 milhões de brasileiros elegíveis para receber a RBE, que não têm como acessar as tecnologias como aplicativos, pois vivem em domicílios sem acesso à internet, reflexo da desigualdade social mais que evidente neste momento e que não deve ser ignorada pelo governo (JORNAL DA USP, 2020, on-line).

Além de que, a Caixa Econômica responsável pela execução do programa emergencial lançou um aplicativo que possibilitou, por meio eletrônico, o cadastramento e recebimento do auxílio emergencial, vinculado ao celular do receptor. No entanto, milhares de pessoas no Brasil não possuem acesso à internet e para agravar ainda mais a situação, a Caixa Econômica não elaborou para o SUAS uma metodologia de acessos ao aplicativo, dispensando o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), serviço que poderia auxiliar no cadastramento daqueles que não tinham acesso à internet e a um telefone celular (JORNAL DA USP, 2020).

A exclusão tecnológica é mais uma face da desigualdade social existente no Brasil e este fator foi ignorado pelo governo. As pessoas pobres, negros e negras, residentes das favelas, indígenas, doentes, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, os 18% não cadastrados no Cadastro Único, sem acesso à internet e aos meios para receber o Auxílio Emergencial não puderam recebê-lo, sendo brutalmente excluídas da proteção social em plena pandemia da COVID-19.

Outrossim, a pandemia ocasionou um elevado estresse em toda a população brasileira. Um estudo de Rodrigo Fracalossi de Moraes publicado na nota técnica nº 27 do IPEA em Abril de 2020 elenca cinco fatores de estresse para a população provocados pela pandemia da covid-19, são eles: (1) o medo de ser infectado, de que alguém próximo seja infectado ou de que não seja possível receber atendimento médico; (2) a diminuição da renda, resultando em sacrifícios no consumo ou em endividamento; (3) o confinamento; (4) informações conflitantes ou imprecisas sobre a pandemia e seu enfrentamento e (5) a ausência de uma estratégia de saída da crise (MORAES, 2020, p. 7).

Paralelamente à esses cinco fatores de estresse, desde o início da pandemia surgiu uma onda negacionista, diversas teorias e propostas que se divergiram entre o 1º ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta e o presidente Jair Bolsonaro, propostas essas como o isolamento vertical em que colocava em isolamento apenas os grupos de risco (idosos e portadores de doenças crônicas) medida criticada pelos especialistas por não ser suficiente no combate à transmissão da covid-19 (O GLOBO, 2020) e também o uso do “Kit Covid-19”: cloroquina e azitromicina, foram os medicamentos sugeridos pelo Ministério da Saúde, ambos sem comprovação científica de eficácia em casos de covid-19 (COLL, 2020).

Depois disso, o Ministério da Saúde teve sua gestão substituída por três vezes, sendo o ministro Mandetta substituído pelo médico oncologista Nelson Teich que se recusou a mudar o protocolo do Ministério da Saúde para o tratamento da COVID-19; a segunda vez pelo general do Exército Eduardo Pazuello que não acelerou o processo de vacinação no país e consequentemente um recorde de mortes por COVID-19 ocorreu nesta gestão e por último Marcelo Queiroga que é o atual ministro, conforme noticiado pelo jornal on-line UOL<sup>3</sup>.

Os direcionamentos para administrar a pandemia no Brasil foram bastante conturbados, sofrendo fortes influências políticas da extrema direita que disseminou uma onda negacionista

---

<sup>3</sup> UOL Notícias: Mandetta, Teich, Pazuello e Queiroga: os 4 ministros da Saúde da pandemia. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/15/mandetta-teich-pazuello-e-queiroga-os-4-ministros-da-saude-da-pandemia.htm>>. Acesso em: 08 mai. 2022.

descabível, negando a ciência, a existência da gravidade do vírus e seus sintomas que causaram a morte de milhares de pessoas no país e no mundo.

Neste sentido, alguns Estados por meio de seus governadores e prefeitos se anteciparam na formalização de decretos para contenção da transmissão do coronavírus (SCHAEFER *et al*, 2020) e uma das primeiras medidas decretadas foram a suspensão das aulas de forma gradual, a exemplo o Estado de São Paulo que por meio do Decreto nº 64.891, de 30 de março de 2020, suspendeu as aulas no âmbito da Secretaria da Educação e garantiu segurança alimentar aos alunos através do pagamento de benefício financeiro ao “[...] responsável legal de alunos matriculados nas redes públicas estadual e municipais de ensino” (SÃO PAULO, 2020).

Além da suspensão das aulas, por meio do governo federal foi recomendado o cancelamento de eventos e cruzeiros turísticos, reforço no Mais Médicos, capacitação dos laboratórios para testes de Sars-Cov-2, aumento de leitos de UTI e horário estendido em postos de saúde, uso constante de máscaras, lavagem das mãos, uso de álcool em gel e a campanha “Fique em Casa”, promovendo o trabalho home-office, como destaca-se o aviso da Faculdade de Medicina UFMG (2020, on-line) “[...] o ideal é permanecer em casa durante o período mais crítico da infecção. Por isso, se você não precisa sair para trabalhar, fique dentro de casa. É fundamental lembrar que durante a quarentena ninguém deve sair à rua sem razão essencial.”

O “Fique em casa” como medida de saúde, proteção e prevenção contra o vírus na pandemia abriu uma ampla discussão acerca da PSR, visto que é um contingente populacional que não possui moradia, trabalho formal, acesso à alimentação, à higiene pessoal e vivem em condições sub-humanas.

Como a PSR enfrentaria a covid-19? Como a PSR lavaria as mãos com água e sabão e usaria álcool em gel se a mesma não tem acesso à água potável para beber e fazer sua higiene pessoal? Como a PSR acessaria o aplicativo da Caixa Econômica e solicitaria o auxílio emergencial sem possuir um telefone celular com internet ou acesso à internet por computadores? Como a PSR teria acesso ao RG Digital quando não portadores de celular e internet? Como a PSR daria continuidade em seus trabalhos informais quando a sociedade brasileira se encontrava em lockdown? Como a PSR conseguiria abrigo provisório quando o número populacional em situação de rua é maior do que a oferta de vagas nos abrigos? Como a PSR idosa se protegeria enquanto população com maior risco de morte mediante contágio do novo coronavírus?

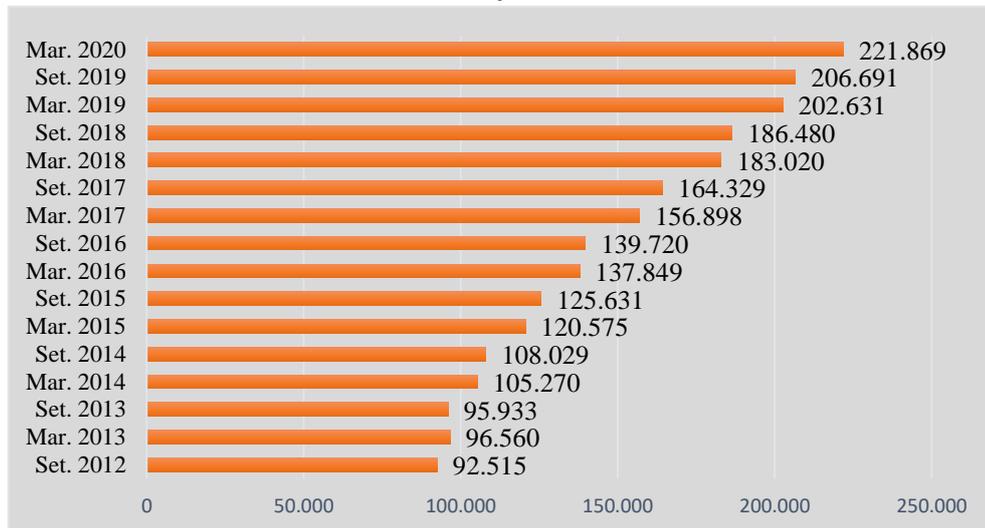
[...] Já vivíamos a falta de políticas públicas para a população em situação de rua, mas a pandemia só escancarou tudo isso. Como ficar em casa se não temos moradia? Como usar máscara se não temos onde lavar? Já vivemos socialmente isolados. Passamos

fome, frio e ainda enfrentamos a COVID-19. A pandemia desnudou as mazelas sociais existentes (TORRES, 2021 apud FIOCRUZ, 2021, on-line).

Segundo a nota técnica nº 74 do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) intitulada como “População em Situação de Rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais” (IPEA, 2020), apontou que em fevereiro de 2020 mais de 146 mil pessoas se declararam estar em situação de rua no Cadastro Único de programas sociais do governo federal, ainda, segundo o IPEA (2020) “uma nova estimativa da população de rua indica por sua vez, que, em março de 2020, tínhamos cerca de 222 mil pessoas em situação de rua”, ou seja, dentro de fevereiro a março de 2020, estima-se um aumento de 76 mil pessoas em situação de rua.

Mediante as pesquisas do IPEA, acompanhamos que entre os anos 2012-2020 a PSR vem aumentando, na proporção de mais de 140%, tendo uma estimativa de 92.515 pessoas em situação de rua em Setembro de 2012, fechando a pesquisa em Março de 2022 com total estimado de 221.869 pessoas vivendo em situação de rua no Brasil. Esse número total chega, por exemplo, perto da população domiciliada na cidade de Presidente Prudente, estado de São Paulo, que em 2021 estimou ter 231.953 pessoas (IBGE, 2021).

**Gráfico 1 -** Estimativa de Pessoas em Situação de Rua no Brasil – Set. 2012 a Mar. 2020

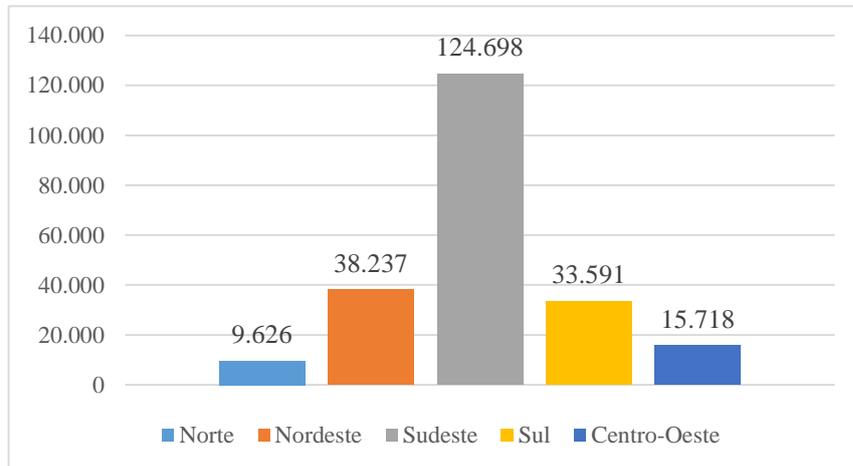


**Fonte:** Elaborado pela autora em abr. 2022, a partir dos dados disponibilizados pelo IPEA – Nota técnica nº 73, jun. 2020.

Depreendemos da nota técnica nº 73 do IPEA que, a região Sudeste predominou em Março de 2020 uma estimativa maior da PSR com um total de 124.698 pessoas, seguido da região Nordeste com 38.237 pessoas. Já a região Sul apresentou um total de 33.591 pessoas, a

região Centro-Oeste com total de 15.718 pessoas e a região Norte estimou cerca de 9.626 pessoas em situação de rua, dados estes que podem ser analisados a partir do gráfico abaixo:

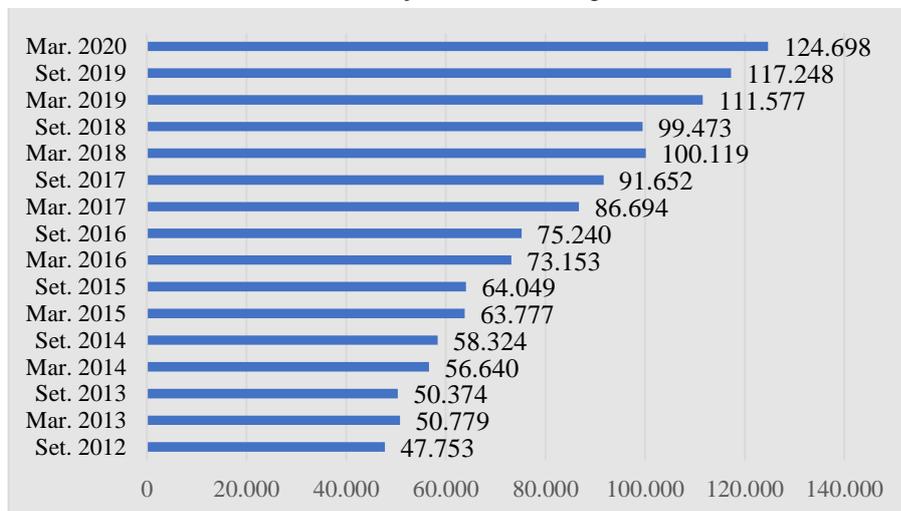
**Gráfico 2 - Estimativa de Pessoas em Situação de Rua por região, Mar. 2020**



**Fonte:** Elaborado pela autora em abr. 2022, a partir dos dados disponibilizados pelo IPEA – Nota técnica nº 73, jun. 2020.

Segundo o IBGE (2021) a estimativa da população em 1º de julho de 2021 residente na região Sudeste, a qual abrange os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, resultou em 89.632.912 pessoas, sendo 46.649.132 pessoas só no Estado de São Paulo. Dentro desse conjunto populacional, desde 2012 a PSR vem aumentando consideravelmente, conforme podemos observar abaixo:

**Gráfico 3 - Estimativa de Pessoas em Situação de Rua na Região Sudeste, Set. 2012 a Mar. 2020**



**Fonte:** Elaborado pela autora em abr. 2022, a partir dos dados disponibilizados pelo IPEA – Nota técnica nº 73, jun. 2020.

Neste sentido, o gráfico 3 demonstra o crescimento da estimativa populacional das pessoas em situação de rua na região Sudeste, apontando que em 2012 estimava 47.753 pessoas saltando, em março de 2020, para 124.698 pessoas em situação de rua.

Assim sendo, o materialismo histórico dialético, advindo da teoria marxiana, amplia a visão do campo da realidade ao passo que por meio da análise crítica podemos apreender os movimentos que constitui o real, ou seja, se aplicando ao contexto deste estudo sobre PSR, percebe-se a dialética que existe entre a falta de moradia e o fenômeno social. Neste sentido, há uma crescente PSR em detrimento à falta de moradia ou uma crescente falta de moradia em detrimento às pessoas em situação de rua?

A realidade brasileira revela que essas duas problemáticas, falta de moradia e PSR, estão interligadas. No contexto da pandemia da COVID-19 é notório o aumento da PSR nos centros urbanos e estudos revelam também um crescente número de remoção e despejos no Brasil.

De acordo com a ‘Campanha Nacional Despejo Zero – em defesa da vida no campo e na cidade’ (2020), uma sistematização de dados compreendendo o período de março de 2020 até fevereiro de 2022 revelou que mais de 132.290 famílias estão ameaçadas de remoção durante a pandemia no Brasil e mais de 27.600 famílias foram removidas durante a pandemia no Brasil.

Em relação aos despejos, a pesquisa da Campanha Despejo Zero (2020) mostra que São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas são os estados onde mais despejaram as famílias, sendo total de 6.017 (SP), 5.560 (RJ) e 3.731 (AM). E no tocante às ameaças de despejo, o estado de São Paulo e Amazonas permanecem em destaque, seguido do estado de Pernambuco, sendo 42.599 famílias em São Paulo, 29.231 famílias no Amazonas e 17.210 famílias em Pernambuco.

Paralelamente a essas informações, a Prefeitura de São Paulo adiantou o Censo da População em Situação de Rua que por lei teria que ser realizado em 2023 e foi feito em 2021 por razões do agravamento da crise que surgiu no advento da pandemia da covid-19. Pois bem, o Censo PSR de 2021 revelou número total de 31.884 pessoas em situação de rua, sendo este número um aumento de 31% em relação à 2019 onde havia 24.344 pessoas, sendo um crescimento equivalente de 7.540 pessoas (SÃO PAULO, 2022).

Neste sentido, o número de famílias despejadas no estado de São Paulo pode estar relacionado com o aumento de pessoas em situação de rua apontado no Censo PSR 2021. Essa realidade agudizada pela crise humanitária da pandemia e pela crise econômica, agravada pela desigualdade social, desemprego e falta de moradia contribui com uma mudança no perfil da

PSR, que segundo Raquel Rolnik e Aluizio Marino (2022) famílias inteiras, mulheres e crianças estão presente e transformando a cena das ruas.

Mas o que explica essas mudanças? Não há dúvida que a crise econômica, agravada pela pandemia, com seus efeitos de aumento de desemprego e diminuição de renda dos mais pobres, tem parcela importante de responsabilidade na medida em que tiveram como efeito o aumento da pobreza e conseqüentemente o aumento da incapacidade de arcar com os custos da moradia para parcelas maiores da população. Mas não é só isso: é necessário examinar dois importantes aspectos fundamentais para essa equação. O primeiro é a própria dinâmica dos mercados residenciais durante este período, e a segundo é as políticas públicas desenvolvidas para enfrentar esta situação (ROLNIK; MARINO, 2022, on-line).

A discussão sobre a questão da moradia e da crise habitacional no Brasil pode demandar amplos debates que não caberão aqui neste momento. Outrossim, cabe aqui vários questionamentos, como o país, os estados e os municípios estão lidando ou lidarão com o aumento significativo de pessoas em situação de rua? Quais as tomadas de decisões para proteger e garantir que os direitos destinados à PSR sejam efetivados? Onde irão dormir as crianças, as mães, os pais, os idosos, as famílias inteiras que chegam na cidade com seus pertences ou até mesmo sem seus pertences? E os refugiados, onde irão dormir, morar, ter subsistências para refazer a vida? Para onde irão as pessoas que perderam o emprego e não mais conseguem pagar o aluguel?

O já mencionado decreto 7.053/2009 (BRASIL, 2009) considera PSR o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, destaca-se: “[...] que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (BRASIL, 2009, on-line).

Neste sentido, é nos espaços públicos, debaixo de viadutos e marquises que as pessoas em situação de rua improvisam seus barracos para se abrigarem do frio, da chuva e conseguir obter um mínimo de segurança. Segundo uma matéria de Anna Gabriela Costa publicada no jornal CNN Brasil (2022), as barracas chamadas de “moradias improvisadas” cresceram cerca de 330% em 2021, sendo que em 2019 havia 2.051 pontos com barracas e em 2021 a prefeitura de São Paulo computou 6.778 pontos.

No entanto, externamos a questão da “arquitetura de exclusão”, conforme denota os estudos de Sarmiento (2020, p. 41), arquitetura essa que “[...] segregativa foi engendrada ao

longo de muitos anos”, e pelos estudos, pesquisas e noticiários, podemos ver que o termo ainda é autêntico, sendo efetivado mediante às ações higienistas.

A arquitetura de exclusão em desfavor do morador de rua é exercida de diversas formas, através de ações positivas higienistas, de afastamento ou eliminação, omissão, urbanismo, políticas públicas desfavoráveis, dentre outras, e se apresenta no contexto mundial há muito tempo. Em parte, esta arquitetura atua por meio da chamada política antimendigos, na qual são desenvolvidas alterações nas construções dos prédios e na urbanização da cidade, como a retirada de marquises que serviam de abrigo, vedações aos acessos a áreas abertas embaixo de viadutos, utilizar acabamentos pontiagudos no chão das calçadas e jogar creolina nos locais em que dormem desabrigados. Noutra monta, a arquitetura de exclusão se viabiliza por meio de ações institucionais com a criação de leis, projetos e atitudes com viés higienista (SARMENTO, 2020 p. 41).

Depreendemos de Sarmento (2020) que a arquitetura de exclusão aborda três categorias:

- **Exclusão por meio do Direito e ações institucionais:** se refere às ações contra com a PSR com mecanismo criminal. Fatos lamentáveis que entram nessa categoria são a “Operação mata mendigos” ocorrida em 1960 no Rio de Janeiro; a “Chacina da Candelária” crime que assassinou oito jovens em situação de rua em 1993 também no Rio de Janeiro; a “Operação Zona Sul Legal” que em 2003 retirou compulsoriamente dos bairros de Copacabana, Ipanema, Leblon e Gávea os camelôs, crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; a “Chacina da Sé” em 2004, onde 10 pessoas foram atacadas enquanto dormiam, seis delas morreram. Esse ato brutal gerou a criação da data 19 de agosto, dia em que rememora o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua (SARMENTO, 2020).
- **Exclusão por meio da arquitetura e urbanismo:** são as ações públicas realizadas “[...] mediante políticas públicas que tendem a se justificar por motivações de segurança ou limpeza local”, instalam assim pedras e estruturas pontiagudas, colocam ferros e vasos de plantas em lugares onde as pessoas desabrigadas costumam, poderiam ou podem se alojar (SARMENTO, 2020, p.44).
- **Exclusão por intermédio da mídia:** desfavorecimento da PSR mediante a mídia brasileira, não há pressão popular para que investigações de crimes contra a PSR sejam concluídas, “os delitos caem esquecimento” (SARMENTO, 2020, p. 52).

O aumento significativo de pessoas em situação de rua neste período de pandemia coloca em evidência as expressões da questão social vividas por essa população, “[...] questões que não são novas e sobre as quais muito já se discutia a respeito da necessidade urgente de

definição de políticas públicas para enfrentá-las e fazer valer os direitos definidos na Constituição Federal de 1988” (KOAHAARA; VIEIRA, 2020).

Além disso, é uma população que possui grande vulnerabilidade social, sem o reconhecimento de acesso ao sistema de saúde brasileiro estando inclinados para altíssimas infecções sintomáticas, hospitalização e morte, devido ao declínio físico acelerado e de problemas mentais e problemas de saúde como: problemas nos pés, IST/HIV/AIDS, gravidez de alto risco, doenças crônicas, consumo abusivo de álcool e outras drogas, problemas de saúde bucal e tuberculose (BRASIL, 2020).

Acima de tudo, a saúde é um direito e está garantida na Constituição Federal de 1988, mais precisamente no art.196: A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

É neste sentido, que a Política Nacional de Atenção Básica – Pnab (BRASIL, 2012, p. 62) ressalta que “[...] a responsabilidade pela atenção à saúde da população de rua, como de qualquer outro cidadão, é de todo e qualquer profissional do Sistema Único de Saúde (SUS), com destaque especial para a atenção básica”, o que reforça que também a pessoa em situação de rua tem o direito de receber atendimento em qualquer unidade hospitalar do SUS, tendo ou não documentos, embora tenha que enfrentar o preconceito e “[...] maus tratos nos serviços de saúde onde são considerados como portadores de “patologia social”, diante da qual os profissionais de saúde sentem-se, ao mesmo tempo, impotentes e sem qualquer responsabilidade” (BRASIL, 2009, p. 125).

Ainda sobre a questão do preconceito, o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a PSR (2007-2008) afirma que,

[...] mais da metade das pessoas em situação de rua entrevistadas (55%) já sofreram discriminações sob a forma de impedimento de entrar em estabelecimento comercial, shopping center, transporte coletivo, bancos, órgão público, de receber atendimento na rede de saúde ou de tirar documentos. Entre os entrevistados, 18% informaram já terem sido impedidos de receber atendimento na rede de saúde (BRASIL, 2009, p. 125).

O Consultório na Rua (CnR) compõe a PNAB e foi lançado em 2011 como uma estratégia do SUS com foco no atendimento da população em situação de rua. Segundo o Ministério da Saúde (2020) a pasta financia 145 equipes em 96 municípios brasileiros, inclusive o município de Franca/SP, recebendo recursos financeiros federal, liberados “com base no

orçamento do bloco de Atenção Primária em Saúde e repassados pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS)” (BRASIL, 2020).

As equipes do CnR tem o caráter multiprofissional que podem contar com assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, médico, técnicos em saúde bucal, cirurgiões-dentistas, dentre outros (BRASIL, 2020), e são equipes que realizam suas atividades de forma itinerante, com ações na rua, também em instalações específicas como a unidade móvel e as Unidades Básicas de Saúde, articulando e desenvolvendo ações em parceria com os Centros de Atenção Psicossocial, Rede de Urgência e serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (BRASIL, 2012, p. 62).

Dados importantes da Secretaria Especial de Comunicação da Cidade de São Paulo (2020) revelam que até outubro de 2020 foram realizadas 447.797 consultas por meio de 25 equipes, envolvendo 595 profissionais do Consultório na Rua, esse número “equivale a um aumento superior a 80% nos acompanhamentos realizados neste período, se comparado aos cinco meses anteriores à pandemia” (SÃO PAULO, 2020).

Acresce que, devido a precarização da situação de rua e a possibilidade de alto índice de contaminação pelo coronavírus, COVID-19, o Ministério da Cidadania/Secretaria Especial do Desenvolvimento Social/Secretaria Nacional de Assistência Social publicou medidas de recomendações gerais para garantir proteção social à PSR, incluindo os imigrantes, no contexto da pandemia da COVID-19 e orientar os gestores e trabalhadores do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) diante do cenário de pandemia da COVID-19 (BRASIL, 2020).

Declarada a Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde - OMS, faz-se necessário tomar medidas de prevenção e cuidados a fim de reduzir os impactos para a população brasileira, especialmente para as parcelas mais vulneráveis. Nesse contexto, as pessoas em situação de rua demandam especial atenção, sobretudo aquelas que integram os grupos de risco, segundo definição do Ministério da Saúde, como, por exemplo, pessoas idosas; pessoas com tuberculose; com cardiopatias (hipertensão arterial sistêmica); com pneumopatias, inclusive asma; HIV/AIDS; distúrbios metabólicos, incluindo diabetes mellitus; gestantes e puérperas; crianças menores de 5 (cinco) anos, sobretudo as menores de 2 (dois) anos e bebês de até 6 (seis) meses (BRASIL, 2020, on-line).

Ora, já fragilizadas e precárias as condições de vida das pessoas em situação de rua perante a pandemia se revelaram ainda mais preocupantes, devido às dificuldades para o distanciamento social e à exposição aos riscos nos espaços públicos, lugares estes onde “[...] estão sujeitas à violência, ao precário acesso à alimentação, à falta de locais adequados e seguros

para dormir e fazer sua higiene pessoal” (BRASIL, 2020, on-line), impossibilitando a adesão às medidas de prevenção de contágio e transmissão da COVID-19.

Para tanto, a referida portaria nº 69, de 14 de maio de 2020 (BRASIL, 2020), orienta que seja feito a elaboração de Plano(s) de Contingência e no âmbito do SUAS à organização de uma série de provisões como: itens básicos de subsistências, orientações e informações sobre a pandemia e sobre o funcionamento do equipamento, segurança alimentar, direcionamentos para benefícios eventuais e também para o cadastramento no Cadastro Único, comunicação e trabalho intersetorial com a rede de saúde e suporte ao transporte para os Serviços de Acolhimento ou alojamentos provisórios (BRASIL, 2020).

O acesso a estas provisões é viabilizado pelo atendimento nos Serviços de Acolhimento ou alternativas relacionadas e, no âmbito da Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade, pelos Centros POP e/ou CREAS e serviços a eles referenciados. Nesse momento, nas localidades com grande concentração de pessoas em situação de rua ou que não possuam Centro POP, as provisões destas unidades podem ser organizadas por intermédio do CREAS, inclusive com utilização de espaços disponíveis no território para atendimentos descentralizados, de modo a evitar aglomerações (BRASIL, 2020, on-line).

Não há dados oficiais do número de óbitos de pessoas em situação de rua por intermédio de infecção da COVID-19. Certamente há crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos pertencentes à classe burguesa que perderam a vida para covid-19, mas a COVID-19 ceifou também a vida de milhares de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos da classe trabalhadora, empobrecida, viventes às margens da sociedade, vítimas do racismo estrutural. Lamentamos profundamente pelas 663.225 vidas perdidas nesta pandemia (CONASS, 2022, on-line).

O dia 17 de janeiro de 2022 foi um marco solene para a ciência e para a população brasileira de um ano de campanha de vacinação contra a COVID-19. A vacina espelha o alívio, a esperança, proteção e nas palavras da Fiocruz (2022) “[...] representa o primeiro passo dado em direção ao fim da pandemia do novo coronavírus, visto que as vacinas têm se demonstrado primordiais para a diminuição do número de casos graves e de óbitos da doença”.

No Brasil, de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA ([s.d.]) e o Ministério da Saúde ([s.d.]), há quatro vacinas aprovadas que foram disponibilizadas no SUS para que toda a população seja vacinada, são elas: Comirnaty (Pfizer/Wyeth), Coronavac (Butantan), Janssen Vaccine (Janssen-Cilag) e Oxford/Covishield (Fiocruz e Astrazeneca). Desde então, o Ministério da Saúde (2022) informa que 164,7 milhões de pessoas

foram vacinadas com dose única ou duas doses, no entanto, não há detalhes sobre os números de vacinados da terceira.

Neste sentido, ao buscar dados e informações com mais detalhes da vacinação contra COVID-19 no Brasil encontra-se um mapa da vacinação que é monitorado por meio da G1 Coronavírus - consórcio de veículos de imprensa Globo - mediante os dados das secretarias estaduais de Saúde. Segundo o mapa, no dia 21 de junho de 2022, o total de 1ª dose da vacina aplicadas é de 178.911.944 pessoas, o que corresponde a 83,28%. A 2ª dose/dose única totaliza 167.089.895 pessoas vacinadas, o que corresponde a 77,78%. Em relação à 3ª dose, o mapa de vacinação revela que menos de 50% da população está vacinada, sendo 98.760.974 pessoas e o percentual é de 45,97% (G1, 2022).

Saliente-se ainda que, o Ministério da Saúde (2022) informou no dia 20 de junho de 2022 sobre a vacinação da 2ª dose de reforço para pessoas com 40 anos ou mais, tendo uma projeção de que “aproximadamente 9 milhões de pessoas deverão se vacinar” (BRASIL, 2022, on-line).

Não há dados oficiais sobre a vacinação da PSR em todo o território nacional. Entretanto, de acordo com o CONASEMS (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde), a estratégia adotada pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo foi aumentar em 70% o quadro de profissionais de saúde, cerca de 299 profissionais, para dar suporte à PSR na cidade de São Paulo. Dentre as ações, esteve o monitoramento dos sintomas de Covid-19, encaminhamentos dos casos positivos para os equipamentos e isolamento.

O Consultório na Rua de São Paulo tem uma peculiaridade importante: todos os agentes comunitários de saúde, que compõem as equipes, são egressos das ruas, o que favorece o vínculo entre profissionais e população. Na capital paulista atuam 25 equipes, constituídas por enfermeiro, médico, auxiliar de enfermagem, agente de saúde, agente social, psicólogo, dentista, dentre outros. A atuação dos profissionais é dividida por território, de acordo com um mapa da situação de rua da cidade. Cada agente acompanha um microterritório, caracterizado por um mapeamento que identifica o perfil das pessoas. Esse modelo de organização tem sido fundamental para acessar as populações vulneráveis e garantir o direito à vacinação contra a Covid-19. As pessoas são cadastradas pelas equipes do Consultório na Rua e diante da ausência de informações exigidas no cadastro nacional, foi criado um sistema próprio da população em situação de rua de São Paulo pela equipe. A vacinação foi iniciada em fevereiro deste ano, com a imunização das pessoas acima de 60 anos, seguida da vacinação dos grupos acolhidos em abrigos. Nessa primeira fase foram imunizadas 18 mil pessoas em situação de rua em São Paulo (CONASEMS, [s.d.], on-line).

Como dito antes, a humanidade completou a vivência de um pouco mais de dois anos em pandemia, sendo afetada em diversas áreas da vida. As estruturas políticas, econômicas e sociais foram abaladas de tal maneira que veremos os efeitos catastróficos ao longo dos anos

vindouros. Cada país trabalha para a retomada da vida de seus habitantes e todas as áreas do conhecimento científico empenham metodologias de pesquisas e estudos para entender as novas configurações de vida social que vem surgindo no pós-pandemia e certamente os desafios envolve todos os viventes nesta Terra.

## CAPÍTULO 4 – O FENÔMENO SOCIAL EM FRANCA

O reconhecimento da igual dignidade e a compaixão são duas chaves de uma ética da razão cordial e são inegociáveis para superar esse mundo de discriminações inumanas.

Adela Cortina

### 4.1 BREVE CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO DE FRANCA

No capítulo anterior vimos que a PSR é um fenômeno social que tem tido um expressivo aumento pelas cidades brasileiras, sobretudo na região Sudeste, em decorrência do agravamento da crise econômica somada à crise humanitária da pandemia da COVID-19 que escancarou as desigualdades sociais, desemprego, falta de moradia, aumento de despejos habitacionais e fome<sup>4</sup>. Não podemos naturalizar essas questões, devemos continuar debatendo, apontando, denunciando e registrando esses fatos como forma de resistência frente aos desafios desses tempos sombrios.

Neste sentido, trazemos para este estudo o retrato sobre a realidade da PSR na cidade de Franca, município do interior do Estado de São Paulo. Sua origem foi registrada no início do século XVIII e sua fundação como cidade no ano de 1824 como denominação de Vila Franca do Imperador (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, [s.d.], on-line) e desde sua descoberta vem se expandindo cada vez mais e ganhando notoriedade como mostrou o jornal Comércio da Franca – Grupo Corrêa Neves (Jornal GCN), baseado no relatório do Índice dos Desafios da Gestão Municipal (IDGM) que “Franca é a 6ª melhor cidade do país para se viver dentre os cem maiores municípios brasileiros” (GCN, 2021, on-line).

Com efeito, Elisângela de Almeida Chiquito, publicou sua dissertação de mestrado na Escola de Engenharia de São Carlos/USP, em 2006, com título “Expansão urbana e meio ambiente nas cidades não-metropolitanas: o caso de Franca-SP”, sendo uma dissertação com conteúdo rico e didático que discorre sobre as características urbanísticas da cidade de Franca/SP.

---

<sup>4</sup> Segundo o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (IA) no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil “[...] são 125,2 milhões de pessoas em IA e mais de 33 milhões em situação de fome, expressa pela IA grave” (VISISAN, 2022, p. 37). Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

Segundo Chiquito (2006) foi nos anos 1950 que se iniciou as modificações entre população urbana e rural em Franca. O município é uma cidade polarizadora de cidades do “[...] Estado de São Paulo (Restinga, Cristais Paulista, São José da Bela Vista, Patrocínio Paulista, Itirapuã, Jeriquara, Pedregulho, Rifaina, Ribeirão Corrente) e de cidades do Estado de Minas Gerais tais como Claraval, Ibiraci, São Tomás de Aquino, Capetinga e Cássia” (CHIQUITO, 2006, p. 37).

O processo de industrialização em Franca provocou um intenso êxodo rural atraindo o trabalhador do campo para vender sua mão de obra fabril, alterando “profundamente as relações sociais no município sobretudo com o surgimento de uma classe operária e o incremento dos trabalhadores que atuavam nos setores do comércio e de prestação de serviços (SILVA, [s.d.], p.5-6).

Processo esse que vem evoluindo, considerando os anos 1950 e 2022 a cidade de Franca se expandiu e se tornou polo industrial. Depreendemos de Edvânia Ângela de Souza Lourenço (2009) que, no momento atual, além da agroindústria canavieira, o setor calçadista predomina como atividade econômica, pois, “[...] a produção de calçados envolve uma miríade de atividades além das fábricas de calçados como curtumes, indústrias de borracha, solados, máquinas, peças e equipamentos, produtos químicos (cola, solventes, tintas etc.) e artigos e componentes em couro” (LOURENÇO, 2009, p. 180).

Salienta-se ainda, que em 1980 o município de Franca passou a ser denominado “polo produtor de calçados em couro masculino” (LOURENÇO, 2009, P. 186). Segundo o Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca – SINDIFRANCA ([s.d.], on-line), o município possui uma cadeia de 1015 empresas distribuídas entre fornecedoras (283), prestadoras de serviços (265) e produtoras de calçados (467). E pelas dificuldades com a exportação após a perda de incentivos fiscais na década de 80, a produção de calçados apostou no mercado interno, tendo sido destinado uma produção de 32,2 milhões de pares de calçados (SINDIFRANCA, ([s.d.], on-line).

Percebe-se que o setor calçadista atraiu investimentos e demanda de criação de empregos, como exemplo a média de funcionários na indústria de calçados de Franca a partir do ano 2000 tem-se registrado com 17.474 pessoas, chegando à 28.496 funcionários no ano de 2013 (SINDIFRANCA, 2022, p.1). Nota-se com isso a migração de pessoas para a cidade de Franca, que segundo Lara (2007) apud Lourenço (2009, p. 180) na “[...] década de 1970 os mineiros representavam 98% da população migrante”. Deste modo, a população urbana iniciou o processo de expansão já na década de 1960.

Neste sentido, entendemos de Silva ([s.d.]) que no censo demográfico do IBGE realizado em 1950 há informações de que “[...] o município de Franca possuía 10.293 domicílios, distribuídos na região urbana, rural e no subúrbio, sendo que, a população total de Franca era estimada em 53.485 habitantes, portanto em média 5,19 habitantes por domicílio.” E em 1960 a população francana foi de 93.613 habitantes e o número de domicílios era 11.472 sendo uma média de 8,16 habitantes por domicílio (SILVA, [s.d.], p. 8-9).

Com efeito, Ermínia Maricato ([s.d.]) aponta que o custo da habitação não está incluído no valor do salário, não sendo o valor “suficiente para pagar o preço da moradia fixado pelo chamado mercado formal”, acrescentando-se que, no Brasil,

[...] onde jamais o salário foi regulado pelo preço da moradia, mesmo no período desenvolvimentista, a favela ou o lote ilegal combinado à autoconstrução foram parte integrante do crescimento urbano. O consumo da mercadoria habitação se deu, portanto, em grande parte, fora do mercado marcado pelas relações capitalistas de produção (MARICATO, [s.d.], p. 3).

Realidade essa que se pode acompanhar a partir do apontamento de Silva ([s.d.]) ao observar que “[...] as condições do mercado imobiliário francano, principalmente, dos imóveis destinados a moradia” elenca os processos de despejo e reintegração de posse de prédios urbanos, e explica que:

[...] Entre os inquilinos que sofreram ações de despejo no município de Franca, e que contestaram a ação judicial entre os anos de 1945 e 1960, foi possível a identificação de três grandes razões que levam os proprietários a solicitar a desocupação do imóvel: em primeiro lugar os proprietários que solicitavam o prédio para uso próprio num total de 49,79%, sendo esta causa mais frequente encontrada nos processos para despejo de inquilinos, superior até mesmo as ações por inadimplência, que ficavam bem abaixo deste valor. Em segundo lugar estava a falta de pagamento dos aluguéis, representando 25,76% do total e, por fim, a alegação de necessidade do prédio para a realização de grande reforma ou demolir o prédio para reconstruí-lo novamente, que representavam 12,44% das ações de despejo (SILVA, [s.d.], p.8).

Segundo o último censo do IBGE, em 2010 a população francana era de 318.640 pessoas, com uma estimativa de que em 2021 essa população foi de 358.539 pessoas. Em 2020, o salário médio mensal dos trabalhadores formais foi de 2,0 salários mínimos, o qual em fevereiro de 2020 foi fixado no valor de R\$ 1.045,00 (BRASIL, 2022), ou seja, o salário médio mensal das(os) trabalhadoras(es) formais foi de R\$ 2.090,00.

No quesito da Educação, o IBGE informa que em Franca, no ano de 2021, registrou-se um total de 57 escolas de ensino médio tendo efetivado 11.719 matrículas, 125 escolas de

ensino fundamental com 40.662 matrículas, destaca-se também total de 1.108 docentes no ensino médio e 2.465 docentes no ensino fundamental. E no quesito da Saúde SUS, Franca apresentou em 2009 total de 52 estabelecimentos (IBGE, [s.d.], on-line).

Dando ênfase sobre a questão da moradia, o Plano Municipal de Assistência Social de Franca (2018-2021) trouxe importantes análises. A começar pela informação sobre o déficit habitacional, apresentando que no ano 2000 o número de domicílios improvisados foi de 69, o número de famílias conviventes era de 4.510, já o total de famílias com até 3 salários mínimos que pagavam aluguel era de 4.905.

A coabitação é solução para as famílias conviventes que não tem renda suficiente para o pagamento de aluguel, ou seja, pela lógica capitalista da mercadoria habitação, “[...] por não terem oferta habitacional adequada aos seus rendimentos, famílias de baixa renda acabam por optar por morar com familiares na mesma moradia” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2014 apud PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2018, p. 28).

Alerta-se que, segundo dados do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), “[...] a demanda por moradia até o ano 2023 será de 26.981 domicílios sendo 10.802 na faixa de 0 a 3 salários mínimos e 7.443 na faixa de 3 a 5 salários mínimos (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2018, p. 28).

Até abril de 2015, estavam cadastradas, na Central de Habitação do município, 10.269 pessoas que declararam renda de até R\$ 1.600,00 podendo significar que o déficit habitacional, para população com renda de até três salários mínimos, mencionado anteriormente, pode ser maior. Para atendimento desta demanda a Administração Municipal tem buscado, nas esferas Federal e Estadual, parcerias para implementação da Política Habitacional voltada para o atendimento das famílias com renda mais baixa. Vários empreendimentos de interesse social estão em andamento. Alguns já aprovados e em construção, totalizando 1.163 unidades habitacionais. Outros empreendimentos estão em fase de assinatura de contrato e/ou projetos em aprovação. O município de Franca, em parceria com os Governos Federal e Estadual trabalham de forma integrada no sentido de viabilizar unidades habitacionais de interesse social, para atendimento às famílias de menor renda (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2018, p. 29).

Passando por quase 200 anos de história, de 1824 até 2022, a cidade de Franca cresceu, tanto em estrutura geográfica e econômica quanto populacional. Em Franca, a Secretaria de Ação Social (SEDAS) juntamente com todo o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras buscam enquanto gestão viabilizar a ampliação do acesso aos direitos sociais, entendendo que parcela da população francana está marcada pela “[...] pobreza e vulnerabilidades sociais, em face do desigual sistema social, econômico e político em que vive o País” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2018, p. 5).

Por conseguinte, parte da população de Franca marcada não só pela falta de moradia, pela fome, pela pobreza e vulnerabilidades sociais como também pelo preconceito e exclusões é a população de pessoas em situação de rua.

De acordo com a SEDAS (2022) o número de pessoas em situação de rua em Franca registradas no Cadastro Único, no início de 2021, foi de 514 pessoas, o que representa menos de 1% da população francana. Entretanto, a população de Franca vê esse percentual da população de rua como pessoas que tornam a cidade perigosa, feia, suja, exigindo soluções extremas, imediatas, muitas vezes descabidas e desprovidas de direitos humanos. Ainda levantam a questão que em tempos havia mais emprego na cidade e atualmente há mais “moradores de rua”, como podemos ver em um cartaz de protesto contra a abertura do Centro Pop na Vila Formosa no dia 18 de maio de 2022 o qual está escrito “Franca foi a capital do calçado. Hoje é capital do morador de rua”. Mas, há outro caminho que nos leva a analisar essa frase de protesto: a notória presenças de pessoas em situação de rua em Franca.

**Figura 8** - Manifestação na abertura do novo Centro Pop



**Fonte:** Fotografia autoral, 2022.

Será mesmo que Franca vem se tornando “capital do morador de rua”? Ou a cidade que se expandiu economicamente, possibilitando a existência de outros setores comerciais, gerando emprego para diversos ramos de trabalho e que se tornou a 6ª melhor cidade para se viver, porém está cada vez mais competitiva, seletiva, conservadora e excludente? Pessoas negras,

regressam do sistema prisional, sem residência fixa, sem endereço, sem acesso à internet e muitas vezes sem contato telefônico, dentre outras inúmeras situações, estão sendo selecionadas para trabalhar no mercado de trabalho de Franca? Estão acessando as políticas de saúde e sociais com equidade? Estão sendo respeitadas? Estão com seus direitos garantidos e não violados?

Percebe-se que a questão da existência de pessoas em situação de rua em uma cidade como Franca possui um entrelaçamento estruturante das expressões da questão social, do racismo estrutural, dos rebatimentos do capitalismo, sendo trabalhadores e trabalhadoras excluídos do mercado de trabalho, situação complexa que nenhuma ação imediata e agressiva resolverá o problema. Enfatiza-se que essa realidade se expande por todo o Brasil.

O próprio sistema capitalista gera a população excedente. Zygmunt Bauman (2005) faz uma crítica reflexiva sobre o refugo que resta de toda produção e como todo lixo, esse refugo precisa ser removido. E nos leva a pensar, será que a sociedade classifica a PSR como refugos humanos dos projetos que visam estabelecer a ordem na cidade?

[...] A “população excedente” é mais uma variedade de refugo humano. Ao contrário dos *homini sacri*, das “vidas indignas de serem vividas”, das vítimas dos projetos de construção da ordem, seus membros não são “alvos legítimos” excluídos da proteção da lei por ordem do soberano. São, em vez disso, “baixas colaterais”, não intencionais e não planejadas, do progresso econômico” (BAUMAN, 2005, p. 53, grifo do autor).

E como dito no capítulo 1 as palavras de Chauí (2002) “conhecer é, pois, um ato de libertação e de iluminação”, é necessário buscarmos cada vez mais o conhecimento sobre a vida da PSR, sobre os fatores econômicos, políticos e sociais somados à crise humanitária que levaram mais de 220 mil pessoas à viverem nas ruas, sobre as políticas públicas que lhe são garantidas e destinadas, termos consciência crítica e combater todos os tipos de discriminação e preconceitos que diariamente são direcionados à PSR de Franca, do Brasil e do mundo.

#### **4.2 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

O movimento de olhar para o passado histórico de um objeto de estudo nos permite conhecer as raízes que o sustenta, sendo assim, um pensamento de Marilda Vilela Iamamoto (2021) diz que “é preciso rever o passado para retomar a práxis da resistência” e faz muito sentido neste estudo sobre a PSR, sobretudo a PSR na cidade de Franca.

**Figura 9** - “Que todos vejam”, abrigos improvisados pela população de rua



**Fonte:** Fotografia autoral, 2022.

“Que todos vejam” é essa frase que pode ser lida no muro ao fundo desta fotografia. Isso nos chama a atenção, o que precisamos ver? O que a sociedade precisa ver? Todavia, levanta-se os debates acerca à invisibilidade da PSR e essa mesma população clama para que seja vista em sua totalidade enquanto seres humanos.

Segundo consta na parte do diagnóstico no edital de chamamento público 13.019/14 nº 08/2022 para a Execução do Serviço de Acolhimento para Pessoas Adultas e Famílias nas Modalidades de Abrigo Institucional e Casa de Passagem (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2022, on-line), já em 1950 havia registro de pessoas em situação de rua no município de Franca as quais eram assistidas por uma organização da sociedade civil com um trabalho social direcionado Albergue Noturno. Este serviço seguiu em atividade até 1970, quando em 1977 foi implantado o Abrigo Provisório “Antônio de Carvalho”<sup>5</sup>.

A existência da PSR em 1950 no município, provavelmente foi reflexo do êxodo rural, com alta demanda da classe operária na cidade que acabava de iniciar seu processo de industrialização, migração de pessoas das cidades de São Paulo e Minas Gerais, conforme os

<sup>5</sup> “São Giuseppe Moscati” é o atual Abrigo Provisório, sendo administrado pela Instituição Pastoral do Menor e Família Diocesana de Franca. Disponível em: <[https://diocesefranca.org.br/compartilhar.php?id\\_conteudo=2125](https://diocesefranca.org.br/compartilhar.php?id_conteudo=2125)>. Acesso em: 19 jul. 2022.

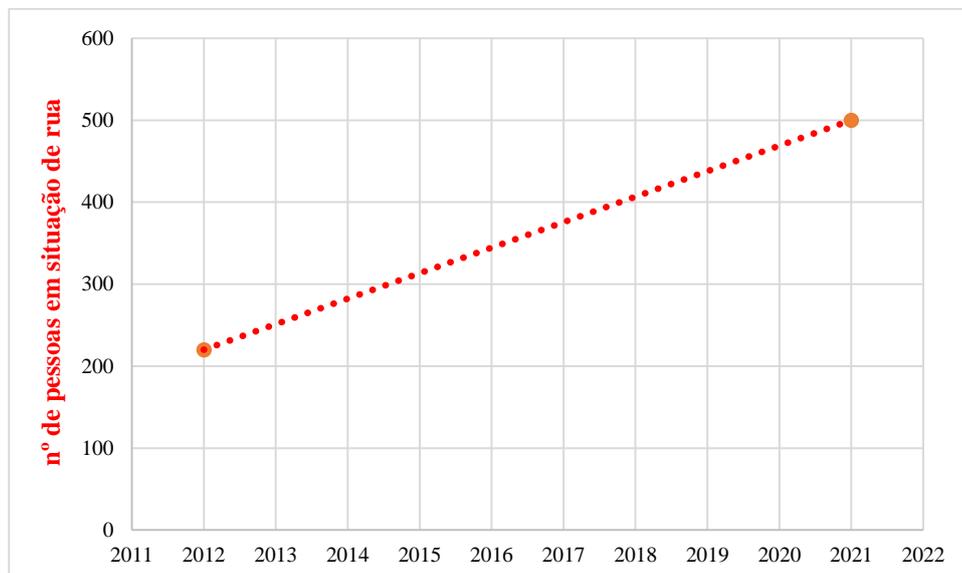
estudos de Chiquito (2006). Suscita-se que sejam os trabalhadores e as trabalhadoras em situação de rua.

Em 2012, a Prefeitura Municipal de Franca fez uma pesquisa que resultou na informação de que cerca de 220 pessoas estavam em situação de rua. De acordo com Reis; Oliveira; Pedroso (2019, p. 7) o objetivo da pesquisa foi a implantação do “Plano Municipal de Atenção e Amparo ao Morador de Rua”, o que gerou uma articulação para a implantação do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop), Busca Ativa e Consultório na Rua (CnR).

Neste sentido, o Centro Pop é uma unidade pública de referência com serviço especializado para atender pessoas em situação de rua, realiza atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de funcionar como ponto de apoio, disponibilizando um espaço de guarda de pertences, de higiene pessoal, alimentação e provisão de documentos bem como endereço do Centro POP como referência do usuário (MDS, 2015).

Pautado no resultado da pesquisa e buscando atender essa população, em 2013, mais precisamente no dia 12 de setembro, a sede do Centro Pop de Franca foi inaugurada pela gestão do prefeito Alexandre Ferreira (PSDB) e da secretária municipal de Ação Social Gislaíne Peres. Acrescentando-se que, oito anos mais tarde, em 2021, Alexandre Ferreira (MDB) é novamente eleito a prefeito e sua gestão se depara com o aumento de pessoas em situação de rua, com número apontando para mais de 500 pessoas, conforme vimos no início desse capítulo.

**Gráfico 4 - Comparativo aumento PSR em Franca - Entre 2012 e 2021**



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos dados especificados no texto.

O Gráfico 4 evidencia um aumento de cerca de 280 pessoas em situação de rua na cidade de Franca no período de 2012 a 2021. Certamente muitos questionamentos surgem quando temos informações concretas sobre o aumento da PSR na cidade de Franca, tanto que esses questionamentos se tornaram objetos de pesquisas, de debates, dissertações e publicações diversas a fim de desconstruir os (pré) conceitos do senso comum em relação à PSR, além de buscar e apontar soluções pautadas no direito de moradia digna e dos direitos humanos.

Neste sentido, qual o perfil da população que frequenta o Centro Pop? Que situação pode levar uma pessoa a viver na rua? A permanecer na rua? Em busca de respostas, a dissertação de mestrado da assistente social Katiscilene Barsanulfa Tavares de Oliveira (2020) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP Franca/SP, sob orientação da Professora Dr<sup>a</sup>. Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni, cujo título é “Pessoas em situação de rua: as determinações sociais que motivam a viver e permanecer nas ruas”, possui uma pesquisa pautada na realidade do Centro Pop de Franca, no trabalho profissional da/do assistente social e do referencial teórico metodológico que trouxe resultados importantes para os questionamentos sobre a PSR.

De acordo com Oliveira (2020), dentre o período 2013 a 2019 o Centro Pop havia realizado o cadastro de 2.642 pessoas que acessaram o serviço e destaca:

[...] a demanda atendida no Centro Pop é em sua maioria de forma espontânea, alguns são encaminhados de outros serviços e de diversos locais da cidade, sendo serviço de saúde, terminal rodoviário, Câmara Municipal, segurança pública e guarda municipal, serviços da rede socioassistencial, Sistema de Garantia de Direitos e Sistema Prisional” (OLIVEIRA, 2020, p. 69).

Outrossim, Oliveira (2020) realizou uma pesquisa documental selecionando os cadastros que foram realizados no ano de 2018, acessando um total de 749 fichas, as quais trouxeram informações que traçaram o perfil da PSR na cidade de Franca com o objetivo de “[...] reconhecer o potencial humano da população em situação de rua, olhar para todas as dimensões de vidas humanas e desconstruir julgamentos pré-estabelecidos e compreender como são as vivências, através da leitura do mundo da rua, observada e contada pelos seus protagonistas” (OLIVEIRA, 2020, p. 82).

Com efeito, em relação aos usuários do Centro Pop, 88% são do sexo masculino e 12% são do sexo feminino, reforçando que os homens são a maioria em situação de rua. Muito embora, não nos deixa de chamar a atenção para a quantidade de mulheres vivendo em situação de rua estando expostas à violência física, psíquica e emocional. Para sobreviverem, elas

buscam estratégias de proteção e uma delas são as relações afetivas, no entanto, bem como relata Oliveira (2020, p. 84) que “[...] geralmente, o parceiro é visto por elas como “protetor”, mas que muitas vezes também é agressor. Assim, a maioria das relações dessas mulheres com seus parceiros são constituídas de agressões, desigualdade e exploração, destituídas de qualquer tipo de afeto”, ou seja, a questão de gênero na rua carrega marcas profundas do machismo e da violência.

Sobre a faixa etária das pessoas em situação de rua, nos chama a atenção o número de pessoas com idades entre 27 anos e 61 anos, sendo representadas no percentual de 89%, ou seja, de 749 pessoas, 663 pessoas tem idade mediana e são trabalhadores que estão fora das atividades empregatícias, da economia e da previdência social, além do mais, são trabalhadores(as) em situação de rua por motivos da dinâmica excludente do capitalismo.

Em relação à cor de pele, o levantamento da autodeclaração dessas 749 pessoas, Oliveira (2020, p. 85) apurou que “[...] 07 se declararam como amarelas (1%), 255 se declararam como brancas (34%), 125 como negras (17%), 240 como pardas (32%) e 122 (16%) não declararam”. Nota-se grande quantidade de pessoas que não declararam sua cor. Não implicaria um debate sobre essa questão olhando pelo viés da liberdade de fazer a declaração durante uma entrevista de cadastro, no entanto, se há ocorrência de um silenciamento da pessoa em situação de rua enquanto sua cor negra por motivos do racismo estrutural e institucional, é urgente a apuração, o debate e a luta contra qualquer tipo de discriminação e racismo.

Retomamos aqui o questionamento sobre os motivos que levam pessoas à situação de rua e Oliveira (2020, p. 97) em sua pesquisa trouxe um campo que diz sobre as “determinações sociais apresentadas pelas pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop no ano de 2018”, sendo que três principais fatores apurados foram: problemas no âmbito familiar (35%), consumo de drogas (25%) e desemprego (22%).

Além disso, o estudo de Oliveira (2020) revelou que há trabalhadores em situação de rua exercendo atividades informais, sendo que da população atendida no Centro Pop de Franca, 78% não possuíam renda, 17% trabalhavam informalmente e apenas 2% possuíam trabalho formal.

Estes dados se relacionam no que tange as atividades informais com os dados da Pesquisa Nacional sobre a População de Rua publicada em 2009, realizada em 71 cidades sob a coordenação do MDS, que apontou um perfil de 52,6% de trabalhadores exercendo atividades informais. Chamamos a atenção para estes dados, por mostrarem a realidade acerca do trabalho como forma de sobrevivência, desmistificando a ideia de que população em situação de rua é sinônimo de “desocupados e mendicantes” (OLIVEIRA, 2020, p. 98).

Todavia, os dados da Pesquisa Nacional sobre a População de Rua encontra-se muito defasado, tendo esse cenário se modificado, visto que as políticas econômicas, públicas e sociais brasileira vem passando por graves turbulências, por desmontes públicos e sociais, afetando toda a população empobrecida e em situação de rua.

Quando buscamos informações sobre a situação da PSR de Franca, nos deparamos com informações que oscilam entre ações que visam a garantia dos direitos da PSR e ações higienistas em pontos da cidade onde a PSR se instala. Veremos adiante uma série de ocorrências, com recorte do período de 2020 a 2022, que denotam como a Prefeitura Municipal de Franca tem lidado com a questão da PSR.

Nos recordamos que em 2020, lamentavelmente, tivemos o início da pandemia da COVID-19 no Brasil, período de grande instabilidade econômica e social que pode também ter afetado a estrutura do Centro Pop de Franca, inclusive a casa onde o equipamento estava instalado não tinha condições de continuar os atendimentos durante a pandemia devido à deterioração do prédio.

Dado a gravidade da situação da casa e da pandemia da COVID-19, seguindo as determinações do decreto da Prefeitura de Franca, os atendimentos e o serviço do Centro POP foi, no dia 25 de março de 2020, reorganizado para dentro da mediação do Parque “Fernando Costa”, conforme a reportagem do jornal GCN (2020). A escolha do local, segundo a secretária de Ação Social de Franca Eliete Neves (2019-2020), se baseou na estrutura apropriada para a não aglomeração, além de conter banheiros.

Fato este, no dia 27 de março de 2020, a Prefeitura Municipal de Franca divulgou o “Plano de Contingência do Município de Franca para Infecção Humana pelo novo Coronavírus - COVID-19”, dentre as propostas de ação protetiva intersetorial havia proposta direcionada para a População em Situação de Rua de Franca que é atendida pelo Centro Pop.

A população vulnerável que permanece nas ruas e que utiliza os Serviços do Centro Pop aproxima-se de 300 pessoas. Objetivando evitar aglomeração de pessoas e a garantia do direito de acesso aos mínimos: alimentação, banho e higiene, acesso às orientações preventivas da saúde e encaminhamentos adequados, descentralizamos o atendimento desta população para o Parque Fernando Costa. Os trabalhadores da Assistência Social, oferecem café da manhã, marmitex, espaço para banho, uso de sanitários e entrega de Kits de higiene. No próprio local, trabalhadores da Saúde, realizam orientações, oferecem materiais de prevenção e identificam possíveis sintomas do vírus, encaminhando para Pronto Socorro direcionar os demais encaminhamentos, seja medicação ou indicação para isolamento ou quarentena. Os trabalhadores da Guarda Civil Municipal oferecem apoio e vigilância durante o período das ações (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2020).

Contudo, o Parque Fernando Costa é uma área de aproximadamente 150.000 m<sup>2</sup>, tombado e patrimônio histórico e cultural do Estado de São Paulo, espaço apropriado para receber grandes e diversos eventos durante o ano e até mesmo para a população usufruir do espaço para fazer caminhadas, ter lazer com a família e a responsabilidade pela estrutura física e manutenção da área foi concedida à Prefeitura de Franca (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, [s.d.]).

Sendo assim, para que o funcionamento do Centro POP aconteça de forma digna e efetiva, ainda mais no contexto da pandemia, é necessário que a estrutura do local não só tenha banheiros e espaço para a não aglomeração, como também disponha de salas para atendimentos individuais, sala com computadores e móveis para arquivamento dos documentos, local para a guarda dos pertences das(os) usuárias(os), segurança e proteção, refeitório ou um espaço apropriado para alimentação, lavanderia e espaço para secagem de roupas, cozinha, sala para armazenar os utensílios e materiais de limpeza e higiene. E o Parque Fernando Costa não possui toda esta estrutura, além de que, por ser um espaço amplo, pessoas que não estavam em situação de rua entravam e usufruíam dos recursos destinados à quem está em situação de rua.

Enquanto a SEDAS trabalhava na procura de outro local para que o Centro Pop pudesse se instalar, a equipe reuniu esforços, cuidados e saiu à rua para entrega de marmitex, água, materiais de higiene e para limpeza básica do local onde estava (como demonstra a figura 10). A equipe seguia uma escala ininterrupta. Os trabalhadores e trabalhadoras do Centro Pop exerceram suas funções durante todas as fases da pandemia da COVID-19, inclusive mesmo os(as) assistentes sociais exercendo o trabalho na linha de frente, a categoria não entrou no grupo prioritário da vacina.

**Figura 10** - Ação Centro Pop na pandemia da COVID-19



**Fonte:** Fotografia autoral, 2020.

Sem um lugar onde a PSR de Franca pudesse acessar não podia ficar. Por isso, em menos de um mês (de março a abril) o Centro POP se reorganizou para a quadra 1 do Ginásio de esportes “Demétrio Soares”, permanecendo no período de maio/2020 a julho/2020, enfrentando condições insalubres e falta de estrutura tanto para os(as) usuários(as), para os/as assistentes sociais, servidores públicos quanto para os contratados por meio da terceirização de serviços, como por exemplo os seguranças e profissionais de oficinas. Percebe-se que nesta reorganização, mesmo que foi feita de maneira provisória, a estrutura para o funcionamento do Centro Pop ficou abalada, perdendo sua característica.

Abaixo, pela figura 11, vê-se que os objetos, as documentações, os móveis, os equipamentos e demais materiais que estavam devidamente organizados na antiga sede do Centro Pop, foram guardados na quadra 1 do Ginásio de Esportes.

**Figura 11** - O provisório Centro Pop no Ginásio de Esportes



**Fonte:** Fotografia autoral, 2020.

Em virtude à ausência de segurança no local do Ginásio de esportes “Demétrio Soares”, por ocasião de um furto da fiação elétrica, a SEDAS suspendeu o acesso das(os) usuárias(os) ao espaço da quadra 1 do ginásio, ficando suspenso no período de Agosto à Outubro de 2020. Isso gerou muita indignação e revolta da parte dos usuários, profissionais, Abrigo Provisório, Casa de Passagem e assistentes sociais que protestaram contra o desmonte dos serviços para a população em situação de rua (GCN, 2020, on-line).

Neste sentido, em novembro/2020 aconteceu a terceira reorganização do Centro POP, na quadra 2 do mesmo Ginásio de Esportes “Demétrio Soares” onde o espaço foi improvisado para que ocorresse o atendimento aos usuários e usuárias e os mesmos pudessem usufruir dos seus direitos de alimentação, banhos, lavagem de roupas e atendimentos com os técnicos psicossociais. Ainda assim, a estrutura continuou precária, havendo uma única sala com dois computadores, dois armários de arquivos e a interferência de ruídos da bomba d’água (mecanismo do enchimento das caixas d’água para os banheiros masculinos e femininos) que impediam a realização de atendimentos sem que ocorresse estresse e cansaço mental, veja a figura 12.

**Figura 12** - Insalubre sala de atendimento



**Fonte:** Fotografia autoral, 2021.

As salas para atendimentos psicossociais foram improvisadas na quadra de esportes. Foi impossível estabelecer assim privacidade à quem fosse atendido, inevitavelmente ouviam-se o atendimento um do outro o que incorre em um gravíssimo erro ético da parte da gestão que pensou nessa alternativa improvisada de atendimento das pessoas em situação de rua. Veja a figura 13.

**Figura 13** - “Salas” de atendimento psicossocial



**Fonte:** Fotografia autoral, 2021.

Paralelamente à situação de reorganizações improvisadas do Centro Pop, percebemos o aumento de moradias improvisadas com barracas e materiais recicláveis em terrenos, canteiros, viadutos, áreas ambientais e áreas centrais da cidade de Franca.

Estudiosos e pesquisadores apontam que a falta de moradia e o aumento de despejos durante a pandemia da COVID-19 no Brasil é uma ferida que está aberta no meio da desigualdade social e a população em situação de rua “não é contemplada nos programas de habitação de interesse social, mesmo que se constitua no grupo social que vive a falta de moradia de forma absoluta” (KOHARA; VIEIRA, 2020).

Historicamente, o acesso à moradia por meio de programas públicos sempre esteve vinculado à capacidade de pagamento do beneficiário, e não visto como necessidade fundamental para o bem-estar do ser humano e condição da inserção social, portanto, como um direito de todos os cidadãos brasileiros. Não é por acaso – sendo a moradia uma mercadoria valiosa –, que não se consiga avançar com programas habitacionais para a população em situação de rua. A resposta do poder público à necessidade de moradia da população de rua tem se restringido basicamente ao atendimento assistencial da rede de proteção social, por meio do abrigamento temporário em equipamentos coletivos, que muitas vezes funcionam como depósitos de pessoas, que não conseguem ter a privacidade preservada e atendem apenas parte dessa população (KOHARA; VIEIRA, 2020).

O direito à moradia está assegurado na Constituição Federal de 1988 em seu “artigo 6º: são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a **moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, Art.6, grifo nosso).

Porém, conforme pesquisado por Kohara e Vieira (2020), a precarização da moradia e a expansão das favelas estão diretamente relacionadas à renda e à questão imobiliária das cidades e “[...] no Brasil, entre 2000 e 2010, a população cresceu 12,3% e nesse período a população favelada cresceu cerca de 70%. Isso demonstra que mesmo nos momentos em que a economia teve crescimento, ampliou-se o número de pessoas vivendo em favelas”.

A PSR em sua heterogeneidade de raça/etnia, gênero, diversidade de faixa etária e profissão, juntamente com os milhares de moradores da favela e de lugares remotos como em margens de rios, embaixo de marquises e em ocupações de casas e prédios abandonados, todos sem distinção possuem direitos sociais e direito à moradia digna que “[...] é muito mais do que um abrigo, tem a ver com a sua localização, porque em um local onde não há acesso a transporte adequado e a infraestrutura de serviços públicos, não se tem uma moradia digna” (FACHIN, 2018, on-line).

Luiz Kohara (2021) faz um necessário estudo sobre “a disputa do pobre pelo centro da cidade”, apontando os lados extremos da riqueza e da pobreza em infraestrutura urbana de uma cidade, como por exemplo São Paulo. Para a população pobre, residir nas periferias distantes do centro de trabalho, significa, segundo Kohara (2021) “[...] sacrificar o desenvolvimento escolar, a convivência familiar, o lazer e o tempo para outras necessidades. Além, do alto custo para locomoção” ou seja, “[...] devido às dificuldades de mobilidade urbana as populações periféricas mais pobres vivem exiladas na própria cidade” (KOHARA, 2021, p.1).

O centro – local privilegiado para investimentos públicos, concentrando as principais instituições do poder econômico, político e religioso e, também, de moradias e espaços culturais da classe abastada –, não pode ser o lugar de moradia e de convivência da classe popular. Nesse sentido, o poder público, de tempo em tempo, tem lançado projeto de revitalização ou requalificação do centro com objetivos higienistas e de gentrificação social (KOHARA, 2021, p. 2).

O Serviço Social levantará sempre suas bandeiras de luta em defesa da profissão, em defesa da seguridade social: financiamento, gestão e controle social, em defesa da ética e dos direitos humanos. Por isso, neste estudo reafirmamos a defesa pelo Direito de todos e todas, à terra, direito à cidade e à moradia digna.

A cidade de Franca não está muito distante dessa realidade, sendo que já há vários bairros distantes do centro urbano, do território onde as indústrias estão instaladas, com salários que não cobrem as despesas mensais da família e mais alguns agravantes não tardará a possibilidade de haver pessoas dormindo na rua próximo ao emprego.

Assim, um fato sobre a questão da revitalização do espaço ocorreu em um terreno localizado na Avenida Willian Azzuz, na Vila Gosuen. No dia 12 de março de 2019, a prefeitura fez uma ação de limpeza no local, retirando os pertences das pessoas que ali estavam e ali ficavam (veja a figura 14 e figura 15). Durante dois anos e oito meses depois, foi possível ver surgir várias barracas improvisadas naquele terreno, como mostra a fotografia autoral feita no dia 08 de novembro de 2021.

**Figura 14** - Se não aqui, aonde poderão dormir?



**Fonte:** Fotografia autoral, 2019.

**Figura 15** – Abrigos improvisados

**Fonte:** Fotografia autoral, 2022.

No dia 13 de novembro de 2021, o Jornal GCN (2021, on-line) publicou uma matéria que informava “Ponto de favelização começa a ser preparado para construção de complexo esportivo”, reportando que no local “[...] havia pelo menos 12 barracas improvisadas, formando um foco de favelização”. E no dia 27 de janeiro de 2022, foi inaugurado pelo Prefeito Alexandre Ferreira, o Centro Popular de Esportes e Lazer (CEPEL), projeto este que recebeu um investimento R\$ 618,4 mil para a construção de “[...] uma quadra 3x3 de basquete, duas quadras de areia, uma pista de skate, além de toda a infraestrutura com a instalação de iluminação, alambrados, calçamento nos arredores e diversos bancos” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2022, on-line).

Certamente a comunidade da Vila Gosuen e arredores foram contempladas com o espaço para esporte, lazer e cultura. E diante disso, aonde foram as pessoas que habitavam as barracas instaladas neste terreno? Pediram-lhes que se retirassem do local, e o que foi oferecido em “troca”? Tiveram acesso à moradia digna por meio de algum programa social?

Não podemos deixar de mencionar e repudiar as ações de aporofobia<sup>6</sup> que presenciamos na cidade através pequenos outdoors que a Prefeitura Municipal de Franca instalou em locais estratégicos perto dos principais semáforos onde há pessoas em mendicância, com o seguinte recado: “Não dê dinheiro. Acione os Serviços da Prefeitura. Doe chance com o Programa Dignidade – 16.99965-6571 – Oportunidade a quem mais precisa”, como podemos ver na figura 16.

**Figura 16** - Não dê dinheiro



**Fonte:** Fotografia autoral, 2021.

Essa campanha afastou muitas pessoas em situação de rua que ficavam nos principais semáforos. Afastou também trabalhadores e trabalhadoras que em plena pandemia vendiam doces e balas para complementar a renda ou mesmo para ter uma renda. “Oportunidade a quem precisa” pareceu mais uma seleção de quem é realmente um trabalhador desempregado e quem é uma pessoa em situação de rua que recebeu proposta de saída das ruas e ainda assim permanece nas ruas.

Retomando a questão do espaço para o Centro Pop. Inegavelmente, não poderia continuar ocupando um ginásio de esportes, mesmo que a medida fosse provisória, visto que

<sup>6</sup> Deprendemos de Adela Cortina (2020, p. 19) aporofobia significa “[...] o desprezo pelo pobre, o rechaço a quem não pode entregar nada em troca, ou, ao menos, parece não poder. Indicamos a leitura do livro “Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia”, tradução de Daniel Fabre – São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

um espaço esportivo não é apropriado para atender grande quantidade de pessoas com demandas para banhos, alimentação e atendimentos psicossociais.

Sendo assim, a nova gestão da SEDAS, que assumiu a partir do novo mandato do Prefeito Alexandre Ferreira (2021-2024), planejou ações que reforçassem e ampliassem “a oferta de proteção social às pessoas em situação de rua” com caráter emergencial implantado do “[...] Serviço de Abordagem Social para – 50 atendimentos/dia e para Acolhimento Noturno de Pessoas em Situação de Rua – 40 acolhidos/noite” (SEDAS, 2021, p. 2). Além de que, em torno de 6 meses depois da terceira reorganização, o Centro Pop foi transferido para um novo local, este por sua vez está localizado no bairro Vila Formosa e foi configurado conforme o projeto “Programa Dignidade”.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Franca (2021, on-line), o Programa Dignidade “[...] contempla três frentes de atendimento, sendo o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, o Serviço Especializado de Abordagem Social e o Serviço de Acolhimento Institucional para População em Situação de Rua”.

Posteriormente, como resultado dos chamamentos públicos para que Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos pudessem assumir os serviços destinados à PSR de Franca, na data de 31 de maio de 2022 foi publicado no Diário Oficial do Município de Franca a seguinte homologação:

**Proc. Nº 009571/2022 - Chamamento Público No. 006/2022** - Chamamento de Organizações da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, objetivando receber e selecionar a melhor proposta de Plano de Trabalho para execução de Serviço Especializado em Abordagem Social, mediante análise de plano de trabalho, com posterior formalização de Termo de Colaboração. A Senhora Secretária torna público que fica HOMOLOGADO o processo supracitado, sendo o serviço a ser executado pela seguinte organização da sociedade civil: Pastoral do Menor e Família da Diocese de Franca – Valor: R\$554.720,00

**Proc. Nº 009577/2022 - Chamamento Público No. 007/2022** - Chamamento de Organizações da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, objetivando receber e selecionar a melhor proposta de Plano de Trabalho para execução de - Serviço de Acolhimento Institucional Noturno e Unidade de Atendimento Dia de Pessoas em Situação de Rua, mediante análise de plano de trabalho, com posterior formalização de Termo de Colaboração. A Senhora Secretária torna público que fica HOMOLOGADO o processo supracitado, sendo o serviço a ser executado pela seguinte organização da sociedade civil: Pastoral do Menor e Família da Diocese de Franca – Valor: R\$1.276.000,00

**Proc. Nº 009575/2022 - Chamamento Público No. 008/2022** - Chamamento de Organizações da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, objetivando receber e selecionar a melhor proposta de Plano de Trabalho para execução de Serviço de Acolhimento para Pessoas Adultas e Famílias nas Modalidades de Abrigo Institucional e Casa de Passagem, mediante análise de plano de trabalho, com posterior formalização de Termo de Colaboração. A Senhora Secretária torna público que fica HOMOLOGADO o processo supracitado, sendo o serviço a ser executado pela seguinte organização da sociedade civil: Pastoral do Menor e Família da Diocese de Franca – Valor: R\$1.239.000,00. Franca, 27 de maio de 2022. Gislaine Allves

Liporoni Peres – Secretária de Ação Social (DIÁRIO OFICIAL MUNICÍPIO DE FRANCA, 2022, on-line, grifo nosso).

Com isso, a atual realidade do Centro Pop de Franca, enquanto Unidade Estatal, está integrada aos serviços Abrigo Provisório (40 vagas), Casa de Passagem (20 vagas), Acolhimento Noturno (50 vagas) e unidade dia com atendimento ininterrupto (80 vagas) sob a gestão da instituição Pastoral do Menor e Família Diocesana de Franca (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2022, on-line). A soma dessas vagas dá um total de 190 vagas disponível para cobrir a demanda de 500 pessoas em situação de rua, ou seja, cerca de 310 pessoas podem não estar acessando os serviços de Abrigo Provisório, Casa de Passagem e Acolhimento Nortuno.

Além disso, observa-se uma fragmentação dos serviços voltados para a PSR. Como será feita a vigilância socioassistencial dos serviços que estarão sob a gestão da Pastoral do Menor e Família Diocesana? Será preservado a laicidade do Estado nos espaços públicos e a liberdade, respeito e atendimento sem discriminação ou preconceito das pessoas usuárias do Espaço Dignidade? O que a SEDAS espera ver de resultado positivo ao fragmentar o serviço do Centro Pop com a Instituição Pastoral do Menor?

Diante dos expostos, não será possível obtermos as respostas para esses questionamentos e outros mais, no entanto, buscamos por meio de entrevistas conhecermos quais foram os impactos da pandemia da COVID-19 para o Centro Pop. Confira a seguir.

#### **4.3 MANIFESTO DA REALIDADE DO CENTRO POP A PARTIR DAS USUÁRIAS E DOS USUÁRIOS**

Para a coleta de dados empíricos procedeu-se ao percurso metodológico que compreendeu visita ao Centro Pop, no dia 24 de junho de 2022, para a autorização da realização de entrevistas tanto com usuárias(os) quanto com profissionais atuantes no serviço, por parte da coordenação do órgão. Registra-se que esse projeto de pesquisa foi devidamente apresentado e aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), UNESP-Franca, SP, sob o CAAE nº. 52357721.7.0000.5408 com o objetivo de investigar os impactos da Pandemia da COVID-19 para o Centro Pop, considerando o público atendido e os(as) trabalhadores(as) do equipamento.

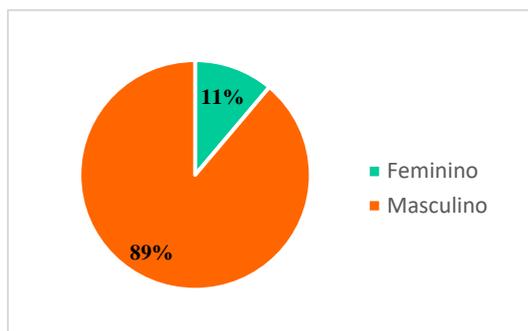
Cumprir observar que a realização das entrevistas, num primeiro momento, primou-se pela aproximação da autora com as(os) usuárias(os), o que ocorreu a partir de conversas, cumprimentos, trocas de palavras e presença naquele espaço. Salienta-se que o fato de a autora desse estudo ter realizado estágio acadêmico de Serviço Social, no Centro Pop, de 2019 a 2021, algumas pessoas lembraram desse período e do referido trabalho, o que foi um facilitador para a reaproximação, com conversas descontraídas acerca das andanças e vida atual.

Aguardou o término de uma oficina que estava sendo realizada, a qual tinha o objetivo de discutir motivações pessoais, que impulsionam, que garantem a persistência e à reflexão acerca do processo de sair da situação de rua. No final, as(os) usuárias(os) participantes desta oficina fizeram agradecimentos e expressaram o quão é importante esses momentos em que podem refletir e conversar sobre as situações do cotidiano da vida.

Por volta das 9h40 deu-se início às entrevistas. No espaço não tinha sala disponível para que as entrevistas fossem feitas de forma mais tranquila e para o uso do equipamento de gravação. Assim, foi improvisado um espaço reservado, em um banco debaixo da tenda que está armada e afastada do prédio onde todos estavam. No local não há a obrigatoriedade do uso de máscaras, essas estavam sendo usadas somente por alguns funcionários. Ressaltamos que a autora não teve por perto nenhuma segurança, nenhum(a) servidor(a) e nenhum(a) profissional socioassistencial. Por esse motivo não foi usado equipamento para gravação e nem celular. Reitera-se o sentimento de ausência da tranquilidade, a atenção esteve voltada para todos os possíveis cantos daquele espaço amplo. O ideal seria ter feito as entrevistas em uma sala e próximo aos trabalhadores do Centro Pop, no entanto, não foi possível e não foi providenciado.

Começou as entrevistas com os usuários que já tinham uma aproximação com a autora desde 2019, assim outros usuários ganharam confiança e pediram para participar também. Ao todo, foram nove (9) entrevistas, sendo uma (1) mulher e oito (8) homens. Ao término das entrevistas, por volta das 12h30, a autora procurou pela coordenação e a porta estava trancada. Bateu e não foi atendida, ninguém da equipe se prontificou a perguntar se havia dado certo ou qualquer outro tipo de interação. A partir da exposição desse breve percurso passa-se a expor, de forma sistematizada, os dados coletados.

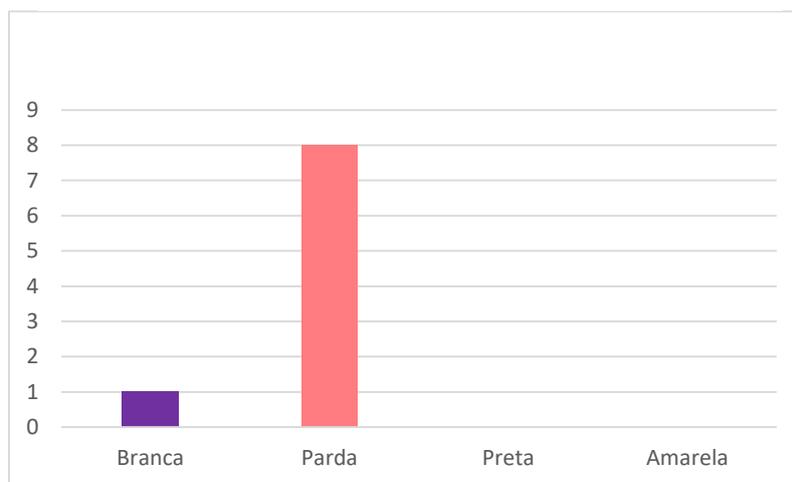
De acordo com o Gráfico 5, dos nove (9) entrevistados, oito (8) pessoas são do sexo masculino e uma (1) pessoa do sexo feminino, representando nesta pesquisa 89% e 11% respectivamente.

**Gráfico 5 - Sexo dos entrevistados**

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos resultados da entrevista.

O Gráfico 5 reitera os dados de âmbito nacional que partindo das informações do I Censo Nacional sobre a PSR (2009) vê-se que 82% dos entrevistados eram do sexo masculino e os dados da pesquisa feita por Oliveira (2020) revelou que no Centro Pop de Franca, em 2018, 88% eram pessoas do sexo masculino e 12% do sexo feminino, com isso, podemos analisar que após treze (13) anos do I Censo Nacional o perfil de pessoas do sexo masculino continua sendo maioria.

Uma das perguntas direcionadas aos entrevistados é sobre o quesito cor/raça. Consideramos importante levantar esses dados visto que a população em situação de rua em sua maioria é de pessoas negras, de acordo com o I Censo Nacional PSR o percentual é de 67% somando a proporção de pardos e pretos (MDS, 2009, p.87). Segue abaixo o resultado do quesito cor/raça:

**Gráfico 6 - Cor/Raça autodeclarada pelos participantes da entrevista**

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos resultados da entrevista.

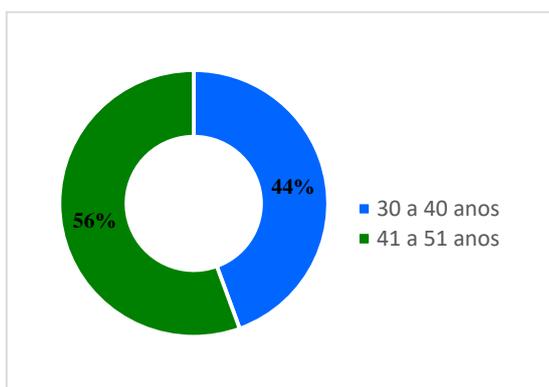
O Gráfico 6 permite evidenciar o quesito cor/raça dos(as) participantes deste estudo, sendo que houve maior identificação da cor/raça parda enquanto que, na realidade, houve entrevistados negros não declarando sua cor. Negar a própria cor preta no Brasil é resultado do racismo estrutural e institucional violento e opressor. Segundo a reportagem de Karla Maria (2020) a maioria das vítimas dos casos registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) se declara negra, com 54% das notificações, que “entre 2015 a 2017, foram registradas 788 casos” (MARIA, 2020, on-line).

É necessário denunciar a existência de racismo em todas as instâncias públicas. E cada vez mais repudiar qualquer tipo de violência e de racismo estrutural e institucional, inclusive no Centro Pop. Além de que, enfatiza-se a necessidade e importância do trabalho do/da assistente social com temáticas e pautadas étnicos raciais no cotidiano profissional.

Prosseguindo, ressalta-se a importância de observar a faixa etária da população em situação de rua, sobretudo do Centro Pop, pois há um alerta sobre o envelhecimento das pessoas em situação de rua. É possível uma pessoa idosa viver e permanecer nas ruas?

De acordo com o psicanalista e professor em Psicologia Social da Universidade de São Paulo (USP) Jorge Broide (2021, p. 34) “[...] o idoso em situação de rua representa a radicalidade do desamparo diante da carência econômica, física e psíquica, e coloca a céu aberto aquilo que é negado por uma parte significativa de nossa sociedade”. A invisibilidade que existe em relação à população de rua é duplamente maior em relação aos idosos em situação de rua.

**Gráfico 7 - Faixa etária dos entrevistados**



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos resultados da entrevista

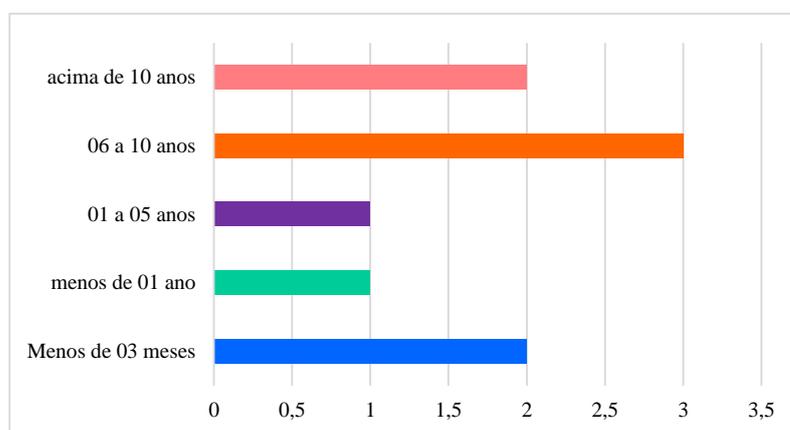
A imagem, Gráfico 7, permite visualizar que a idade da pessoa em situação de rua é prevalente entre as(os) entrevistadas(os) é de 30 a 51 anos, ou seja, quando a pessoa ainda está na sua fase produtiva, de criação, trabalho e formação continuada, mas infelizmente, ela se

encontra em situação de rua, cuja degradação está presente e impede o trabalho e a fase produtiva da pessoa.

Dentre todas as problemáticas do quesito faixa etária, uma questão necessária a ser debatida e planejada é: a cidade de Franca está preparada para garantir todos os direitos da pessoa idosa em situação de rua?

Buscou-se também saber há quanto tempo essas pessoas estão em situação de rua, para a qual se constatou que cinco (5) entrevistadas(os) estão entre seis (6) ou mais de 10 anos nas ruas e quatro (4) deles(as) estão há menos de cinco (5) anos nas ruas, como se pode evidenciar no Gráfico 8.

**Gráfico 8 - Tempo em Situação de Rua**



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos resultados da entrevista

Um dos mais novos projetos que a SEDAS juntamente com a Prefeitura Municipal de Franca já em andamento é o “Programa Moradia Primeiro” o qual teve início no em Julho de 2021 o Piloto deste programa contando com 20 pessoas.

O modelo Housing First (Moradia Primeiro) é um programa de moradia que tem se difundido nos Estados Unidos, Canadá, Austrália e países europeus. Em 2014, o Governo Federal brasileiro adotou o modelo e o mesmo foi “[...] instituído como um programa nacional – Programa Moradia Primeiro – vinculado ao atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos” (CARVALHO; FURTADO, 2022, 134). O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2021, on-line) entende que o projeto Moradia Primeiro, baseado no modelo Housing First,

[...] parte do princípio do acesso imediato de uma pessoa em situação crônica de rua a uma moradia segura, individual, dispersa no território do município e integrada à

comunidade. Ao entrar no projeto, a pessoa passa a ser acompanhada por uma equipe técnica especializada, formada por profissionais de diferentes áreas, com o objetivo de responder às demandas apresentadas e apoiá-la a permanecer na moradia.

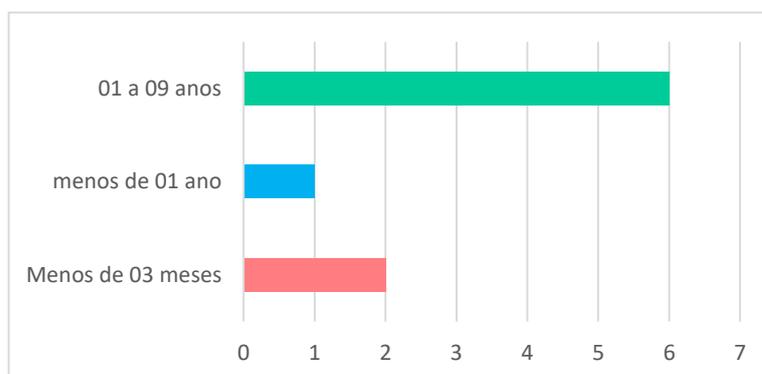
Neste sentido, buscou-se informações que explicassem o funcionamento do Programa Moradia Primeiro na cidade de Franca, no entanto, há ausência de documentos oficiais e somente algumas reportagens que mencionam o programa já em andamento. Isso representa uma grave falta de transparência sobre a efetivação, sobre o direcionamento de recursos financeiros para a execução deste programa, sobre o acompanhamento das pessoas e famílias selecionadas e planejamentos para adesões futuras.

O Centro Pop enquanto unidade pública e estatal, referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, ainda como um serviço de atendimento especializado à PSR, mesmo passando por diversos desafios frente aos desmontes das políticas públicas, é o local de referenciamento à todas as pessoas que se encontram em situação de rua. De acordo com o Censo SUAS 2019, no Brasil há um total de 228 Centro Pop, sendo que 46,5% deles estão na região Sudeste, um total de 106 unidades.

Acesso aos benefícios como Benefício de Prestação Continuada (BPC), Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família, programa extinto pelo governo Bolsonaro), encaminhamentos para o Cadastro Único e eventuais benefícios concedidos pelas prefeituras, como no caso de Franca, Auxílio Aluguel, Renda Franca, Bolsa Emprego é possível se obter através dos atendimentos no Centro Pop, por isso a importância desta unidade de referência.

Sendo assim, quando perguntados sobre quanto tempo frequenta o Centro Pop, seis (6) pessoas disseram que frequentam a mais de 01 ano, uma (01) pessoa frequenta a menos de 01 ano e duas (02) pessoas disseram que frequentam a menos de 03 meses.

**Gráfico 9 - Tempo em que frequenta o Centro Pop**



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos resultados da entrevista

O Gráfico 9 evidencia que a maior parte das(os) entrevistadas(os) frequentam o Centro Pop há mais de um ano, o que para o presente estudo é interessante, sendo possível analisar que essas pessoas vivenciaram o período anterior e durante a pandemia da COVID-19, portanto acessaram os serviços do Centro Pop nesse período. Por outro lado, é uma situação que revela a complexidade visto que em mais de um ano de atendimento a situação dessas pessoas não foi revertida em processo de saída da condição de rua.

Dando seguimento aos resultados da pesquisa para este estudo, questionou-se sobre a Vacinação da COVID-19 e os resultados foram que, dos entrevistados, oito (8) pessoas receberam a primeira dose e uma (1) não está imunizada. Sobre as doses de reforço duas (2) pessoas receberam a segunda dose e quatro (4) pessoas receberam a 3ª e 4ª dose, conforme a tabela 1.

**Tabela 1 - Imunização**

<b>Recebeu 1ª dose</b> 8	<b>Não recebeu a 1ª dose</b> 1
<b>Recebeu 2ª dose</b> 2	<b>Não recebeu a 2ª dose</b> 3
<b>Recebeu 3ª dose</b> 4	

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos resultados da entrevista

A Tabela 1 evidencia que ainda existe uma série de dificuldades para se completar a imunização contra COVID-19 no Brasil, infelizmente tal fenômeno se deve às campanhas contra vacinação que têm ocorrido, em parte encabeçada pelo próprio presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), que fez declarações públicas contra a vacinação e ele mesmo não se vacinou (G1, 2021).

Mas, aqui, há de reforçar o papel do Sistema Único de Saúde (SUS) tanto no enfrentamento à pandemia nas suas fases mais críticas quanto da imunização e proteção da saúde. O SUS vem salvando vidas com um dos maiores programas de vacinação do mundo através do Programa Nacional de Imunizações (PNI), tendo “47 anos de experiência em vacinação em massa” (FIOCRUZ, 2021, on-line).

Alguns números, que vêm sendo frequentemente veiculados na mídia, dão uma ideia dessa eficiência: o país vacina em um só dia 10 milhões de crianças contra a poliomielite, anualmente (em 1989, a doença foi erradicada); em 2010, por ocasião do enfrentamento do vírus H1N1, foram vacinadas 80 milhões de pessoas em três meses; um ano antes, em 2009, 40 milhões de adultos jovens se vacinaram contra

rubéola e síndrome de rubéola congênita. Outros dados podem ser acrescentados a esse panorama: em relação à vacina contra a febre amarela, por exemplo, o país, por meio da Fiocruz, além de atender a demanda de toda a sua população, exporta o imunizante; doenças como sarampo, tétano neonatal, formas graves da tuberculose, difteria, tétano acidental, coqueluche estão, hoje, controladas (FIOCRUZ, 2021, on-line).

Outrossim, ressalta-se o avanço tecnológico do SUS ao criar o “ConecteSUS” que é uma plataforma virtual com informações para o cidadão, profissionais e gestores de saúde. Por meio do ConecteSUS, o cidadão por exemplo, tem acesso à Rede de Saúde, Notícias, Agendamentos, atendimentos e principalmente ao Cartão de Vacinas. Por meio da tecnologia, todas as informações relacionadas ao SUS, cidadão, gestores e profissionais de saúde estão interligadas.

Todavia, percebe-se que houve grandes avanços tecnológicos no SUS e com o SUS, porém ainda há desafios complexos a serem enfrentados na questão de alinhamentos dos dados estatísticos unificados em rede nacional, contando com todos os cidadãos e suas características étnicos raciais, de idade, de ocupação e demais itens do perfil populacional.

Em meio à pandemia da COVID-19, obter dados estatísticos sobre a imunização da PSR é algo impossível, visto que não há um controle desta vacinação a nível municipal e nem a nível nacional. Para este estudo, buscou-se os dados no site da Prefeitura Municipal de Franca e há somente informações a respeito dos locais de vacinação.

O Vacina já, site do Governo do Estado de São Paulo poderia nos informar sobre as doses aplicadas, a distribuição de doses por município, ranking de aplicação das doses atribuídas além da evolução de aplicação de doses e estatísticas gerais, porém neste dia 11 jul de 2022, a página se encontra “em manutenção” com um recado: “Em atendimento à legislação eleitoral, os demais conteúdos deste site ficarão indisponíveis de 2 de julho de 2022 até o final da eleição estadual em São Paulo”. Medida essa inscrita na Portaria UNICOM nº 02/2022, de 21 de junho de 2022, que “dispõe sobre a suspensão da publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, no período eleitoral, e dá outras providências” (DIÁRIO OFICIAL DE SÃO PAULO, 2022, on-line).

Em vista disso, é estarrecedor nos depararmos com a ocultação de dados que possuem teor de saúde pública e não ser possível colocar os parâmetros atualizados sobre imunização na cidade de Franca e no Estado de São Paulo.

Diante de tantos silenciamentos, ouçamos o que dizem aqueles que sofrem diariamente com os desmontes das políticas públicas. Quando perguntou-se “como foi estar em situação de rua na pandemia?” Os entrevistados pensavam antes de responder, buscando na memória

algumas situações que diferenciam do cotidiano que já é de exclusão, de perdas, de miséria, de fome. Relataram que no vazio da rua sentiram medo, solidão.

Turbulência! Nunca mais esquecerei desse momento. Não é porque tá em situação de rua que não tem mais nada a perder, tive medo de perder meus pais e minhas filhas. Na rua, estava deserto, dava medo de ficar na rua, as pessoas sumiram das ruas” (Entrevistado 1).

Trabalhador informal, cabeleireira, pedreiro, pespontador, pintor profissional, servente de pedreiro e serviços gerais, essas foram as profissões dos entrevistados. Todos estão desempregados e relataram as dificuldades de conseguirem se inserir no mercado ainda mais neste período em que o país retomou suas atividades após meses da fase aguda da pandemia da COVID-19.

Sem a pandemia conseguia trabalho. Veio a pandemia reduziu o trabalho por empreitas. Era selecionado um número de pessoas para trabalhar, e eu não consegui. Sobrevivi frequentando o Centro Pop e o Abrigo. Não recebi Auxílio Emergencial e nem Auxílio Brasil (ENTREVISTADO 2).

Em relação às reorganizações de espaço que o Centro Pop sofreu neste período de pandemia, conforme anteriormente relatado, os entrevistados apontaram a falta de segurança e falta de organização no Espaço Dignidade, como disse o entrevistado 5 “[...] aqui falta segurança. Atendimento com pessoas despreparadas, sem preparo para lidar com a pop rua, saber entender a pop rua”.

Segurança e atendimento, esses dois itens primordiais para o funcionamento do serviço foram afetados com a fragmentação dos serviços ofertados pela Prefeitura e pela Pastoral do Menor. Relataram também a questão do preparo das equipes que trabalham atualmente em comparação com a equipe que tinham antes, demonstrando que é necessário a capacitação permanente de todos os trabalhadores deste serviço.

A mudança foi mais física, material, mas enquanto estava na casa era mais Centro Pop, com mais segurança, regras, equipe mais preparada para trabalhar com a gente, tinha engrenagem. Hoje as pessoas da equipe olha pra gente com medo. Antes tinha participação social, tinha tudo ligado à cultura. Aqui o espaço é bom, mas não tem equipe que coordena. Falta segurança (ENTREVISTADO 4).

#### **4.4 MANIFESTO DA REALIDADE A PARTIR DAS TRABALHADORAS E DOS TRABALHADORES NO CENTRO POP**

No dia 29 de junho de 2022 – horário 13h00 às 15h30, a autora compareceu ao Centro Pop para entrevistar os(as) trabalhadores(as) do equipamento. No local estavam presentes oito (8) pessoas trabalhadoras, sendo um (1) motorista, dois (2) assistentes sociais, duas (2) orientadoras sociais, dois (2) ajudantes de serviços gerais e a coordenadora. Iniciou-se a entrevista com um servidor que ocupa o cargo de ajudante geral estando no Centro Pop desde 2014. Depois entrevistou-se um assistente social que está no Centro Pop há 6 meses. Por último, uma orientadora social que está no Centro Pop há 3 meses.

Não foi possível realizar a entrevista com a coordenadora pelo fato de estar em atendimento. Também não foi possível entrevistar a assistente social que está no cargo há um pouco mais de um ano no Centro Pop, pois estava sobrecarregada da demanda do dia, resolvendo questões que não poderiam deixar para depois. Por esse motivo não realizamos a entrevista.

O ambiente de trabalho está bastante conturbado. Houve uma redução de espaços e integração dos serviços com a instituição católica Pastoral do Menor e Família Diocesana de Franca, que assumiu a partir do dia 01 de junho, de 2022, partes dos serviços que eram ofertados pelo Centro Pop, sendo: banhos, guarda de pertences, alimentação, espaço para lavagem e secagem de roupas, abordagem, acolhimento noturno, encaminhamento de passagens, além de continuar com os serviços do Abrigo Provisório.

Ressalta-se que o objetivo da pesquisa era entrevistar oito (8) trabalhadores, no entanto, por motivos de redução da equipe, sobrecargas de demandas para a equipe ativa, recente mudança no formato de atendimento e falta de segurança foi possível realizar três (3) entrevistas. Segue a sistematização dos dados.

Primeiramente, destaca-se que o quadro de funcionários do Centro Pop vem sendo modificado ao longo dos anos de funcionamento. Segundo Oliveira (2020) em 2013 o Centro Pop contava com uma equipe de 16 pessoas, sendo 4 assistentes sociais, 02 psicólogos, 01 advogado, 01 coordenador, 03 estagiários administrativos, 04 ajudantes gerais e 01 motorista. No ano de 2020, Oliveira apontou que a equipe era de 13 servidores públicos e 03 prestadores de serviço e 02 terceirizado, sendo: 01 coordenador, 02 assistentes sociais, 02 psicólogos, 01 escriturário, 03 estagiários administrativo, 03 ajudantes gerais, 01 motorista, 03 prestadores de serviço para oficinas e 02 seguranças terceirizados.

Atualmente, no dia 29 de junho de 2022, a equipe contava com 08 servidores públicos e 03 prestadores de serviço, sendo 01 coordenador, 02 assistentes sociais, 02 ajudantes gerais, 01 motorista, 02 orientadores sociais e 03 prestadores de serviço. Nota-se ausência de psicólogos, escriturários, estagiários e seguranças.

Trabalhar com a PSR é complexo e “nem tão pouco um trabalho fácil de ser realizado” (OLIVEIRA, 2020, p. 79). Visto assim, uma das maiores dificuldades do equipamento é montar uma equipe com profissionais de diferentes áreas. Katicilene Oliveira (2020) enquanto profissional assistente social e pesquisadora destacou em sua dissertação que em seus anos de trabalho com a população em situação de rua “[...] atestou as expressões de fragilidade e as manifestações de insegurança de alguns profissionais da rede socioassistencial e também nas demais políticas públicas” (OLIVEIRA, 2020, p. 79).

Lidar com a realidade dessas pessoas, exige que os profissionais busquem incessantemente a amplitude do olhar técnico na releitura e compreensão das condições de vida desse público ignorado e excluído. É necessário atentar para as diversas e diferentes relações de vínculos afetivos, para as estratégias de sobrevivência, respeitando suas potencialidades e limitações (OLIVEIRA, 2020, p. 80).

Vale ressaltar que por meio destas entrevistas apurou-se que os entrevistados estão imunizados com todas as doses da vacina e fazem uso de máscaras durante o expediente de trabalho.

Quando perguntados sobre como é trabalhar no Centro Pop, as respostas transitaram entre a normalidade e o desafio, denotando a visão de mundo de cada participante, como disse o entrevistado 1 “[...] é desafiador trabalhar no Centro Pop. Há necessidade de uma desconstrução e evolução emocional e espiritual para lidar com o caos daqui”.

“Acho um trabalho interessante dentro da assistência. Tem alguns pontos em comum com o trabalho do CREAS e CRAS, embora a demanda do Pop seja mais voltada para o planejamento de vida, tem um público que chega com vínculos já rompidos, o que difere do público do CRAS que atende mais famílias” (ENTREVISTADO 2).

Buscando compreender a realidade de trabalho após a instalação do Centro Pop no Espaço Dignidade e que recentemente se integrou aos outros serviços oferecidos no mesmo espaço pela Instituição Pastoral do Menor, direcionamos uma pergunta sobre como está sendo trabalhar no Espaço Dignidade, o que nos foi respondido: “com a mudança atual – Pastoral e Centro Pop – aliviou o trabalho porque nossa equipe aqui está reduzida e a demanda é grande.

Não fica ninguém aqui, tínhamos 2 estagiários em Serviço Social que não ficaram porque adoeceram” (ENTREVISTADO 2).

Outro entrevistado opinou o seguinte: “está um pouco complicado, falta organização. E está misturado, serviço pernoite e centro pop. O espaço para almoço, por exemplo, está pequeno e não usam o refeitório porque fica longe da cozinha”. E um terceiro entrevistado disse: “tínhamos um espaço maior e poucos profissionais. A terceirização aliviou um pouco, no entanto perdemos espaços”.

Mediante o exposto, entendemos que as mudanças em curso não permitem serem avaliadas por completo, os reajustes poderão ser feitos ao longo do desenvolvimento do projeto e do trabalho conforme as demandas. No entanto, todo o conjunto de trabalhadores, servidores, terceirizados e os gestores, devem estar alinhados à ética profissional, às particularidades sobre o trabalho com a PSR, à escuta ativa e ao respeito pela história de cada usuário e usuária que venha utilizar os serviços do Espaço Dignidade.

## CAPÍTULO 5 – MEMORIAL FOTOGRÁFICO

Este capítulo cumpre o objetivo de trazer um observatório de fotografias feitas no percurso deste estudo. A proposta é deixar que a reflexão flua baseada na leitura dos capítulos anteriores como materialização da realidade que foi escrita. São fotografias que geralmente não são mostradas em matérias de jornais. São pessoas que se relacionam, que carregam “uma casa” nas costas, levam suas mochilas, retalhos de panos para se ajeitarem embaixo de marquises e pontes. São pessoas lutando para sobreviver e para seguir a vida, mesmo diante dos desafios que encontram nas ruas.

**Figura 17** - Compartilhar



**Fonte:** Fotografia autoral, 2019.

**Figura 18 - Família**

Fonte: Fotografia autoral, 2019.

**Figura 19 - Afeto**

Fonte: Fotografia autoral, 2019.

**Figura 20 - Profundidade**



**Fonte:** Fotografia autoral, 2019.

**Figura 21 - Envelhecendo na rua**



**Fonte:** Fotografia autoral, 2020.

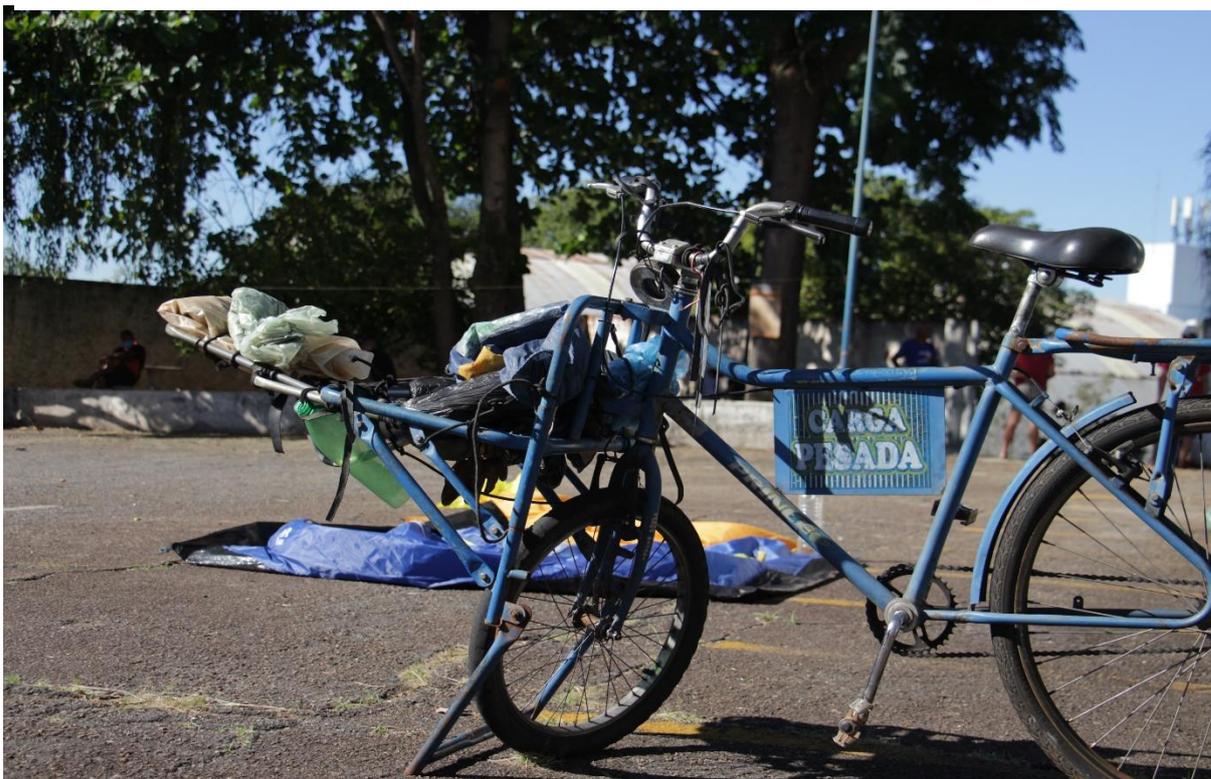
**Figura 22 - Ao relento**

Fonte: Fotografia autoral, 2020.

**Figura 23 - Pertences**

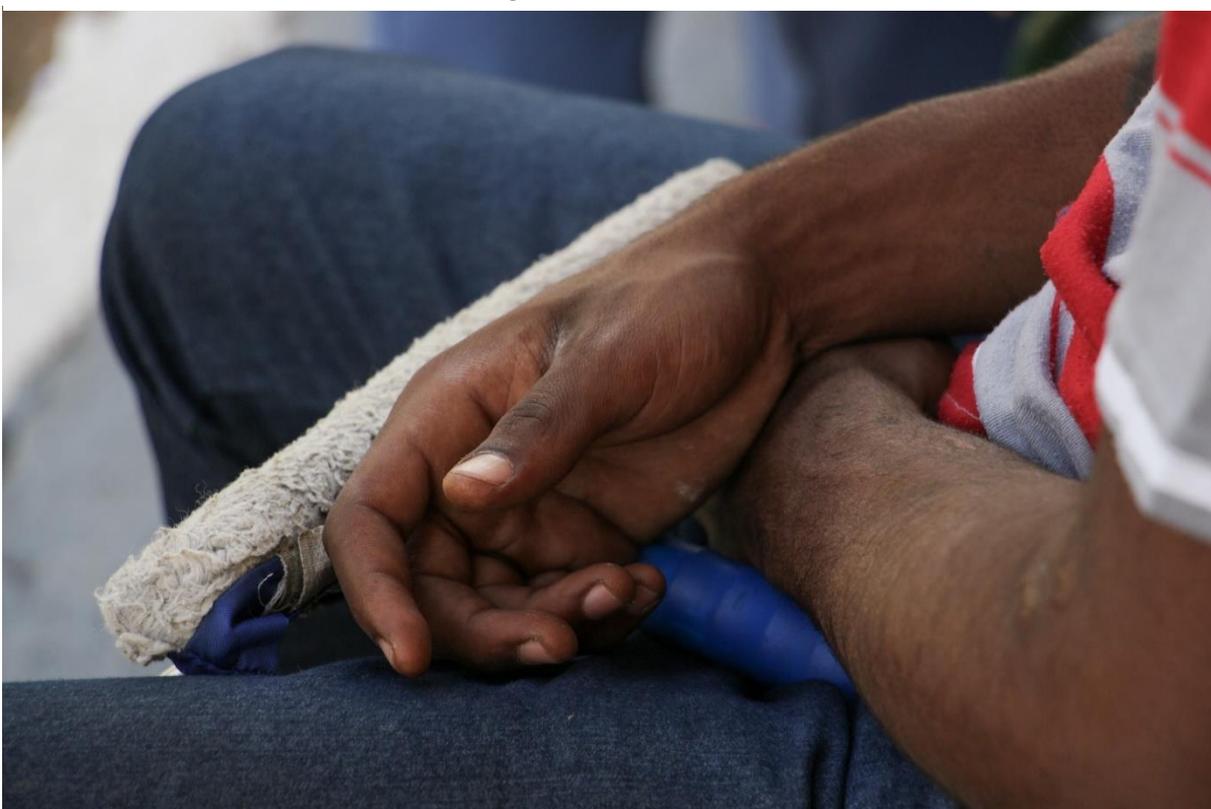
Fonte: Fotografia autoral, 2021.

**Figura 24 - Carga pesada**



**Fonte:** Fotografia autoral, 2021.

**Figura 25 - Trabalhador**



**Fonte:** Fotografia autoral, 2021.

**Figura 26** - Atravessando a pandemia da COVID-19



**Fonte:** Fotografia autoral, 2021.

**Figura 27** – “Casa” improvisada



**Fonte:** Fotografia autoral, 2021.

**Figura 28 - Proteção para o corpo**



**Fonte:** Fotografia autoral, 2021.

**Figura 29 - Alimentação**



**Fonte:** Fotografia autoral, 2021.

**Figura 30 - Alimentação no Centro Pop**



**Fonte:** Fotografia autoral, 2021.

**Figura 31 – Resistência Preta**



**Fonte:** Fotografia autoral, 2021.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fotografia, Serviço Social e População em Situação de Rua são temáticas que estão presentes no cotidiano da sociedade, por isso esse estudo possui um caráter importante de reflexão e discussão sobre a realidade social das pessoas em condições vulneráveis de vida.

A partir da Revolução Industrial a sociedade mudou a passos largos por meio das máquinas, da expansão urbana, das tecnologias que substituem a mão de obra em massa e por isso cada vez mais a classe trabalhadora se torna seletiva e excludente experimentando o sabor amargo de uma vida vulnerabilizada. O mundo mudou também quando se tornou “portátil e ilustrado” (KOSSOY, 2020) por intermédio da câmera fotográfica que após sua invenção e democratização passou a fazer parte da vida cotidiana das pessoas.

A fotografia está presente no modo de vida das pessoas, nos álbuns de família que hoje são feitos em arquivos digitais, salvos em nuvens e memória do celular, está presente nas instâncias públicas, governamentais e faz parte da construção histórica da sociedade, das classes sociais e dos rebatimentos do sistema capitalista.

Dessa forma, cabe destacar que as Ciências Humanas e Sociais aposta neste “intrigante documento visual” (KOSSOY, 2020), pois reconhece que ela possui o poder da informação e desinformação, capacidade de emocionar e transformar, de denunciar e manipular (KOSSOY, 2014).

Inclusive, este estudo demonstra que o Serviço Social pode fazer uso da fotografia como parte da sua instrumentalidade de pesquisa e de trabalho, pois essa arte é um recurso visual com potencialidade para revelar, retratar, denunciar, documentar, demonstrar as expressões da questão social, além de poder criar memórias do próprio trabalho profissional.

Embora a fotografia como potencialidade de pesquisa no Serviço Social seja pouco discutida e não publicada, foi possível ver nesse estudo a profundidade do diálogo que há entre a escrita e a fotografia, entre palavras e imagens.

O fenômeno social da População em Situação de Rua é a outra temática difundida neste estudo com registros fotográficos que refletem a situação caótica que está presente numa parcela da população brasileira. Por meio de pesquisa e observatórios vimos que os números de pessoas em situação de rua têm aumentado, sobretudo em Março de 2020 quando a projeção do IPEA (2020) apontou que cerca de 222 mil pessoas estão nas ruas. Em tempos de pandemia da COVID-19 que provocou a crise humanitária, sanitária e econômica, o perfil da PSR vem se alterando, sendo composto por famílias inteiras se abrigando debaixo de marquises, em barracas, em locais variados por motivo do desemprego, do despejo e da falta de moradia.

Reforça que os fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social” e os fatores biográficos (fatores ligados à história de vida, às rupturas dos vínculos familiares, consumo de álcool e drogas, mortes de familiares) ambos apontados pela autora Maria Lucia Lopes da Silva (2009) se constituem a realidade das pessoas em situação de rua no Brasil.

Assim, por meio da dialética, da busca pelo conhecimento através do referencial teórico, usando a metodologia da pesquisa bibliográfica, documental e também da fotografia, foi possível documentar neste estudo o contexto do fenômeno social no Brasil; os impactos da pandemia da COVID-19 sobre o Centro Pop que passou por quatro (4) reorganizações de espaço até chegar em um local denominado “Espaço Dignidade” que atualmente conta com o serviço fragmentado e administrado por uma organização não governamental; os(as) usuários(as) do espaço que vivem excluídos do mercado de trabalho e ainda permanecem na invisibilidade, não conseguindo acesso aos programas de políticas públicas; e os(as) trabalhadores(as) do equipamento que demonstraram carência em formação e capacitação continuada para trabalhar com a PSR.

Além disso, foi documentada a realidade das pessoas em situação de rua que improvisaram abrigos em terrenos e posteriormente foram retirados para a construção de projetos viabilizados pela Prefeitura Municipal de Franca. Ações higienistas, onde são feitas a retirada das pessoas com o intuito de revitalizar o espaço, o monumento e ou a arquitetura. Muitas vezes essas atitudes são vindas das decisões imediatas e por pressões da sociedade que clama por uma “limpeza” dos locais públicos onde a PSR se abriga.

Todavia, entende-se que a questão é complexa tanto para os gestores municipais quanto para a sociedade e tal realidade nos impulsiona a buscar soluções que devolvam a dignidade humana das pessoas que estão em situação de rua. Haja vista que alguns países e inclusive o Brasil tem apostado no Programa Moradia Primeiro, que é um projeto novo e ainda requer debates e entendimentos sobre a aplicação do programa no cotidiano social, ou seja, há quem entenda que a atual vida da PSR precisa ser de acordo com os direitos resguardados em lei.

Diante da tríade: Fotografia, Serviço Social e População em Situação de Rua fica nítido que pelo estudo apresentado a relação de uma abordagem escrita, visual e prática, independente da ordem, podem dar visibilidade àqueles que são excluídos da sociedade.

Por fim, pela fresta de luz víamos os reflexos do que poderia ser a Fotografia, o Serviço Social e a População em Situação de Rua. Ao sair da caverna já não retornaremos, seguiremos adiante dando passos contínuos em busca do conhecimento deste mundo exterior que se concretiza em realidades complexas, feito de seres humanos, de seres sociais.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <[https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2022.

ALMEIDA, Fernanda. **Haverá futuro para quem vive nas ruas das cidades brasileiras?** Revista Mais 60: estudos sobre envelhecimento. Edição do Serviço Social do Comércio. – São Paulo: Sesc São Paulos, v. 32, n. 81, Dezembro, 2021. Disponível em: <[https://www.sescsp.org.br/wp-content/uploads/2022/01/RevistaMais60\\_Ed81.pdf](https://www.sescsp.org.br/wp-content/uploads/2022/01/RevistaMais60_Ed81.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2022.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Coleção Oficinas da História, v. 6. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAUMAN, Zygmunt, 1925-. **Vidas desperdiçadas**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros – Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENJAMIN, Walter, 1892-1940. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Org. e prefácio Márcio Seligmann-Silva; tradução Gabriel Valladão Silva. Porto Alegre, RS: L&PM, 2020.

Bolsonaro já disse que não tomaria vacina contra Covid e ‘ponto final’. **G1**, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/26/bolsonaro-ja-disse-que-nao-tomaria-vacina-contracovid-e-ponto-final-video.ghtml>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 9236/2017**. Transformado na Lei Ordinária 13982/2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2163972>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. Censo SUAS 2019 – Resultados Nacionais, Centros de Referência da Assistência Social, Centro Pop. Brasília, Coordenação Geral de Vigilância Socioassistencial. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério da Cidadania. Março de 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília/DF: Casa Civil, 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)>. Acesso em: 25 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial da União. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília/DF, 2009. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao\\_CNAS\\_N109\\_%202009.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Governo do Brasil. **Entrevista: Censo Demográfico 2022 vai mostrar o retrato atualizado do Brasil**. Educação e Pesquisa, notícias. Brasília/DF, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2022/01/censo-demografico-2022-vai-mostrar-o-retrato-atualizado-do-brasil>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm)>. Acesso em: 26 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde – Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS). **Consultório na Rua credencia 20 novas equipes em nove municípios brasileiros**. Brasília, DF, 14 dez. 2020. Disponível em: <<https://aps.saude.gov.br/noticia/10660>>. Acesso em 23 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico**. Secretaria de Vigilância em Saúde, v. 51, nº. 04, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/edicoes/2020/boletim-epidemiologico-vol-51-no-04.pdf/@@download/file/Boletim%20Epidemiol%C3%B3gico%20Vol.%2051%20N%C2%BA%2004.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 – PNO. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/vacinas/plano-nacional-de-operacionalizacao-da-vacina-contra-a-covid-19>>. Acesso em: 08 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Vacinas – Covid-19. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, s/d, on-line. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/vacinas>>. Acesso em: 08 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília/DF: MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/Rua\\_aprendendo\\_a\\_contar.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/Rua\\_aprendendo\\_a\\_contar.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 69, de 14 de maio de 2020**. Aprova recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia do novo Coronavírus, Covid-19. Diário Oficial da União. Brasília, DF ed. 93, p. 379, 18 mai. 2020. Seção: 1. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-69-de-14-de-maio-de-2020-257197675>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. SUAS e População em Situação de Rua**. Gráfica e Editora Brasil LTDA, Brasília, 2011. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_centro\\_pop.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Passa a vigorar salário mínimo de R\$ 1.212, que vai ser avaliado pelo Congresso**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/01/03/passa-a-vigorar-salario-minimo-de-r-1.212>>. Acesso em: 29 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Sistema Único de Saúde Brasileiro. **ConecteSUS**. Plataforma de saúde para o cidadão, profissionais e gestores de saúde. Disponível em: <<https://conectesus.saude.gov.br/home>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASILIANA FOTOGRAFICA. **Dom Pedro II (RJ, 2/12/1825 – Paris, 5/12/1891), um entusiasta da fotografia**. Online, dez. 2016. Disponível em: <<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=7183>>. Acesso em 19 fev. 2022.

BROIDE, Jorge. **Envelhecer vivendo nas ruas: a experiência radical do desamparo**. Revista Mais 60: estudos sobre envelhecimento. Edição do Serviço Social do Comércio. – São Paulo: Sesc São Paulos, v. 32, n. 81, Dezembro, 2021. Disponível em: <[https://www.sescsp.org.br/wp-content/uploads/2022/01/RevistaMais60\\_Ed81.pdf](https://www.sescsp.org.br/wp-content/uploads/2022/01/RevistaMais60_Ed81.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CARTIER-BRESSON, Henri, 1908-2004. **O imaginário segundo a natureza**. Tradução de Renato Aguiar. 1. Ed. – São Paulo: Gustavo Gili, 2015.

CARVALHO, Adriana Pinheiro; FURTADO, Juarez Pereira. **Fatores contextuais e implantação da intervenção Housing First: uma revisão da literatura**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/yv3qLSCZCvBQxZkCCXYn88s/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Bandeiras de Luta**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/FolderBandeiradeLutas-Livreto.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares:** Serviço Social. Brasília, 1999. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_diretrizes.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf)>. Acesso em: 24 fev. 2022.

CHAUI, Marilena. **Introdução à história da filosofia:** dos pré-socráticos a Aristóteles, volume 1 – 2. Ed., rev. e ampl. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. **Expansão urbana e meio ambiente nas cidades não-metropolitanas:** o caso de Franca-SP. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos/USP – São Carlos, 2006. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-04042007-105925/publico/Elisangela-mestrado.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

COLL, Liana. **Manchete:** Não há evidências que cloroquina seja eficaz em prevenção ou tratamento da Covid-19, alerta pesquisador da Unicamp. Campinas/SP, 2020. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/05/21/nao-ha-evidencias-que-cloroquina-seja-eficaz-em-prevencao-ou-tratamento-da?fbclid=IwAR0qT3uuqZVdh9i06if9uicVXuv638Q82ZPVbOneL1mp4w-VB6H8Wt6iOYw>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

CONASEMS. Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. **Como o SUS está garantindo vacinação e assistência para a população em situação de rua em tempos de pandemia?** Brasília/DF, s/d, on-line. Disponível em: <[https://www.conasems.org.br/brasil\\_aqui\\_tem\\_sus/como-o-sus-esta-garantindo-vacinacao-e-assistencia-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-em-tempos-de-pandemia/](https://www.conasems.org.br/brasil_aqui_tem_sus/como-o-sus-esta-garantindo-vacinacao-e-assistencia-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-em-tempos-de-pandemia/)>. Acesso em: 08 mai. 2022.

CONASS. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Painel Nacional:** Covid-19. Centro de Informações Estratégicas para a Gestão Estadual do SUS (CIEGES), on-line. Disponível em: <<https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

COSTA E SILVA, Alberto da. **Escravidão e liberdade.** Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos. 1.ed., Companhia das Letras, 2018. Disponível em: <<https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/SCHWARCZ--GOMES-2018.-Dicion%C3%A1rio-da-escravid%C3%A3o-e-liberdade.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

COSTA, Anna Gabriela. População em Situação de rua cresceu 31% nos últimos dois anos em São Paulo. CNN Brasil, 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-em-situacao-de-rua-cresceu-31-nos-ultimos-dois-anos-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 08 mai. 2022.

CRESS-SC. Conselhor Regional de Serviço Social, 12ª Região. **Marilda Iamamoto ensina:** “é preciso retomar a práxis da resistência”. Disponível em: <<http://cress-sc.org.br/2021/03/31/marilda-iamamoto-ensina-e-preciso-retomar-a-praxis-da-resistencia/>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. UNICEF – Brasil. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

DESPEJO ZERO. Campanha Despejo Zero: Balanço dos dados até fevereiro 2022. On-line. Disponível em: <<https://uploads.strikinglycdn.com/files/ebb1e782-bb8b-47f9-82d2-1e747cb2bfdf/S%C3%ADntese%20Despejo%20Zero%20fevereiro%202022%20-%20final.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

DIÁRIO OFICIAL. Poder Executivo – Seção I – São Paulo. **Unidade de Comunicação:** Portaria UNICOM nº 02/2022, de 21 de junho de 2022. Dispões sobre a suspensão da publicidade dos órgãos e entidade do Poder Executivo Estadual, no período eleitoral e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.comunicacao.sp.gov.br/periodo-eleitoral/PORTARIA%20UNICOM%20N%C2%BA.%202022,%20DE%2021%20DE%20JUNHO%20DE%202022.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

DINIZ, Thales Valeriani Graña. **A construção imagética das elites brasileira em contraposição a outros grupos sociais nas fotografias de Alberto Henschel e Revert Henrique Klumb:** práticas socioculturais e suas produções de sentido. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Bauru, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/157423>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

SCOREL, Lauro. **Documentário:** Fotografia. São Paulo, Brasil, 2019. Disponível em: <<https://canalcurta.tv.br/filme/?name=fotografacao>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

FACHIN, Patricia. **Crise habitacional é consequência do modelo de desenvolvimento urbano:** alta concentração de terra e grande parcela da população sem acesso. Entrevista especial com Luiz Kohara. Instituto Humanitas Unisinos – São Leopoldo/RS, 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/578931-crise-habitacional-e-consequencia-do-modelo-de-desenvolvimento-urbano-entrevista-especial-com-luiz-kohara>>. Acesso em: 22 mai. 2022.

FACULDADE DE MEDICINA - UFMG. **Previna-se, fique em casa.** Disponível em: <<https://www.medicina.ufmg.br/coronavirus/como-evitar/fique-em-casa/>>. Acesso em: 01 abri. 2022.

FARIAS, Lúcia; GONÇALVES, Osmar. **Artigo:** A fotografia ao longo do tempo: da Kodak ao Instagram. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste \_ João Pessoa/PB, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/30655>>. Acesso em: 24 fev. 2022.

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. **População em situação de rua aumentou durante a pandemia.** Brasília/DF, 2021. Disponível em: <<https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. Fundação Oswaldo Cruz. **Programa Nacional de Imunizações (PNI) e COVID-19:** desafios a uma história de quase meio século de sucesso. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.cee.fiocruz.br/?q=Programa-Nacional-de-Imunizacoes-PNI-e-Covid-19>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. Fundação Oswaldo Cruz. Vacinação contra a Covid-19 no Brasil completa um ano. Bio-Manguinhos, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/vacinacao-contracovid-19-no-brasil-completa-um-ano>>. Acesso em: 08 mai. 2022.

FREITAS, Tais Pereira de. **Mulheres negras na educação brasileira.** 1. Ed. Curitiba: Appris, 2017.

GAMEIRO, Nathália. **População em situação de rua aumentou durante a pandemia.** Fiocruz, Brasília/DF, 2021. Disponível em: <<https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

GCN, Jornal Comércio da Franca. **Franca é a 6ª melhor cidade do país para se viver, aponta IDGM.** Disponível em: <<https://gcn.net.br/noticias/416838/franca/2021/02/franca-e-a-6-melhor-cidade-do-pais-para-se-viver,-aponta-idgm>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. Jornal Comércio da Franca. **Ponto de favelização começa a ser preparado para construção de complexo esportivo.** Disponível em: <<https://gcn.net.br/noticias/423624/franca/2021/09/ponto-de-favelizacao-comeca-a-ser-preparado-para-construcao-de-complexo-esportivo>>. Acesso em: 07 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. Jornal Comércio da Franca. **Profissionais e beneficiários protestam contra ‘desmonte’ dos serviços para moradores de rua.** Disponível em: <<https://gcn.net.br/noticias/414135/franca/2020/11/profissionais-e-beneficiarios-protestam-contra-desmonte-dos-servicos-para-moradores-de-rua>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

GONZALEZ, Lélia, 1935-1994. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...**/Lélia Gonzalez. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. 486 páginas. 1ª Edição.

GUERRA, Yolanda; BATISTA, Alfredo. **A expressão “questão social” em questão: um debate necessário ao serviço social.** Temporalis, Brasília/DF, ano 2021, n. 42, p. 173-187, jul./dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/36507/24533>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A Questão Social no capitalismo.** Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - Temporalis. Ano 2, n. 3 (jan/ jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001, 88 p. Disponível em: <[https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_questao\\_social-201804131245276705850.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2022.

\_\_\_\_\_, Marilda Vilela. **Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/RJ3mPJQ8Qk8WJRbLRph8Kz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

\_\_\_\_\_, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conheça Cidades e Estados do Brasil: Franca.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/franca/panorama>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da População residente no Brasil e unidades da Federação com data referência em 1º de julho de 2021.** Disponível em: <[https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2021/estimativa\\_dou\\_2021.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População residente estimada – Ano 2021. Brasil e Município.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579#resultado>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Alberto Henschel**. Acervo IMS. Disponível em: <<https://ims.com.br/titular-colecao/alberto-henschel/>> Acesso em: 22 fev. 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Auxílio emergencial, aprovado pelo Congresso poderá beneficiar até 55% da população brasileira**. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35417&Itemid=9](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35417&Itemid=9)>. Acesso em: 27 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (Setembro de 2012 a Março de 2020)**. Nota Técnica nº 73, jun. 2020. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/200612\\_nt\\_disoc\\_n\\_73.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Nota Técnica nº 60: Estimativas de Público Elegível e Custos do Benefício Emergencial criado pelo PL 9.236/2017**. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/200403\\_notatecnica\\_disoc\\_60.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200403_notatecnica_disoc_60.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19**. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35811](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811)>. Acesso em: 25 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **População em Situação de Rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais**. Nota Técnica nº 74, jun. 2020. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10078/1/NT\\_74\\_Diest\\_Disoc\\_Populacao%20em%20Situacao%20de%20Rua%20em%20Tempos%20de%20Pandemia.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10078/1/NT_74_Diest_Disoc_Populacao%20em%20Situacao%20de%20Rua%20em%20Tempos%20de%20Pandemia.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2022.

Isolar apenas idosos não é suficiente para combater coronavírus, dizem cientistas. **O GLOBO Saúde**. Coronavírus. On-line, 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/saude/coronavirus/isolar-apenas-idosos-nao-suficiente-para-combater-coronavirus-dizem-cientistas-24328873>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

JORNAL DA USP. **Aplicativo do auxílio emergencial dificulta acesso da população**. USP, Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/aplicativo-do-auxilio-emergencial-dificulta-acesso-da-populacao/>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

KATÁLYSIS, Revista. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado**. Universidade Federal de Santa Catarina. Campus Universitário Prof. João David Ferreira Lima. Florianópolis – SC. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/index>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

KOHARA, Luiz. **Periferia no centro**. Revista Internacional de Teologia Católica – Concilium, mar. 2021. Disponível em: <<https://concilium-vatican2.org/pt/sem-categoria/2019-01-13/>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

KOHARA, Luiz; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **Ausência de políticas públicas efetivas para população de rua**. Diplomatieque Brasil, 2020. Disponível em: <<https://diplomatieque.org.br/ausencia-de-politicas-publicas-efetivas-para-populacao-de-rua/>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

KOHARA, Luiz; VIEIRA, Maria Antonieta da. **População em situação de rua e o direito à moradia em tempos de Covid-19**. Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 20 de abril de 2020. Disponível em: <<http://gaspargarcia.org.br/populacao-em-situacao-de-rua-e-o-direito-a-moradia-em-tempos-de-covid-19/>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 5. Ed., 2. Reimpr. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2020. \_\_\_\_\_, Boris. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. 3. Ed – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Artigo: Amas na fotografia brasileira da segunda metade do século XIX**. Projetos Especiais Studium, 2007, on-line. Disponível em: <<https://www.studium.iar.unicamp.br/africanidades/koutsoukos/index.html>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

LEITE, Marcelo Eduardo. **Imagens do trabalho escravo nas fotografias de Christiano Júnior**. *Histórica*, Revista online do arquivo público do Estado de São Paulo, n. 61, maio 2014. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historica61.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2022.

LIMONTI FILHO, Marcos Antonio. **Fotografia Documental: uma análise da questão social**. Trabalho de conclusão (bacharelado – Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, SP, 2014, 112 f.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Na trilha da saúde do trabalhador: a experiência de Franca/SP**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP. Disponível em: <<https://www.franca.unesp.br/Home/ensino/pos-graduacao/servicosocial/tesesservicosocial/edvania-angela-de-souza-lourenco.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MARIA, Karla. **População negra que vive em situação de rua é a maior vítima do abuso de autoridade**. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/601326-populacao-negra-que-vive-em-situacao-de-rua-e-a-maior-vitima-do-abuso-de-autoridade>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

MARICATO, Erminia. **A terra é um nó na sociedade brasileira...também nas cidades**. Disponível em: <[http://www.labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/maricato\\_terrano-sociedade-brasileira.pdf](http://www.labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/maricato_terrano-sociedade-brasileira.pdf)>. Acesso em: 22 mai. 2022.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Exílio escravista: Hercule Florence e as fronteiras do açúcar e do café no Oeste paulista (1830-1879)**. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Sér. V. 24, n. 2, p. 11-51. Mai-Ago. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/anaismp/a/TR6Rvjt3gmfGxsJ964qd5dH/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 10 fev. 2022.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2ª ed., 5ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2021.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **Nota Técnica nº 27: Prevenindo conflitos sociais violentos em tempos de pandemia: garantia da renda, manutenção da saúde mental e comunicação efetiva**. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Governo Federal, Ministério da Economia.

Brasília/DF, 2020. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/200403\\_nt\\_diest\\_n\\_27.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200403_nt_diest_n_27.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2022.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. Editora Ática, São Paulo, 1992.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **Violência apaziguada: escravidão e cultivo do café nas fotografias de Marc Ferrez (1882-1885)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 37, n. 74, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/96ypCVNpCWQDv59Vtqqjdyw/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 11 fev. 2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: <<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

OLIVEIRA, Erivam M. **Artigo: O pioneiro da fotografia no Brasil**. Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação, LabCom, 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/oliveira-erivam-pioneiro-fotografia-brasil.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2022.

OLIVEIRA, Katicilene Barsanulfa Tavares de. **Pessoas em situação de rua: as determinações sociais que motivam a viver e permanecer nas ruas**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Franca, 2020. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/193403/Oliveira%2cKBT\\_me\\_franca.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/193403/Oliveira%2cKBT_me_franca.pdf?sequence=3&isAllowed=y)>. Acesso em: 30 mar. 2021.

PONTES, Reinaldo. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4. Brasília: UnB, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. **Ação Social faz chamamento e amplia amparo à população vulnerável**. Disponível em: <<https://www.franca.sp.gov.br/noticias/acao-social/acao-social-faz-chamamento-e-amplia-amparo-a-populacao-vulneravel>>. Acesso em: 08 jul. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. Diário Oficial. **Chamamento. Homologação**. Disponível em: <<https://www.franca.sp.gov.br/arquivos/diario-oficial/documentos/2049-31052022.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. **História**. Disponível em: <<https://www.franca.sp.gov.br/noticias/desenvolvimento/apresentacao-historia>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. **O Parque de Exposições “Fernando Costa”**. Secretaria de Desenvolvimento, Franca – SP. Disponível em: <<https://www.franca.sp.gov.br/administracao-municipal/administracao-direta/desenvolvimento-adm/o-parque-de-exposicoes-fernando-costa>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. **Plano Municipal de Assistência Social de Franca (2018-2021)**. Franca/SP, 2018. Disponível em: <<https://www.franca.sp.gov.br/phocadownloadpap/PlanoAssistenciaSocial.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. **Prefeitura anuncia Programa Dignidade para atendimento a moradores de rua.** Disponível em: <<https://www.franca.sp.gov.br/noticias/acao-social/prefeitura-anuncia-programa-dignidade-para-atendimento-a-moradores-de-rua>>. Acesso em: 08 jul. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. Secretaria de Ação Social. **Ações para atendimento à pessoas em situação de rua – Janeiro a Agosto de 2021.** Disponível em: <[https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=file&id=9558:acoes-para-atendimento-as-pessoas-em-situacao-de-rua-jan-ago-2021&Itemid=2225](https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=file&id=9558:acoes-para-atendimento-as-pessoas-em-situacao-de-rua-jan-ago-2021&Itemid=2225)>. Acesso em: 08 jul. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. Secretaria de Ação Social. **EDITAL: Chamamento público nº 08/2022 para celebração de termo de colaboração com organização da sociedade civil para execução do serviço de acolhimento para pessoas adultas e famílias nas modalidades de Abrigo Institucional e Casa de Passagem.** Disponível em: <[https://www.franca.sp.gov.br/arquivos/licitacoes/920220008/20220317092220\\_Edital%20de%20Chamamento.pdf](https://www.franca.sp.gov.br/arquivos/licitacoes/920220008/20220317092220_Edital%20de%20Chamamento.pdf)>. Acesso em: 08 jul. 2022.

REIS, G. D. dos; OLIVEIRA, K. B. T de; PEDROSO, G. J. de T. **População em Situação de Rua da cidade de Franca-SP: as consequências e os desafios causados pela exclusão.** Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/download/22156/14670>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

REIS, Graziela Donizetti dos. **População em Situação de Rua: um reflexo do agravamento do capital.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Franca, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193135>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.** Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/index>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ROLNIK, Raquel; MARINO, Aluizio. **Explosão da população em situação de rua e o desafios da emergência habitacional.** Labcidade, 2022. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/explosao-da-populacao-em-situacao-de-rua-e-os-desafios-da-emergencia-habitacional/>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

SALGADO, Sebastião. **Documentário: O Sal da Terra.** Direção: Juliano Ribeiro Salgado, Wim Wenders, 2014. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/o-sal-da-terra/t/8jfV8v8bHr/>> Acesso em: 03 fev. 2022.

SANTOS JÚNIOR, José Pacheco dos; MATIAS, Kamilla Dantas; PEREIRA, Rita de Cássia Mendes. **Artigo: O trabalho infantil nos Estados Unidos pelas lentes de Lewis Hine.** Discursos Fotográficos, Londrina, v.9, n.14, p.123-140, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.lanternas.org/arquivos/download-lewis-hine.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2022.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”:** particularidades no Brasil. Coleção biblioteca básica de serviço social; v. 6, São Paulo: Cortez. 2012.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 64.891, de 30 de março de 2020.** Dispõe sobre o atendimento de necessidade inadiável de alunos da rede pública estadual de ensino em situação de pobreza ou de extrema pobreza, no contexto da pandemia COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas. Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64891-30.03.2020.html>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

\_\_\_\_\_ (Estado). Secretaria Especial de Comunicação. **Consultório da Rua aumenta atendimentos durante a pandemia.** Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/consultorio-na-rua-aumenta-atendimentos-durante-a-pandemia>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

\_\_\_\_\_ (Estado). **Desenvolvimento Social. Sistema Único de Assistência Social – SUAS.** Disponível em: <<https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/assistencia-social/sistema-unico-de-assistencia-social/>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

\_\_\_\_\_ (Estado). **Censo antecipado pela Prefeitura de São Paulo revela que população em situação de rua cresceu 31% nos últimos dois anos.** Secretaria Especial de Comunicação, 2022. Disponível em: <<https://www.capital.sp.gov.br/noticia/censo-antecipado-pela-prefeitura-de-sao-paulo-revela-que-populacao-em-situacao-de-rua-cresceu-31-nos-ultimos-dois-anos>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

\_\_\_\_\_ (Estado). **Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua.** Relatório final da pesquisa amostral do perfil socioeconômico. São Paulo, 2019. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209\\_SMADS\\_SP.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2022.

\_\_\_\_\_ (Estado). **Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua.** Relatório final da pesquisa amostral do perfil socioeconômico. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZWE4MTE5MGItZjRmMi00ZTcyLTgxOTMtMjc3MDAwMDM0NGI5IiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTU0NDZlYS1iMmE4LTlhNjE1NGM5MGUwNyJ9>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SARMENTO, Isabella Viegas Moraes. **A ineficácia das políticas públicas destinadas à população em situação de rua.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, 156 p.

SCHAEFER, B.M; *et al.* Ações governamentais contra o novo coronavírus: evidência dos estados brasileiros. **Revista de Administração Pública**, vol.54 n°5. Rio de Janeiro Set/Out. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220200503>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.); GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade:** 50 textos críticos. 1.ed., Companhia das Letras, 2018. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/SCHWARCZ--GOMES-2018.-Dicion%3%A1rio-da-escravid%3%A3o-e-liberdade.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SER SOCIAL, Revista. **Departamento de Serviço Social** – Universidade de Brasília – UnB. Disponível em: <[https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/about](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/about)>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE, Revista. **Ciências Sociais Aplicadas.** Cortez Editora – São Paulo. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situações de rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Rodrigo Mateus. **Industrialização e Urbanização em Franca:** apontamentos das transformações no mercado imobiliário local (1945-1960). Disponível em: <<http://legacy.unifacef.com.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20EP/Rodrigo%20Mateus%20Silva.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

SILVA, Rodrigo Mateus. **Industrialização e Urbanização em Franca:** apontamentos das transformações no mercado imobiliário local (1945-1960). Disponível em: <<http://legacy.unifacef.com.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20EP/Rodrigo%20Mateus%20Silva.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social.** 7ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2014. - (Biblioteca básica de serviço social; v. 3)

SINDIFRANCA. Sindicato da Indústria de Calçados de Franca. **Dados de Franca/SP: Maio/2022** – Emprego. Disponível em: <[https://www.sindifranca.org.br/download.html?file=uploads/estatisticas/estatistica\\_202206291538443606820.pdf](https://www.sindifranca.org.br/download.html?file=uploads/estatisticas/estatistica_202206291538443606820.pdf)>. Acesso em: 08 jul. 2022.

SINDIFRANCA. Sindicato da Indústria de Calçados de Franca. **Polo Calçadista de Franca/SP.** Disponível em: <<http://www.sindifranca.org.br/setor-calcadista.html>>. Acesso em: 28 jun, 2022.

SMITH, Ian Haydn. **Breve história da fotografia:** um guia de bolso dos principais gêneros, obras, temas e técnicas. Tradução: Edson Furmankiewicz. São Paulo: Gustavo Gili, 2018.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia.** Tradução: Rubens Figueiredo, 1 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TEMPORALIS, **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** – ABEPSS. Ano. 2, nº 3 (jan./ jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001, 88 p.

TURAZZI, Maria Inez. **O ‘homem de invenções’ e as ‘recompensas nacionais’:** notas sobre H. Florence e L. J. M. Daguerre. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. V. 16. N. 2. P. 11-46. jul.- dez. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/anaismp/a/Hxvrh6dXRGFZFGSHktXRP3h/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

VULGO ELEMENTO, pseudônimo Daniel Péricles Arruda. Apresentação. São Paulo, s/d. Blogger, on-line. Disponível em: <<http://www.vulgoelemento.com.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

VULGO ELEMENTO, pseudônimo Daniel Péricles Arruda. Poema: Situações das Pessoas. São Paulo, 2021. Blogger, on-line. Disponível em: <<http://www.vulgoelemento.com.br/search?q=situa%C3%A7%C3%B5es+das+peessoas>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

WELLER, Wivian; BASSALO, L. M. B. **Artigo:** Imagens: documentos de visões de mundo. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 284-314. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/crRYw9qbfMwthQBNysVBzRg/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

## ANEXOS

## ANEXO A – OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA NO CENTRO POP

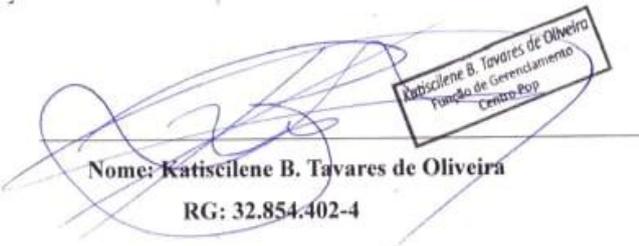


SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

## DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o pesquisador (a) Aline Cristina da Silva – RG 45.810.583-1, CPF 352.557.698-60, está autorizado (a) a realizar pesquisa nesta Instituição: CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA – CENTRO POP, localizado na Rua Coronel Tamarindo, 2851 – Estação - Franca/SP – CNPJ: 47.970.769/0001- 04.

Franca, 03 de setembro de 2021.



Nome: **Katicilene B. Tavares de Oliveira**

RG: **32.854.402-4**

Katicilene B. Tavares de Oliveira  
Função de Gerenciamento  
Centro Pop

## ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNESP - FACULDADE DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Os Impactos da Pandemia COVID-19 sofridos pelas pessoas trabalhadoras e usuárias do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) do Município de Franca/SP.

**Pesquisador:** Edvânia Ângela de Souza

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 52357721.7.0000.5408

**Instituição Proponente:** Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.381.531

#### Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado de forma clara e concisa. Todos os elementos necessários para a compreensão da pesquisa, notadamente sobre como se dará a pesquisa de campo, estão presentes. Foram atendidas ainda as recomendações feitas em parecer anteriormente exarado por este CEP.

#### Objetivo da Pesquisa:

O objetivo principal da pesquisa foi explicitado de forma clara e direta.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os potenciais riscos foram bem considerados, em consonância com o disposto na Resolução CNS 510 de abril de 2016. Também foram apresentadas formas evitá-los e/ou para diminuir seus impactos. Os benefícios também foram suficientemente conjecturados.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Como toda pesquisa bem fundamentada, a presente é relevante e apresenta de forma clara como se dará o contato com os participantes da pesquisa, ao todo 16 indivíduos.

#### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram corretamente preenchidos e inseridos, a saber: Informações Básicas do Projeto, Folha de Rosto, Termo de Consentimento Livre e

**Endereço:** Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

**Bairro:** Jd. Antonio Petraglia

**CEP:** 14.409-160

**UF:** SP

**Município:** FRANCA

**Telefone:** (16)3706-8723

**Fax:** (16)3706-8724

**E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 5.381.531

Esclarecido, autorização da entidade onde se pretende realizar a pesquisa de campo, arquivo com o projeto original completo, questionário semiestruturado de perguntas a serem feitas aos participantes da pesquisa.

**Recomendações:**

Não cabem recomendações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Conclui-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Pesquisa. Não há pendências ou inadequações.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O coordenador aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1813950.pdf	30/03/2022 17:37:58		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_graduacao_.pdf	30/03/2022 17:37:13	Edvânia Ângela de Souza	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa_detalhado.pdf	17/03/2022 19:28:38	Edvânia Ângela de Souza	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_assinada.pdf	06/12/2021 20:06:43	Edvânia Ângela de Souza	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_centropop.pdf	03/09/2021 17:00:39	Edvânia Ângela de Souza	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

**Bairro:** Jd. Antonio Petraglia

**CEP:** 14.409-160

**UF:** SP

**Município:** FRANCA

**Telefone:** (16)3706-8723

**Fax:** (16)3706-8724

**E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br